

MARIÂNGELA DE FARIA

**O LUGAR DO ASSENTAMENTO NOS PROJETOS DE VIDA DAS  
FAMÍLIAS ASSENTADAS: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA  
ALVES, EM BAMBUÍ, MG**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa,  
como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em  
Economia Doméstica, para obtenção  
do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

F224L  
2011

Faria, Mariângela de, 1965-

O lugar do assentamento nos projetos de vida das famílias assentadas: o caso do assentamento Margarida Alves, em Bambuí, MG / Mariângela de Faria. – Viçosa, MG, 2011. xvi, 131f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexo.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 110-117.

1. Assentamentos humanos. 2. Famílias rurais - Margarida Alves (MG) - Organização. 3. Qualidade de vida.

I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

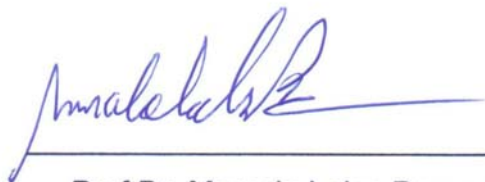
CDD 22. ed. 362.82

MARIÂNGELA DE FARIA

**O LUGAR DO ASSENTAMENTO NOS PROJETOS DE VIDA DAS  
FAMÍLIAS ASSENTADAS: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA  
ALVES, EM BAMBUÍ, MG**

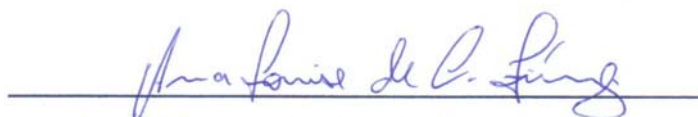
Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa,  
como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em  
Economia Doméstica, para obtenção  
do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 13 de junho de 2011.



---

Prof. Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira



---

Prof.ª. Dra. Ana Louise de Carvalho Fiúza  
(Coorientadora)



---

Prof.ª. Dra. Neide Maria de Almeida Pinto  
(Orientadora)

**Aos meus queridos pais, Maria Barbosa de Faria e  
Ângelo Antônio de Faria (*in memorian*).**

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos assentados do Margarida Alves, pela colaboração nas entrevistas, fornecendo-me informações que permitiram a realização deste trabalho. Agradeço também ao Sr. Alaor e Celso, companheiros nas visitas e, de forma especial, ao Miguel, por sua disponibilidade e atenção; todos sempre prontos a colaborar com informações adicionais.

Ao Padre Tonhão, pela presteza e auxílio fundamental na busca de dados para a construção deste trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade deste estudo.

À minha orientadora, professora Neide Maria de Almeida Pinto, por seu apoio, competência e especial atenção nas revisões e sugestões, fatores essenciais para a conclusão deste estudo.

À professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, que agradeço por seu lado humano, além das contribuições para o enriquecimento deste trabalho, pelo conhecimento compartilhado durante suas aulas.

À professora Márcia Pinheiro Ludwig, pelas sugestões apresentadas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Ao professor Marcelo Lelles Romarco de Oliveira, pelas valiosas orientações por ocasião da defesa.

A todos os professores do MINTER, que contribuíram de alguma maneira para a execução deste trabalho.

Aos colegas de caminhada, pelo companheirismo, troca de experiências, pelos momentos vividos durante esta etapa de nossas vidas.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica, em especial Aloísia e Francisco, que desde o início acolheram-nos e facilitaram nossa estadia na UFV.

Aos órgãos governamentais de fomento à pesquisa, especialmente ao CNPq, e ao IFMG-Campus Bambuí, na pessoa do professor Flávio Vasconcelos Godinho, por possibilitar minha liberação e participação neste programa.

Ao amigo e professor Neimar de Freitas Duarte, que com seus esforços incansáveis tornou possível a oferta do MINTER.

À Alice, pela revisão gramatical.

Ao Luís, pelo incentivo inicial.

Aos queridos José Ângelo e Zarife, por me acolherem em sua casa mais uma vez, incentivando-me e apoiando-me nas várias etapas de minha vida.

Às amigas Aline, Cássia, Flaviane, Margaret, Cátia e Marlene, pelas inúmeras colaborações no decorrer deste estudo.

Aos meus queridos irmãos, José, Nita, Antônio, Eliete, Marilene e Aloíse, que estão comigo em todos os momentos.

Aos meus amados sobrinhos, Elzi, Elton, Ednei, Matheus, Paulo César, Ana Paula, Isabella, Aloíse Júnior, Arthur, Lívia, Sofia, Ângelo Miguel e Erick, presentes de Deus, que tornam minha vida mais feliz. Em especial, Janaína, Dudu e Ângelo José, pelo carinho ímpar e companhia constante durante a estadia em Viçosa.

A todos os amigos que torceram por mim, muito obrigada!

## **BIOGRAFIA**

Mariângela de Faria, filha de Ângelo Antônio de Faria e Maria Barbosa de Faria, nasceu em Bambuí, Minas Gerais, no dia 14 do mês de abril de 1965.

Em março de 1985, iniciou o curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa, colando grau em 1988.

Concluiu em 1990 o curso de Especialização em Metodologia Educacional pelo Instituto Superior de Ensino e Pesquisa – Divinópolis MG, e em 2006, o curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional na Universidade Cândido Mendes.

Em 2009, iniciou o mestrado em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa.

Atualmente, ocupa um cargo efetivo da carreira de técnicos administrativos em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Bambuí.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>xiii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>xv</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. PROBLEMA .....</b>	<b>2</b>
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	2
1.2. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	7
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>12</b>
1.1. ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL.....	12
1.1.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS GRUPOS.....	14
1.2. TRAJETÓRIA E PROJETO DE VIDA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	25
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>31</b>
2.1. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES .....	31
2.2. O TEMPO DE LUTA PELA TERRA.....	35
2.3. VIVER DEBAIXO DA LONA.....	38
2.4. O ASSENTAMENTO “MARGARIDA ALVES” .....	47
2.5. A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ASSENTAMENTO: AS CASAS, OS LOTES E A SOCIABILIDADE .....	51
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>60</b>
3.1 PERFIL E LOCAL DE MORADIA DOS ASSENTADOS.....	76
3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO E A DIVISÃO DOS LOTES .....	78

<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>86</b>
4.1. O LOTE NO PROJETO DE VIDA DOS ASSENTADOS COM E SEM VÍNCULO ANTERIOR COM O RURAL .....	91
4.2. PROJETO DE VIDA DOS JOVENS .....	92
4.3. O ASSENTAMENTO E SEUS VÍNCULOS.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXO 3 .....</b>	<b>131</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BAMBUÍ.....	32
<b>FIGURA 2:</b> ÁREA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES .....	47
<b>FIGURA 3:</b> DIA DE ASSEMBLEIA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES.....	48
<b>FIGURA 4:</b> DIA DE ASSEMBLEIA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES.....	49
<b>FIGURA 5:</b> MAPA DOS LOTES DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES.....	52
<b>FIGURA 6:</b> CASA DE ASSENTADO (PARTE ALVENARIA E PARTE BARRO).....	55
<b>FIGURA 7:</b> CASA DE ASSENTADO (DOIS CÔMODOS) .....	55
<b>FIGURA 8:</b> CASA DE ASSENTADO (2 CÔMODOS).....	56

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1:</b> CARACTERIZAÇÃO DO RELEVO DA REGIÃO DE BAMBUÍ. .....	33
<b>GRÁFICO 2:</b> CARACTERIZAÇÃO DO RELEVO DA REGIÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES.....	33

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO .....	42
<b>QUADRO 3:</b> CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS QUANTO AO MUNICÍPIO DE ORIGEM. ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES, BAMBUÍ, MG. ....	61
<b>QUADRO 2:</b> A DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS NÚCLEOS SEGUNDO A TIPOLOGIA APRESENTADA. ....	75
<b>QUADRO 4:</b> CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS FAMILIARES PRESENTES NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES .....	77
<b>QUADRO 5:</b> CULTURAS E ANIMAIS PRESENTES NOS LOTES. ....	81
<b>QUADRO 6:</b> APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ACORDO COM AS TIPOLOGIAS JÁ DISPOSTAS .....	82
<b>QUADRO 7:</b> APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ACORDO COM AS TIPOLOGIAS JÁ DISPOSTAS .....	83
<b>QUADRO 8:</b> PERSPECTIVAS DOS ASSENTADOS EM RELAÇÃO AO SEU LOTE NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES. ....	87

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO JÁ EXERCIDAS PELAS FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO SUA ORIGEM.....	62
<b>TABELA 2:</b> DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS POR PROVENIÊNCIA E VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM O RURAL .....	63
<b>TABELA 3:</b> DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO NOS NÚCLEOS DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES. ....	78
<b>TABELA 4:</b> NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES.....	79
<b>TABELA 5:</b> DADOS SOBRE A ATUAL OCUPAÇÃO E O DESEJO DE OCUPAÇÃO/PROFISSÃO FUTURA DOS JOVENS.....	93

## RESUMO

FARIA, Mariângela de, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2011. **O lugar do assentamento nos projetos de vida das famílias assentadas: o caso do assentamento Margarida Alves, em Bambuí-MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Coorientadoras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Márcia Pinheiro Ludwig.

A permanência dos assentados rurais na terra conquistada tem sido uma das promessas dos governos. Estudos de autores como Bogo (1999), Andrade et al (2009) e outros revelaram que após a conquista da terra, os assentados enfrentavam dificuldades para permanecerem no local, tendo que buscar seu sustento fora do assentamento ou desenvolver atividades agrícolas paralelas a outras atividades para garantir seu lote. Esta pesquisa buscou compreender o lugar que o assentamento rural Margarida Alves, no município de Bambuí MG, ocupa na trajetória de vida dos assentados, analisando como os projetos de vida das famílias de um assentamento rural revelam as expectativas dos mesmos para o futuro. Para tanto, as famílias do assentamento foram caracterizadas quanto ao seu perfil socioeconômico e estratégias de reprodução, trajetórias e projetos de vida, procurando problematizar o lugar que o assentamento ocupa nestes projetos. O estudo mostrou que o perfil das famílias assentadas agrega realidades rurais e urbanas: pessoas que sempre vivenciaram a roça, pessoas que vivenciaram o campo e a cidade e pessoas que nunca vivenciaram a realidade rural. A maioria das famílias entrevistadas era proveniente do município de Bambuí e para grande parte, o acesso ao lote significou continuar trabalhando em atividades ligadas ao rural. Para os assentados provenientes de outras localidades, o acesso a terra não significou rompimento com as antigas atividades, pois os que exerciam atividades agrícolas e não-agrícolas, como pintor, motorista, peão de rodeio, pedreiro, continuaram a exercê-las concomitantemente às atividades do lote. Para a grande maioria, inclusive, esse acesso garantiu o fortalecimento e a possibilidade de incremento dessas atividades, pois estas encontram demanda tanto no meio urbano quanto no meio rural. A sociabilidade dos assentados se construía também na zona urbana de Bambuí, devido aos inúmeros vínculos que mantinham

no município a partir do trabalho, lazer e estudo. E a reprodução das famílias não estava associada, de forma exclusiva, às atividades desenvolvidas no lote. Grande parte dos jovens, filhos dos assentados, tinha seus projetos de vida ligados ao urbano, seja pelo interesse em estudos, ou pelo desenvolvimento de outras atividades. Percebeu-se através do estudo realizado que o assentado do Margarida Alves pouco se diferenciava do pequeno agricultor de Bambuí, pois ter um (pequeno) pedaço de terra e manter uma residência na área urbana, ou ainda nesta desenvolver outra atividade profissional faz parte do cotidiano de muitos agricultores bambuienses. O entendimento do assentamento como meio ou fim para se alcançar uma melhor condição de vida não se constituiu em um fator restritivo às possibilidades de reprodução social dos assentados. Pelo contrário, inseriu os mesmos na cultura local.

## ABSTRACT

FARIA, Mariângela de, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, June, 2011. **The place of settlement projects in the life of settlers: the case of settlement Margarida Alves, in Bambuí-MG.** Advisor: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-Advisors: Ana Louise de Carvalho Pinheiro Fiúza and Márcia Pinheiro Ludwig.

The persistence of rural settlers on the conquered land has been one of the promises made by the government. Studies by authors such as Bogo (1999), Andrade et al (2009) and others have shown that after the conquest of the land, the settlers were struggling to remain there, conciliating other activities inside or outside the lot to ensure their permanence. This research sought to understand how the rural settlement Margarida Alves, in the city of Bambuí, state of Minas Gerais, takes part in the life story of the settlers, analyzing how the ambitions of the families of a rural settlement reveal their expectations for the future. To this end, the families at the settlement were characterized according to their sociodemographic and reproductive strategies, trajectories and life projects, aiming to investigate where the settlement takes place in these projects. The study showed that the profile of settlers combines rural and urban realities: people who have always experienced the countryside, people who have experienced the countryside and the city and people who have never experienced the rural reality. Most families interviewed came from the city of Bambuí and for most of them the plot meant to continue working in rural activities. For the settlers from other localities access to land did not mean breaking with the old activities, because those who were engaged in agricultural and non-agricultural, as painter, driver, rodeo rider or bricklayer continued to work concurrently with the activities at the lot. For the most part, this access ensured the strengthening and the possibility of improving these activities, as these are in demand both in urban and rural areas. The settlers sociability is also built in the city of Bambuí, because of the many ties they have been keeping to the city like work, leisure and education. And the reproduction of families was not associated, exclusively, to the activities developed on the lot. Most of the settlers' children had their life projects related to the urban life, such as going

to school, or the development of other activities. It was realized through the study that the people living at Margarida Alves weren't that different from the small farmer living in Bambuí, therefore possessing a (small) piece of land and maintain a residence in the urban area, or even developing another professional activity is part of the routine of many farmers from Bambuí. The understanding of the settlement as a mean or end to achieve a better life condition was not a limiting factor in the possibilities of social reproduction of the settlers. In contrast, it inserted them into local culture.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, uma grande massa de *sem terras* compõe um grupo social à margem de um sistema que tem no não provimento de meios para ascensão social uma das suas principais características. A partir de 1988, com a redemocratização do país, os movimentos sociais do campo fortaleceram-se e passaram a reivindicar o cumprimento dos projetos de Reforma Agrária. Neste período, começou a surgir e têm surgido no contexto agrário do país, unidades produtivas e familiares da Reforma Agrária, denominadas *assentamentos*. Estes podem ser compreendidos como a materialização da luta em prol do acesso a terra e aos benefícios que a sua propriedade pode trazer em termos de padrão mais igualitário de desenvolvimento. Porém, esta consideração tem sido desbancada por pesquisas que, ao contrário, têm mostrado os assentamentos como não provedores, levando os assentados a buscarem a sua sobrevivência fora do espaço do assentamento, na maioria das vezes, nas cidades, que se mostram receptivas a uma mão de obra barata, de pouca qualificação.

A releitura do processo histórico de distribuição de terras no Brasil apresenta um quadro de desigualdades desde os primeiros momentos, com poucos ficando com muito e muitos, com pouco. Projetos de reforma agrária poderiam se constituir em uma forma de minorar esta questão. Mas, mesmo com os projetos do governo, com atuação de forças sindicais, organizações dos trabalhadores rurais sem terra, o que tem sido visto é um quadro persistente de desigualdade social. A formação dos assentamentos ocorre com o acesso a terra por parte de indivíduos e famílias que carregam consigo uma trajetória de vida, que comporta marcas da história passada e expectativas em relação ao futuro, construído a partir do presente, ou seja, na vida no assentamento. Explorando e pontuando tal trajetória de vida, é possível compreender os “projetos de vida” dos assentamentos, podendo-se assim subsidiar os programas de Reforma Agrária com informações relativas ao lugar que o assentamento ocupa no projeto de vida dos assentados.

Neste contexto, a presente pesquisa buscou enveredar pelos caminhos de um assentamento, delineando a trajetória de seus assentados e seus projetos de vida. Trata-se do assentamento Margarida Alves, estabelecido em 25 de agosto do ano de 2005 (e, portanto, com 05 anos de permanência) na zona rural do município de Bambuí, situado na mesorregião do alto São Francisco, no Estado de Minas Gerais. O Margarida Alves foi estudado em termos do “campo de possibilidades” dos assentados, nos diferentes âmbitos da vida: campo de trabalho, educação, lazer, habitação, serviços, infraestrutura e sociabilidade. Em decorrência deste campo de possibilidades, estudaram-se os projetos de vida dos assentados.

## **1. PROBLEMA**

### **1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA**

Uma das preocupações dos governos tem sido a permanência dos trabalhadores rurais na terra em que foram assentados. De acordo com Camargo e Oliveira (2006), a permanência na terra poderia representar a possibilidade não só de sobrevivência, mas também de melhoria em todas as esferas da vida. Autores como Paim e Dall’Igna (2009), defendem que “os assentamentos rurais são alternativas de desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, capaz de proporcionar ao pequeno agricultor possibilidades de desenvolvimento, refletindo em um desenvolvimento local, regional e nacional”. Contudo, esta parece não ser a perspectiva de outros estudos. Uma pesquisa realizada em setembro de 2009 pelo IBOPE, que entrevistou mil famílias de assentados rurais de nove estados brasileiros (MT, PA, BA, MA, PE, SP, TO, MG e GO) e foi divulgada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), revelou a debilidade dos assentamentos. A informação, apesar de seu interesse ideológico por parte da instituição demandante da pesquisa, não pode deixar de ser levada em

consideração. Ela sintetiza a má situação dos assentamentos: 37% das famílias assentadas vivem com renda per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, em situação classificada como “de extrema pobreza”. A média nacional para este contingente é de 17%, ou seja, menos da metade observada nos assentamentos. Isso significa que, vivendo em seus lotes, os assentados têm vida pior do que teriam se continuassem fora deles. 37% das famílias assentadas não produzem um mísero grão de milho; 47,7% não produzem sequer o suficiente para sustentar a família; só 27,7% conseguem produzir algum excedente que possa ser vendido e gerar renda, ou seja, 72,3% das famílias não geram renda alguma na propriedade (BRASIL, 2009).

Reforçando esta dissociação dos assentamentos com a atividade agrícola, está a pesquisa de Andrade et al (2009), que analisa a situação do assentamento rural da Fazenda Malhada no município de Serra Talhada, no estado de Pernambuco, com localização próxima à área urbana. Os autores observaram que, mesmo possuindo uma boa infraestrutura, o assentamento contava com baixo grau de empreendedorismo e envolvimento com a atividade rural. Segundo o estudo, uma parcela significativa dos assentados buscava, como primeira fonte de renda, o trabalho fora do assentamento nas ocupações de prestação de serviço, como: ajudante de pedreiro ou comerciário na cidade, que era relativamente próxima. Evidencia-se, assim, a falta de motivação para o desenvolvimento de atividades rurais. O estudo destacou ainda que boa parte dos assentados possuía motocicletas e outros equipamentos eletrônicos, mas não demonstravam interesse em investir em atividades no meio rural. De outro lado, o estudo revelou uma dinâmica de profunda ligação dos assentados com o urbano. Para Castro (2006), a relação de cada família com o espaço urbano depende da forma como esta constrói as suas estratégias de reprodução (estratégias de vida) em relação à cidade. A visão da cidade gera sentimentos ambíguos de prazer e desprazer, dependendo do tipo de relação de complementaridade que ela tem com o assentamento.

Segundo Medeiros (2006), a falta de adaptação com as condições do assentamento e de identificação com outros assentados, além da falta de identidade com o seu novo lugar, na maioria das vezes, completamente diferente de sua área de origem, são fatores que causam a desistência em

permanecer na terra. Há também de ressaltar que, depois da conquista da terra, o assentamento passa a demandar união dos assentados em torno de outros objetivos. Ocorrem muitas vezes, conflitos dentro do próprio grupo, pois o aprendizado com a terra e com o assentamento passam a estabelecer relações nunca vividas como o respeito às normas e regras impostas pelas instituições à frente e na origem dessas organizações<sup>1</sup>. Estas situações geram choques com as tradições familiares e culturais, que, nem sempre, são possíveis de serem evitados.

Tais situações estão, muitas vezes, associadas à diversidade dos grupos e das conjunturas presentes nesses espaços. Considerando a trajetória da formação de vários assentamentos no Brasil, Medeiros e Leite (1999) apontaram uma variedade de situações presentes nesta trajetória. Muitas vezes, trata-se de populações urbanas, que eram trabalhadores rurais, expulsos de áreas agrícolas em transformação e passaram a ocupar as periferias de cidades, com envolvimento em atividades informais ou, até mesmo, com empregos formais. Assim, os assentados, nessas situações, são pessoas com experiência urbana que, identificando uma oportunidade de retorno às áreas rurais buscam-nas, não com a intenção de recriar um modo de vida camponesa, mas de encontrar alternativas de sobrevivência mais estáveis conjugando o trabalho com outras atividades ou rendas. Muitos deles, inclusive, viviam de atividades eventuais como diaristas.

Sendo assim, o projeto de assentamento rural finaliza um processo de luta pela terra, mas marca o início de outro, que é a manutenção neste espaço. Neste novo processo onde as transformações são constantes, os trabalhadores rurais buscam a possibilidade de desenvolver seus “projetos de vida”. Estes, por sua vez, encontram-se enraizados na trajetória de vida de cada indivíduo e/ou família, que tem agora seu cotidiano transformado. Se antes lutavam por um pedaço de terra, agora lutam pela permanência no espaço conquistado. Nesse contexto, a união, a solidariedade, a partilha, o companheirismo, a ajuda mútua, a democracia e a participação colocam-se como princípios orientadores das formas de conduta e de organização dos assentados nas suas lutas diárias. (SCHWENDLER, 2000).

---

<sup>1</sup> O início da formação de um assentamento pode estar ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a instituições, como a Igreja e outras forças, enfim, pode ter origens diversas.

Os assentamentos, tal como apontaram Leite et al (2004), podem se colocar como o espaço onde famílias com trajetórias distintas se encontram e passam a ter um projeto de vida em comum seguindo agora uma trajetória próxima, onde os projetos de vida individuais passam a ser reelaborados<sup>2</sup>. No entanto, nem sempre os modos de vida num assentamento são compatíveis com os modos de vida das famílias assentadas. A vida no assentamento implica em mudanças nas formas organizativas, nas sociabilidades, nos arranjos espaciais das famílias, dentre outras.

Um estudo desenvolvido por Navarro et al (1999), em assentamentos no Rio Grande do Sul, evidenciou as tensões e indefinições entre as diferentes propostas de organização dadas pelos movimentos sociais e sua relação com as trajetórias das famílias. O modelo de ação coletiva proposto pelo MST entrava em confronto com a realidade da maioria dos assentados que trabalhavam individualmente. Em suas trajetórias, os grupos que seguiam a proposta de organização do MST monopolizavam, gerando competições internas, uma vez que não havia espaço para outros grupos se manifestarem, levando a formas de organização familiar individualizada com diferentes níveis de associação e ajuda mútua. Conhecer as trajetórias das famílias assentadas nos permitiria compreender as referências simbólicas que dão sentido às escolhas e aos projetos de vida dos assentados. De acordo com Faria (2005), levar em conta o percurso das populações assentadas é considerar as possibilidades de histórias que se fizeram diferentes, com a construção de laços de solidariedade e vínculos de fidelidades e reciprocidades diversas.

---

<sup>2</sup> Leite et al (2004), ao estudarem 92 assentamentos focalizando seis regiões: sul da Bahia, entorno do DF, sertão do Ceará, sudeste do Pará, oeste de Santa Catarina e zona canavieira nordestina constataram que os referidos assentamentos propiciaram o surgimento de novos espaços e redes de sociabilidade. Também o cotidiano daquela população foi marcado pelas estratégias de reprodução da unidade familiar, pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião e com os espaços de lazer. As atividades sociais dos assentados caracterizavam-se por estarem mais voltadas para o interior do assentamento, e sua vida comercial para os centros urbanos. De outro lado, as associações formadas favoreciam as relações dos assentados com outras entidades e /ou atores externos. A integração no interior dos assentamentos tinha lugar na troca de informações e de favores, nas formas de ajuda mútua, isto é, nas formas de interação comum a esse tipo de comunidade. Nos dias festivos, religiosos e esportivos, os espaços coletivos do assentamento constituíam-se nos centros de atividades de lazer, onde se reuniam os seus membros. Esse contexto, por sua vez, favorece a construção de um projeto de vida comum.

Nesse sentido, estudar as trajetórias e os projetos de vida permitiu compreender a perspectiva que os sujeitos têm em relação ao assentamento nos diferentes aspectos que envolvem a sua vida: trabalho, educação, saúde, lazer, habitação, serviços, infraestrutura, sociabilidade etc. A partir dessas categorias, pode-se verificar se a perspectiva dos assentados envolve o trabalho agrícola no assentamento e/ou o ganho remunerado em outras atividades.

Para análise dessas questões, tomou-se como objeto de estudo o assentamento “Margarida Alves” localizado na área rural do município de Bambuí, na antiga “Fazenda Velha Cerradão”. A referida fazenda, distante 5,5 km da cidade de Bambuí, foi ocupada por trabalhadores rurais sem terra e dividida em 49 lotes, sendo que a área média das parcelas (área útil/família livre para cultivo) é de 28,8845 hectares, acrescida de uma área comunitária. A partir do contexto delimitado, buscou-se, nessa pesquisa, compreender a capacidade dos assentamentos rurais de garantir a reprodução das famílias assentadas. Essa discussão se construiu a partir da análise das trajetórias e dos projetos de vida dos assentados que permitiu perceber o “lugar” que o assentamento ocupa nos diferentes aspectos que envolvem a sua vida. É como, no dizer de Boutinet (2002), “uma maneira de considerar a relação presente-futuro”. Ao se apropriar do social, o indivíduo nele inscreve sua marca e faz em sua subjetividade uma retradução deste social, reinventando-o a cada instante (FERRAROTI, 1998).

Considerando a temática deste estudo, teve-se como objetivo geral analisar como as trajetórias e os projetos de vida das famílias do Margarida Alves revelavam a expectativa que tinham em relação ao assentamento. Assim, buscou-se, em termos específicos, analisar as trajetórias de vida dos assentados, os seus projetos de vida e o lugar que o assentamento ocupa nestes.

## Hipóteses

1 A trajetória urbano-rural do assentado está associada a projetos de vida familiares que tornam o assentamento um meio e não um fim para se alcançar uma melhor condição de vida.

2 A trajetória de vida rural-rural do assentado está associada a projetos de vida familiares que tornam o assentamento um fim e não um meio para se alcançar uma melhor condição de vida.

3 A condição de fim ou de meio do assentamento não se constitui em um fator restritivo às possibilidades de reprodução social dos assentados.

## 1.2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado no assentamento Margarida Alves, no espaço geográfico que antes se denominava Fazenda Velha. Trata-se de uma área rural do município de Bambuí, o qual se situa na mesorregião do Alto São Francisco, no estado de Minas Gerais. Além da trajetória do grupo, as análises foram compostas também de avaliações das suas condições atuais e possibilidades futuras. Optou-se pela pesquisa *survey* para delinear a trajetória dos assentados do Margarida Alves.

A pesquisa *survey* busca obter dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, normalmente um questionário (FREITAS et al, 2000 apud Tanur apud Pinsonneault & Kraemer, 1993).

Neste tipo de *survey*, a hipótese pode não ser causal, mas tem o propósito de verificar a relação entre as variáveis. (FREITAS et al, 2000). A etapa inicial desta metodologia foi uma revisão bibliográfica sobre o assunto a ser pesquisado, de forma a construir a contextualização das interrogações elaboradas.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista, que é um recurso do método *survey*, elaborado em consonância com os objetivos da pesquisa, é 'um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional'.(MARCONI e LAKATOS, 2005). Conforme estes autores, o entrevistador segue um roteiro pré-determinado para que obtenha respostas às mesmas perguntas permitindo-se uma comparação entre as mesmas. O roteiro da entrevista utilizou perguntas que permitiram um diálogo aberto com o entrevistado, fazendo intervenções quando necessárias para um melhor entendimento da questão. E como bem afirma Gaskell (2002: p.68) “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”.

A pesquisa foi *cross-sectional* (corte transversal), isto é, a coleta dos dados ocorreu em um só momento, no período de julho a agosto de 2010.

A população pesquisada foi composta pelos assentados do Assentamento Margarida Alves. Ao todo, foram entrevistadas quarenta e cinco (45) das 49 famílias assentadas<sup>3</sup>. Assim, no primeiro momento da pesquisa, foi realizado o censo dos assentados e, em seguida, foi composta uma amostra com 20 jovens, filhos destes assentados. O número de jovens que compôs o quadro da amostragem não foi determinado *a priori*, suas entrevistas ocorreram após a dos pais, com aqueles que se encontravam em suas residências ou nos outros locais que se seguiram as entrevistas. Os jovens e suas famílias ajudaram a compreender as possibilidades de permanência dos trabalhadores rurais na terra em que foram assentados. Nas entrevistas, buscou-se compor o perfil socioeconômico das famílias e dos jovens, bem como suas condições de vida anteriores à instalação no assentamento e suas condições atuais. A partir daí, buscou-se compreender o contexto do assentamento nas suas trajetórias e projetos de vida. Abaixo, busca-se descrever cada uma dessas **variáveis** e seus respectivos **indicadores**:

---

<sup>3</sup> Das quatro famílias não entrevistadas, três foram em decorrência de não serem localizadas nos lotes e/ou em suas residências urbanas no período das entrevistas. Uma família encontrava-se fora do município para tratamento de saúde.

- **Perfil socioeconômico, pessoal e familiar do assentado:** a composição dessa variável fez-se pelos indicadores de sexo, idade, estado civil, ocupação, rendimentos e tipos de vínculos de trabalho estabelecidos no espaço rural, escolaridade máxima, idade, ocupação e estado civil do chefe de família, renda familiar e composição familiar;
- **Condições de vida das famílias antes do assentamento:** condição da moradia, localidade de origem, ocupação e renda familiar anterior e principais redes sociais estabelecidas à época;
- **Condições de vida atuais das famílias no assentamento:** a análise das condições de moradias atuais esteve relacionada à observação dos materiais de construção utilizados, tipo de iluminação, número de cômodos, saneamento básico (coleta de lixo, instalação sanitária, rede hidráulica e armazenamento de água), formas de organização (produção coletiva, comunitária, por grupo, tradicional, familiar), principais redes ativadas e desativadas, além das demandas principais e conflitos enfrentados;
- **O assentamento no contexto das trajetórias familiares:** buscou-se compreender nessa variável o contexto migratório das famílias, suas justificativas em relação à busca pela terra no assentamento, suas percepções do assentamento Margarida Alves no seu contexto de vida e projetos futuros e, finalmente, as dinâmicas rurais-urbanas estabelecidas pelos assentados;
- **Projetos de vida do assentado:** foram analisados em termos da família, o desejo de permanência no lote, as motivações para tal, seus objetivos futuros com relação à permanência no local.
- **Projetos de vida dos jovens:** objetivos do jovem a curto, médio e longo prazo, em diversos âmbitos da vida, bem como a forma como pretendem alcançar esses objetivos. A partir desses indicadores, buscou-se compreender o lugar do assentamento nos projetos de vida da família e dos jovens. A escolha de entrevistar os jovens deu-se considerando que estes são os possíveis continuadores do projeto de assentamento, uma vez que boa parte dos proprietários, seus pais, entrarão em idade pouco produtiva.

Inicialmente, com o intuito de ter um conhecimento prévio e visão de algumas características da população pesquisada, dados da constituição do acampamento e assentamento, ocorreram algumas conversas e entrevistas informais com moradores de Bambuí que tiveram algum envolvimento ou conhecimento do início do movimento.

A coleta de dados *in loco* foi realizada pela autora da pesquisa, sempre acompanhada por um assentado. Ao chegar em cada domicílio, a pesquisadora era apresentada e sempre afirmava que poderiam expressar suas opiniões sem receios, uma vez que as perguntas seriam utilizadas apenas para um trabalho acadêmico. Em seguida, explicava a finalidade da pesquisa e a importância da participação, evitando que se sentissem pressionados a participar.

Devido às dificuldades de se encontrar as famílias em seus domicílios, buscou-se entrevistá-los também em outros locais. Assim, foram entrevistadas vinte e uma famílias no domicílio na zona urbana, seis em reuniões mensais que ocorrem no assentamento, sete no local de trabalho comunitário e onze no domicílio no assentamento.

As famílias entrevistadas em domicílio foram mais atenciosas, dispensaram mais tempo para a entrevista. E ainda, as entrevistadas no domicílio no assentamento puderam além de responder o questionário, apresentar à pesquisadora alguns de seus trabalhos no lote, como pomar, hortas e criações. Na data, também foi possível verificar as condições de moradia, perceber alguns costumes e ouvir relatos que extravasaram o questionamento pronto.

Para analisar os dados quantitativos utilizaram-se os procedimentos da estatística descritiva expressos em tabelas e gráficos. Os dados qualitativos foram analisados pelas falas dos entrevistados, sendo que as entrevistas foram lidas e relidas, construindo-se quadros que permitiram visualizar as diferenças e semelhanças, bem como ter uma visão geral das categorias analisadas. Vale ressaltar que todos os nomes dos entrevistados são fictícios em função de se resguardar suas identidades.

## **Estrutura do Trabalho**

Na introdução, foram feitas a apresentação geral do trabalho, a justificativa para o tema, a contextualização do problema de pesquisa, os objetivos, a hipótese e os procedimentos de coleta e análise de dados. No primeiro capítulo, buscou-se contextualizar alguns estudos importantes que tiveram como temática os assentamentos rurais no Brasil e, a partir destes, compor o modo de organização social e produtiva dos assentados. Nesse momento buscou-se, também, construir um referencial teórico a respeito de duas das categorias fundamentais abordadas no trabalho, “trajetória” e “projeto de vida”. No segundo capítulo, partiu-se para o processo de constituição do assentamento Margarida Alves, contextualizando-o geograficamente, descrevendo o tempo de luta pela conquista da terra e as dificuldades vividas debaixo da lona. Identificou-se a dinâmica rural-urbana estabelecida a partir da configuração espacial no assentamento e nas relações que se estabeleciam pelos assentados entre a zona rural e urbana. No terceiro capítulo, foi feita a análise dos dados e das discussões coletados na pesquisa. Buscou-se conhecer as trajetórias dos assentados, criando-se uma tipologia para a apresentação dos mesmos, identificando o lugar de origem dos assentados e suas ocupações profissionais pré-acampamento. No capítulo quatro, buscou-se saber as relações externas estabelecidas pelos assentados e compreender o lugar do assentamento no projeto de vida das famílias e dos jovens. E, por último, foram apresentadas as considerações finais referentes à pesquisa realizada.

# CAPÍTULO I

## ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E PROJETOS DE VIDA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste capítulo, apresentam-se, através de pesquisa bibliográfica, estudos que tiveram como temática os assentamentos rurais no Brasil e, a partir deles, o modo de organização social e produtiva dos assentados. Também aqui, buscou-se construir um referencial teórico que ancorasse as categorias privilegiadas de análise nesse estudo, “trajetória” e “projeto de vida”.

### 1.1. ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

O problema da concentração fundiária no Brasil remete diretamente à histórica distribuição de terras desde a colonização. O sistema de sesmarias, que consistiu a primeira forma de distribuição de terras no Brasil, preconizou a formação de latifúndios, e estes dependentes de mão de obra, deram início a outra instituição: a escravidão. A sociedade colonial organizou-se com uma discrepante distribuição de terras, ficando poucos com muito e muitos com nada. Em 1822, deixou de vigorar o sistema de sesmaria, em 1850, com a abolição do tráfico negreiro, surgiu uma nova regulamentação de terras visando resolver o problema da falta de mão de obra e a ocupação de terras devolutas. Fazia-se necessário regulamentar o acesso a terra para integrá-la a economia e foi com esse propósito, que se promulgou, em 1850, a Lei de Terras (ALVES FILHO, 1999).

A Lei de Terras, regulamentada em 1854 pelo Decreto-lei nº1318, ocupou-se em distinguir terras devolutas de terras particulares. Passou a impor empecilhos à posse da terra para manter o trabalhador nas fazendas,

impedindo-o de vir a tornar-se um novo proprietário. A partir de então, a aquisição de terras devolutas só poderia ser feita através da compra, ficando vetada qualquer outra forma de aquisição. Ao inviabilizar o acesso a terra para as classes dominadas, as aspirações da elite fundiária foram coroadas, garantindo desse modo, o desenvolvimento de um contingente de mão de obra barata para os latifundiários. Ocorreu que mesmo sendo seus dispositivos simples e teoricamente eficientes, essa lei acabou por não dar solução ao problema fundiário nacional (SABOYA, 1995).

O Decreto nº. 10.105 de março de 1913 foi o primeiro dispositivo a instituir expressamente o processo de discriminação e administração das terras devolutas da União, cuja execução foi suspensa em 1915. Já em setembro de 1946, o Decreto-Lei nº. 9.760 dispunha sobre terras devolutas da União, mas este foi revogado em 1956 com a definição de procedimentos aplicáveis também pelos estados e municípios. A seguida sucessão de leis em nada resolveu o quadro distributivo de terras no Brasil. O que se verificou foi a instalação de um quadro fundiário em grande desordem. Somente em 1964 medidas decisivas de política fundiária foram implantadas pelo Governo Federal, ao sancionar a Lei nº. 4.504, o Estatuto da Terra, sendo este o documento legal de maior alcance e importância para questões fundiárias (PINHEIRO, 1999). Cabe ressaltar que o governo apenas sancionou a lei, pois ela também é fruto de lutas dos trabalhadores rurais pela terra.

A releitura do processo histórico de distribuição de terras no Brasil revela as grandes desigualdades na distribuição e uso da terra e ainda demonstra uma ineficácia nas políticas para a questão agrária. Esse quadro alimenta a dinâmica das invasões e conflitos pelo acesso a terra ao longo das últimas décadas. Como consequência, tem-se a formação dos assentamentos rurais, que de acordo com Bertolini e Carneiro (2007), geralmente, são áreas de antigos latifúndios, conquistadas por trabalhadores rurais sem-terra por meio do processo de ocupação (acampamento no local). A área destas fazendas passa por nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades. São realizadas alterações na conformação do espaço local, no sistema produtivo e nas relações sociais, de forma a viabilizar a implantação do assentamento.

Ainda assim, não se tem o problema solucionado por completo, haja vista a conquista da terra ser apenas o primeiro passo. “O mais difícil não é o processo de conquistar a terra, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados...” (BOGO, 1999:p.35). A terra do antigo latifúndio passa a ser compartilhada por muitas famílias inseridas agora numa comunidade. Conforme Medeiros (2006), o aprendizado com a terra e com o assentamento propicia, muitas vezes, relações que anteriormente nunca haviam existido, como a experiência de se fazer reuniões, coordenar, respeitar a decisão e opinião dos outros; fazer cumprir as decisões tomadas no grupo e manter o convívio social por meio de ações que estão atreladas à orientação dos movimentos sociais, que interferem diretamente nos modos de organização social e de produção. Por outro lado, as famílias assentadas, devido a sua história de vida e trabalho na região de origem, apresentam formas diferentes de organização social e produtiva que, muitas vezes, entram em conflito com essas proposições, conforme se passa a analisar.

### **1.1.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS GRUPOS**

Alguns autores como Vilela (2002), sugerem que as trajetórias de vida distintas dentre as famílias que formam os assentamentos sejam causa direta da não adequação das famílias no mesmo, uma vez que suas experiências anteriores refletem nos relacionamentos dentro do novo espaço social. Muitas vezes, os assentamentos organizam-se conforme modelo do MST, criando associações, trabalhando em conjunto, priorizando os interesses sociais em detrimento dos interesses particulares. Também a origem dos assentados pode ser um fator importante na sustentabilidade dos assentamentos. Estudos como os de Castro (2006), Leite (2004) e Aquino (2010) mostram que o assentado de origem urbana se junta ao de origem rural, formando uma miscelânea de costumes e gestos para com a propriedade, tendendo o homem com história de vida rural formar vínculo com a terra, tendo-a como fim, ao contrário daquele com origem urbana que pode entendê-la como meio, usufruindo em parte, dando outras significações. As pessoas que compõem o grupo dos assentados,

de acordo com Vilela (2002), têm suas histórias de vida diferentes e ao adentrarem ao movimento, estas se entrelaçam. O grupo pode estar composto por donas de casa, pedreiros, encanadores que não encontraram emprego na cidade, bem como trabalhadores rurais que trabalhavam como meeiros ou diaristas, sendo que destes, alguns até tentaram a vida nas cidades, mas não se adaptaram. Estes trabalhadores conheceram a reforma agrária e aderiram ao movimento de luta pela terra na esperança de conquistar uma parcela de chão. As trajetórias dessas pessoas encontram-se nos assentamentos. Nesse sentido, conquistar a terra é apenas um passo no processo de obtenção da terra. Trabalhar a terra e gerar riquezas caminham junto com a formação de uma nova consciência dos assentados (BOGO, 1999).

Para D'Aquino (1996), os modos de ser e de viver no assentamento se colocam dentro de uma concepção de construção coletiva que se faz a partir das experiências passadas e dos projetos coletivos do grupo. Nas suas palavras:

“Concebendo a relação entre a estrutura e as práticas, como uma relação dialética entre o *habitus* e um projeto grupal, concebe-se os modos de ser e de viver no assentamento como uma construção coletiva, a partir das experiências passadas (lembranças) e dos projetos de futuro (os sonhos), numa dada conjuntura. Empregando esse referencial, examina-se as andanças dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida como construção de um projeto grupal, pois eles se encontram, passam a reunir-se organizados pela Igreja, Partidos políticos e Sindicatos e começam a lutar por terra. Já nesse momento surgem diferentes projetos relacionados com os *habitus* dos grupos que os formulam: para as famílias de tradição camponesa, a terra simboliza a última alternativa possível para a reconquista do velho estilo de vida e da autonomia, enquanto para os trabalhadores urbanos ela aparece como alternativa à fome, ao desemprego ou ao cartão de ponto. Organizados pela CPT ou pelo MST, alguns grupos de trabalhadores expressam também a utopia de construção de uma sociedade mais justa na busca da terra própria (D'AQUINO, 1996: p. 48).

O assentamento pode então ser entendido potencialmente como um espaço social construído por diferentes estruturas de pensamento e

comportamento. Residir no assentamento é, para as 'famílias recém-chegadas, um novo tempo de viver no qual se invertem as prioridades' e há mudanças significativas, podendo ser até mesmo mudanças nas relações de tempo e espaço. O assentamento torna-se um lugar com características preciosas, marcado pela presença de numerosas famílias que passam a ocupar um espaço antes vazio socialmente e coloca a necessidade de um exercício de pensar uma nova organização. (D'AQUINO, 1996)

De acordo com Piccin (2007), percebe-se entre os assentados uma tendência em promover uma atualização do conjunto de conhecimentos, experiências, desejos, expectativas e projetos de futuro, que pode, ao longo de suas trajetórias de vida, passar por ressignificações antes e durante o período de luta coletiva pela posse da terra. Ainda, a área geográfica onde se localiza o assentamento é impregnada de marcas históricas, evidenciadas na infraestrutura, na forma produtiva regional, e estas são herdadas pelo assentamento, além da cultura da população dos sem-terra. De tudo isso, dependem as representações coletivas sobre o assentamento e os projetos de vida futuros elaborados tanto pelos assentados quanto pelo Incra e pelas direções dos movimentos de luta pela terra. As idéias e opiniões sobre as características agroindustriais da região, a partir das interações com outros indivíduos e instituições, dentro e fora do Assentamento, colaboram na definição das estratégias produtivas das famílias do assentamento.

Uma hipótese que pode ser formulada, de acordo com Piccin (2007), é a de que as estratégias reprodutivas das famílias no assentamento estão ligadas às experiências vivenciadas pelas famílias em suas trajetórias de vida e às condições de estruturas em que o assentamento está submetido. A mediação destas estratégias acontece na dinâmica da composição do grupo familiar e pelas propriedades socioculturais de forma heterogênea, com diferentes graus de participações em instâncias política e técnica, capaz de gerar diferentes redes de relações tanto no âmbito interno como externo do assentamento. As políticas de assentamento devem levar em consideração as trajetórias de vida dos 'agricultores assentados' e as posições sociais anteriormente ocupadas, juntamente com a noção de trajetória social, pois estas diretrizes levam a compreender que os assentados fazem parte de um grupo heterogêneo, com

histórias distintas. Esta observação está presente também nos estudos de Giuliani e Castro (1996), que observaram que o tratamento do Estado para com os assentados sempre se dava no plano coletivo, desconhecendo as diferenças internas destes. É comum a falta de experiência dos assentados com os trabalhos agrícolas, pois muitos são retirantes de centros urbanos. Estes sentem mais o isolamento, a falta de infraestrutura e de serviços. Soma-se a esses fatores a burocracia dos técnicos do INCRA, com interesses políticos e pessoais.

A observação da heterogeneidade das famílias assentadas propiciaria o estudo da diversidade entre os agentes e suas visões diferenciadas de todo o processo, além dos recursos incorporados aos indivíduos em tempos e espaços também diferenciados. O trabalhador do campo que passou por um processo organizativo, que vivenciou concretamente uma luta e hoje está assentado, aprendeu a valorizar a terra conquistada, que é sinal de compromisso com a luta e com os movimentos de luta pela terra. A experiência de conquista através de uma organização coletiva leva os assentados a assumirem a luta e a organização como uma continuidade, como uma maneira própria de ser e viver a vida no campo. Encontra-se diante de uma nova realidade construída a partir das dificuldades vivenciadas, tornando possível a formação de uma identidade calcada na prática da convivência e dos ideais emergidos. (SCHWENDLER , 2000).

“No fazer/construir a luta pela terra, os assentados descobrem novas dimensões sociais que se traduzem no modo e na forma como constroem a cidadania político-social coletiva, como redefinem a cultura política no seu novo espaço conquistado, - o assentamento - onde buscam tornar concretas novas concepções apreendidas através de uma práxis social. Este "novo" apreendido nas lutas sociais manifesta-se em formas de vida e de relações sociais diferenciadas, tornando possível o rompimento com alguns valores instituídos socialmente. No entanto, apesar de alguns novos valores apreendidos no processo de luta pela terra serem assumidos no cotidiano concreto de assentado, os costumes, valores e tradições antigas continuam arraigados. É um conflito entre as velhas formas de vida de camponês e o diferente que se apreendeu coletivamente, manifestado num momento em que se torna necessário reconstruir um novo estilo de vida, num novo espaço social e coletivo”. (SCHWENDLER , 2000 p: 7)

A organização dos agrupamentos presentes nos assentamentos do Rio Grande do Sul fez-se em função da trajetória comum das lutas, da característica étnica e dos elos de amizade, vizinhança ou parentesco estabelecidos anteriormente ou no próprio assentamento. Assim, o estudo apontou uma divisão nos agrupamentos em dois blocos: os “de origem” (descendentes de imigrantes europeus) e os “caboclos” (de origem brasileira). Essa divisão evidencia-se não somente nas formas de organização dos agrupamentos e na constituição das suas identidades, mas também nos seus modos de organização e produção. Os caboclos, devido à precariedade do padrão de vida anterior, privilegiavam a obtenção de um lugar para morar e alimentação básica para a família, enquanto os “de origem” eram mais sofisticados, priorizavam investimentos na produção, tendo como referência o padrão de vida de seus pais ‘colonos’. Para Zimmermann (1994), existe um antagonismo entre os blocos, decorrente das relações de poder no interior do assentamento, onde os possuidores de maior capital ocupam posições privilegiadas em detrimento daqueles com menor volume de capital. As famílias ‘de origem’ eram culturalmente reconhecidas como “verdadeiros colonos” pela sociedade como um todo, enquanto o ‘caboclo’ era identificado como pertencente a uma posição social de exclusão, um desprovido da terra.

A maioria dos assentamentos no Brasil teve a sua constituição atrelada à trajetória do MST. Essa conjugação evidenciou elementos que favoreceram a tensão e indefinição entre as propostas de organização da produção pelo MST com as trajetórias das famílias (Navarro et al, 1999). Assim, por exemplo, o MST tem sua orientação voltada para a ação coletiva em detrimento das iniciativas familiares. Tais ações são desenvolvidas no contexto das associações e das cooperativas. Através das associações, a comunidade passa a ser representada junto a outras instituições do poder público e do setor privado, manifestando a preocupação com a obtenção de créditos agrícolas, melhorias das condições de produção, acesso a mercados e políticas de comercialização, dentre outros.

“De modo geral, pode-se considerar que as ações das organizações associativas e cooperativas estão voltadas para a melhoria dos sistemas de produção e comercialização das famílias assentadas, criando possibilidades de acesso a novas tecnologias, com o objetivo de aumentar a produção e a

produtividade, eliminando a presença dos intermediários no processo de comercialização.” (FERREIRA et al, 1999, p.221)

Considerando que a administração das associações e cooperativas fica nas mãos dos próprios assentados e estes têm trajetórias de vida distintas, muitas vezes sem experiência nestes setores, pode haver excessiva concentração de poder nas mãos da diretoria ou da liderança e isto se apresentar como um fator de diminuição da participação dos associados, significando mais uma possibilidade de não concretização dos objetivos almejados de um assentamento (PINHEIRO, 2001). Por outro lado, as diferentes estruturas familiares que compõem o assentamento têm sido apontadas nos estudos como limites às ações das associações e das cooperativas.

Diferenciadas formas na organização da produção têm demarcado a realidade produtiva dos assentamentos. Conforme descreveu Pinheiro (1999), elas podem se colocar nos seguintes termos: a) produção coletiva, onde a exploração agropecuária é realizada no espaço físico do assentamento destinado às atividades sociais comunitárias e à exploração coletiva. A partilha do produto final é feita sob a administração da associação; b) produção comunitária – utilização de espaço de domínio particular de um ou mais titulares, com as relações econômicas e de trabalho coletivas, geralmente com mão de obra familiar. O produto final é partilhado de forma diferenciada, 10% do rendimento são para o pagamento da concessão da área, o restante da produção é comercializado e dividido entre os participantes, com pequena parte destinada à Associação dos Assentados; c) produção por grupo – um pequeno grupo, de 4 a 6 famílias, decide por um projeto de produção, desenvolvido numa única área, com administração e coordenação de grupo, em acordo com a associação que intermediará as futuras negociações; d) produção tradicional familiar – realizada sob domínio e responsabilidade exclusiva do titular da parcela, acontece simultaneamente às citadas anteriormente. Em um dos assentamentos, são adotadas novas estratégias de produção coletiva, mediante projetos e parceria externa, em atividades agrícolas e pecuárias.

As associações nos polos agroflorestais no estado do Acre<sup>4</sup>, conforme apontaram os estudos de Paula (1999), apresentaram aspectos positivos e negativos. Assim, elas possibilitavam na realidade daqueles assentamentos uma alta produção, contribuindo para o aumento de renda de todos os participantes. No entanto, por outro lado, o momento de partilha dos resultados era sempre marcado por muita tensão e conflitos. Com isso, havia desagregação de forças e conseqüente perda de poder mediante a demanda de capital, necessária a melhorias das condições de vida dos assentados.

Nesses diferentes contextos, a proposta do MST, por vezes, entra em confronto com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características dos assentados, com a dinâmica própria da vida rural e, também, com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade agropecuária, conforme apontaram Navarro et al (1999), em relação aos assentamentos no Rio Grande do Sul. Nesse estado, a relação de força se alterou e a artificial unidade forjada na constituição de uma “cooperativa de produção agrícola”, que no início reunia a grande maioria das famílias nos primeiros momentos do assentamento, foi-se esfacelando. Em seu lugar surgiram movimentos de resistência e oposição à proposta predominante, bem como a outras formas de organização da produção que combinam a iniciativa familiar individualizada com diferentes níveis de associação e ajuda mútua. Nesse contexto, Navarro et al (1999) apontam como sendo um dos principais motivos de desagregação dos grupos organizados em cooperativas, nos moldes do MST, a falta de equivalência entre a produtividade e a distribuição dos ganhos nos grupos coletivos.

---

<sup>4</sup> A história dos assentamentos no Acre foi marcada pela presença da igreja católica nas lutas sociais no campo na década de 1960. Um grupo de seringueiros que migraram das florestas devido à decadência da borracha ocuparam terras nas proximidades de Rio Branco, conseguindo com o apoio da Igreja a desapropriação e titulação dos lotes, e a criação da primeira cooperativa do Acre, que incentivava a exploração coletiva da terra. Em 1987, foi criado o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), que é um reconhecimento das reivindicações dos seringueiros. Para contrapor-se ao sindicalismo no campo, o governo estadual incentivava a criação de associações. Estas passaram a ser canais privilegiados de interlocução com o poder executivo, recebendo equipamentos doados pelo governo, desarticulando as bases sindicais. O MST não tem presença no Acre. Como proposta de reforma agrária da prefeitura foram criados os polos agroflorestais com objetivo de alternativa de moradia, emprego e renda. Nestes polos, a terra é da prefeitura, que propicia infraestrutura e assistência técnica e as famílias têm um contrato de concessão de uso por 30 anos (PAULA, 1999).

No estado de São Paulo, conforme apontou o estudo de Bergamasco e Norder (1999), os assentamentos rurais se constituíram a partir da luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitianteiros atingidos por barragens. Tratava-se de trabalhadores que disputaram áreas rurais por eles já ocupadas, ou eram assentamentos de organização sindical de trabalhadores rurais assalariados temporariamente no corte de cana, ou ainda, a luta de trabalhadores sem terra que perambulavam pelo estado. No entanto, nem sempre esse público consegue se estabelecer nas áreas que lhe foram destinadas. A criação de dois projetos-piloto, nos anos 60, um em Campinas e outro em Marília, por exemplo, objeto de estudo dos referidos autores visava à produção agropecuária e a ampliação do consumo de novos produtos industriais e agropecuários na região. No entanto, alguns anos após a sua criação, o assentamento de Marília transformou-se em chácaras de recreio de empresários. Esta realidade coloca em evidência uma das contradições ou distorções nos projetos de reforma agrária desenvolvidos no país, especificamente, em relação aos grupos que vêm se beneficiando desse projeto.

A pesquisa de Pinheiro (1999), em relação a três assentamentos no estado de Goiás, também foi bastante reveladora da complexidade das relações sociais e de produção nos assentamentos daquele estado, por envolver o mesmo, mediadores (MST, CPT, sindicatos) e assentados. No Assentamento João de Deus, a divisão de áreas foi realizada antes da ocupação e conduzida por técnicos do Incra contando com o envolvimento de pessoas influentes da região, que também desejavam parcelas de terra para benefício próprio, não havendo coerência no processo de dimensionamento dos lotes. Já no Assentamento Barro Amarelo, foi observado um acentuado processo de rotatividade das famílias, devido à diferenciação da população assentada: 70,59% eram originárias de Abadiânia e Alexânia (ex-agregados, lavradores, lenhadores, professores da área rural), enquanto 29,41% eram da periferia de Goiânia (motorista, fotógrafo, comerciante, economista, corretor de imóveis, explorador de madeiras). Muitos passaram a usar os lotes como “chácaras de recreio”, apenas como local de descanso nos fins de semana, residindo e trabalhando na cidade, e apenas 45,7% das famílias assentadas no início permanecem no local. É outro dado que contradiz as propostas de

reforma agrária de luta contra as desigualdades econômicas e sociais, bem como a importância da produtividade da terra conquistada.

Tendo por base as diferenciações dos grupos sociais e das relações de trabalho entre os assentados, Pinheiro estabeleceu uma tipologia: a) parceiros – famílias originalmente assentadas, ou que compraram lotes, residiam no assentamento e exploravam a terra; b) rurais-urbanos – alguns compradores de lotes, fixaram residência no assentamento, mas continuavam trabalhando na cidade, conciliando o trabalho com as atividades agropecuárias; c) recreístas – aqueles que compraram o lote, residiam na cidade e visitam o assentamento nos fins de semana, contratando trabalhadores para cuidar de sua parcela; d) especuladores – compradores que residiam na cidade e deixam abandonadas suas parcelas. Esses grupos, com diferentes projetos de vida, confirmaram as distorções existentes no assentamento na reconstrução social e nas relações de produção das famílias. Essas mudanças de sentido estão relacionadas ao fato de a ocupação da área ter sido feita sem a seleção prévia dos candidatos, estimulada por representantes do poder público, o que trouxe como consequência, a comercialização ilegal dos lotes e a não permanência do assentado nestes.

A evasão dos assentados é uma característica comum encontrada em muitos assentamentos. No estado do Mato Grosso, conforme apontou o estudo de Lamera e Figueiredo (2010), a maioria dos assentamentos encontra-se afastados da sede do município mais próximo, contam com péssimas condições de estradas e apresentam carências em termos de serviços sociais. A falta de recursos do assentado, atrelada a um não atendimento pelas políticas de crédito rural, servem como entrave ao desenvolvimento do assentamento, pois não há geração de renda suficiente. Faz-se necessária a adequação do solo para fazê-lo produzir, pois de outra forma, apenas uma parcela de terra poderá ser usada para o cultivo, ficando as demais partes do lote improdutivas. Os números mostram carência de recursos nos assentamentos em termos de infraestrutura e serviços sociais, e estes itens são básicos ao desenvolvimento dos projetos de vida dos assentados.

Os assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro, como mostram Giuliani e Castro (1996), pressupõem um maior aprofundamento das relações

entre o rural e o urbano, no plano mais amplo das dimensões culturais. Tais relações podem ser observadas no discurso dos assentados, sob dois amplos prismas: por um lado, como um processo formador de identidade, sobretudo através da utilização da dicotomia campo-cidade, e por outro, como a reconstrução de novos espaços sociais onde campo e cidade estão próximos ou inter-relacionados. Esse estudo é relevante por apresentar uma contextualização entre urbano e rural, focando a proximidade de ambos como fator importante nas novas estratégias de relações sociais.

O perfil dos assentados revela distinções em termos das trajetórias dos grupos e, possivelmente, em termos dos seus projetos de vida. No Rio de Janeiro, os movimentos são conduzidos mais por “sem teto” do que por “sem terra”. Para Medeiros et al (1999), os assentamentos no RJ têm contribuído para uma reelaboração das relações sociais. Segundo eles, muitos trabalhadores com experiência urbana passam a viver e conviver com trabalhadores rurais ou com outros em situação semelhante à sua, mas em um espaço e com objetivos diferentes daqueles até então experimentados. Muitos buscam as áreas rurais não com o intuito de tornarem-se camponeses, mas como uma alternativa de sobrevivência, conjugando o trabalho agrícola com outras fontes de renda.

Segundo os autores, o elevado grau de urbanização e proximidade com as cidades produzem uma singularidade na relação rural-urbano. Os assentados de origem urbana têm maior tendência a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas e recusam-se a afastar e a romper os laços culturais, sociais e econômicos com as cidades, enquanto os de origem rural são produtores mais tradicionais. Nesse contexto, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas vem proliferando nos assentamentos fluminenses estudados, independente de experiência anterior urbana por parte das famílias e da maior ou menor proximidade das cidades, como forma de garantir a permanência. De acordo com dados do Censo dos Assentamentos Rurais, entre 1996 e 1997, 16,55% dos assentados se dedicavam a atividades não-agrícolas. O estudo de Medeiros apontou ainda fragilidades em relação aos assentamentos do Rio de Janeiro associadas à escassez e má distribuição de

recursos e dificuldades encontradas pelos técnicos para implementação de tecnologias alternativas.

O estudo de Giuliani e Castro (1996), também em relação aos assentamentos no estado do Rio de Janeiro, revelou aspectos importantes em relação à organização social e produtiva dos assentados. No assentamento São João da Boa Morte é forte a presença da religião, principalmente evangélica ou protestante. Devido a essa especificidade, os mutirões acontecem nos limites da igreja da qual os assentados participam. Tais redes religiosas atuam, também, em casos de doença de algum colega que precise da ajuda dos vizinhos ou para construir uma igreja. Os casamentos entre pessoas de igrejas diferentes eram comuns e o que aproximava os casais não era somente a igreja, mas as relações de vizinhança e compadrio e as festas. Além das reuniões de cada igreja, havia ocasiões em que diversas igrejas reuniam-se ou visitavam-se. Já no assentamento Sol da Manhã, a política marcava mais presença que a religião, estendendo-se em várias dimensões, até mesmo externas ao assentamento. E as festas aconteciam mais nos estilos da cidade, ou quando recebiam visitas de parentes que viviam nos centros urbanos.

Esses vários contextos revelados pelas pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil evidenciam as dificuldades de permanência dos grupos assentados nas terras que lhes foram destinadas, deixando aberta uma questão que esse estudo pretende investigar: como a trajetória de vida das distintas famílias que formam os assentamentos interfere na permanência dos assentados. Ou seja, de que forma essa trajetória traz explicação para os seus projetos de vida e o “lugar” que o assentamento ocupa nos seus projetos. O estudo dessas categorias pode revelar o que se esconde por detrás das escolhas individuais e coletivas das famílias, possibilitando, por outro lado, contribuir para a criação de políticas públicas diferenciadas que melhor atendam as demandas dos assentados. Trata-se, pois, de discuti-las, de forma mais aprofundada nos tópicos a seguir.

## 1.2. TRAJETÓRIA E PROJETO DE VIDA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

A vida em um assentamento é intrinsecamente marcada pelo intenso processo de interação entre os indivíduos que formam sua comunidade. Frequentemente, as trocas ocorrem em um contexto de tensão e conflito, pois são indivíduos com realidades e visão de mundos diferentes, compondo agora a mesma comunidade. No entanto, a possibilidade de permanência e construção de um espaço social coletivo ocupado por famílias com histórias distintas faz-se a partir das finalidades que esses grupos têm em comum. Os grupos se organizariam, portanto, para atingir as finalidades que lhes são comuns. Para Velho (1994), estas estariam associadas aos *projetos* de vida de cada um.

O aprofundamento do conhecimento de cada núcleo familiar em termos de suas trajetórias e projetos futuros faz-se essencial em torno da possibilidade de sustentabilidade desses assentamentos. A análise da trajetória, nos termos de Pimenta (2006), “implica em um movimento de reciprocidade a unir passado e presente, mas, sobretudo, no tratamento das práticas sociais por meio dos significados construídos sobre essas práticas. Isso remete a um campo de contradições e ambiguidades, ao reconhecimento dos limites e incompletude das interpretações”. Acredita-se, como Antuniassi et al (1993), que conhecendo as trajetórias dos indivíduos e/ou grupos que compõem o assentamento, seja possível a ligação entre o conjunto das circunstâncias e as estratégias que direcionam os ideais do grupo. Isso se faz através da história de vida contada pelos indivíduos, que revela traços de suas identidades em vários momentos de suas vidas.

Em se tratando dos assentados, sua identidade é, sem dúvida, marcada pelo acampamento, que de acordo com Sigaud (2004) compreende um conjunto de técnicas ritualizadas de realizar a ocupação de terras, em que há um conjunto de regras a seguir para ali conviver, tendo um vocabulário próprio e elementos simbólicos fortes, como bandeiras e a lona preta usada para erguer os barracos que servem de moradia. A lona preta tem uma forte

conotação simbólica, como a crença de que debaixo dela pode-se almejar um futuro melhor, com terras para plantar e criar animais e créditos do governo para construir uma casa, produzir e, sobretudo, estabelecer-se por conta própria sem depender de patrão.

Esta questão remete ao simbolismo de que trata Bourdieu (2004). Para o autor, o símbolo tem o mérito de designar explicitamente a função social de algo ou alguém, sendo por excelência os instrumentos da integração social. Desta forma, os assentados percebem-se enquanto classe social, gerada pelo *habitus* adquirido desde o acampamento. Nos assentamentos, o capital simbólico construído pelo movimento possibilita a união e os esforços de todos para conquistar seu lugar enquanto indivíduos com direitos e oportunidades.

Recorrendo novamente a Bourdieu, pode-se inferir que, para haver um ideal comum, deve haver um poder simbólico que “com efeito só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 2004, p. 7) Neste sentido, cabe dizer que uma comunidade articula-se em torno de objetivos comuns ficando explícito esse motivo da união, mas há estruturas simbólicas não visíveis que acabam por dominar.

Então, para conceituar uma comunidade, faz-se necessário conhecer em profundidade os sujeitos que a compõem, delimitando um tempo cronológico e um espaço específico. Desta forma, é possível ao pesquisador compreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar dos habitantes da comunidade quanto ao olhar de observadores, no que diz respeito à formação do espaço social e como se dá a reprodução do grupo neste espaço. (BOURDIEU, 1996)

Assim, conforme orienta Sigaud (2005), devemos buscar as origens sociais e trajetórias distintas dos assentados, pois nestes relatos se reproduz a história de vida destes autores. Remetendo aos seus pesquisados, a autora pontua dizendo tratar-se de pessoas que em suas trajetórias pré-acampamento haviam perdido o emprego, outros que haviam perdido suas moradias devido às catástrofes naturais, outros desejosos de recomeçar suas vidas interrompidas por perdas de entes queridos ou separações conjugais. Ainda

havia aqueles que se integraram ao movimento, atraídos pela presença de parentes que já se encontravam neste ou porque tinham estreita relação com militantes. Todas estas distintas marcas na trajetória de vida dos indivíduos contribuem para a implantação de projetos dentro do assentamento, que consiste na produção de um *novo espaço social*.

É importante também, pensar neste espaço social como algo construído a partir da diferenciação entre grupos ou indivíduos. Segundo Bourdieu (1996), normalmente esta diferenciação dá-se por dois princípios: capital econômico e capital cultural. Mas o autor faz um alerta para que o pesquisador tenha cuidado em usar modelos comparativos, uma vez que cada sociedade é única e particular em seu íntimo.

Por isso, traçar a trajetória de vida das famílias do assentamento é fundamental, uma vez que estes dados indicarão quais são os mecanismos de separação de grupos ou indivíduos, podendo as informações não se conformar com a realidade de sociedades desenvolvidas, já que as políticas dos movimentos sociais são sempre pautadas na igualdade financeira. Mas, uma observação plausível neste momento é o fato das lideranças serem pessoas com maior capital social<sup>5</sup>. Um indicativo de que o capital cultural está presente, fazendo diferença.

Para que se esclareça sobre tais colocações, faz-se necessária uma observação prática da trajetória dos indivíduos. Em sua pesquisa, Pimenta (2006) apresenta uma reflexão sobre a trajetória de luta de um grupo de posseiros que conseguiu o acesso a terra em um assentamento no Vale do Jequitinhonha. Ela mostra como os processos de organização, de configuração de novas identidades coletivas e de gênero no interior do grupo foram os principais responsáveis pelo êxito da luta empreendida. Logo, o estudo da estrutura organizacional existente no assentamento é material importante. Tomou-se como fonte de pesquisa Oliveira (2005), para uma melhor compreensão da importância da trajetória dos indivíduos na configuração de núcleos humanos. Em sua pesquisa, encontramos que o homem é um ‘animal singular’, tendo suas orientações guiadas por modelos externos que interferem

---

<sup>5</sup> “A condição e o efeito de uma gestão bem sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica”. (BOURDIEU, 1996, p: 133)

em seu comportamento. Esses modelos externos tratam da cultura que atua sobre a formação do homem, pois este se apresenta como um ser inacabado e vai se construindo através do contato com outros indivíduos.

Este autor coloca também que “os homens são artefatos culturais”. A cultura que o circunda é parte integrante dele e o leva a “reinventar-se, formular narrativas de sentido para as trajetórias de vida”. Assim, em um assentamento, as trajetórias de vidas dos indivíduos serão reinventadas dentro da nova cultura, ‘cultura de assentados’ composta por agentes diversificados, e que antes se encontravam imersos em culturas distintas.

Uma importante contribuição está na obra de Velho (1994), onde são feitas considerações acerca da sociedade na contemporaneidade. Para o autor, “as sociedades complexas se caracterizam por intenso processo de interação entre os grupos e segmentos diferenciados”. Esse fato pode ser observado também em uma comunidade de assentados, onde os indivíduos fazem parte de uma cultura particular com suas tradições peculiares, assim como os povos de outros tempos mais remotos, porém, na atualidade, a trajetória dos indivíduos é afetada por um intenso processo de troca global.

É como coloca Gonçalves e Gonçalves (2010), o *habitus* do indivíduo é constituído no convívio da família enraizando-se como verdades, com isso, será necessário determinado tempo para que novos elementos “possam ser encontrados e comecem a subsidiar questionamentos e outras expectativas e explicações para o mundo e para seu lugar no mundo”. (GONÇALVES e GONÇALVES, 2010: p 67)

Portanto, “a criação dos assentamentos engendra trajetórias individuais e coletivas onde convivem tradição e renovação, fonte de sociabilidade e identidade” (PIMENTA, 2006, p.154). Partindo desta afirmação e voltando ao que já foi mencionado até aqui, vê-se que o assentamento pode representar para os indivíduos algo novo, que os obriga a mudanças pessoais. Se antes carregavam na bagagem simbolismos culturais, econômicos e sociais, agora esses simbolismos são dados em torno da vida de assentados. E suas trajetórias encontram um marco importante que é a inserção em um projeto coletivo: o projeto do assentamento.

Esse projeto pode, assim, apresentar-se como projeção do novo, como instrumento de mudança do indivíduo, sendo fundamental no rearranjo do sujeito. Tal como destaca Velho (1994), “são visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória”. O autor acrescenta que, nas sociedades moderno-contemporâneas, o indivíduo encontra-se exposto a múltiplas experiências contraditórias e eventualmente fragmentadas. O projeto ordena e dá significado a essa trajetória. Aqui, o conceito de projeto de vida se colocará nos termos de Velho (1994), que se refere à “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, “ao instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos”. Assim, ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo. Concorde-se com Velho (1994) que os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas. E ainda que não se trate de um fenômeno puramente interno, subjetivo, é formulado e elaborado dentro de um campo de possibilidades.

A noção de projeto procura dar conta da margem relativa de escolha que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Ao sujeito do projeto ainda fica a opção de mudá-lo, renegociando a realidade, em confronto com outros sujeitos – indivíduos ou grupos. (VELHO, 2008)

O projeto é uma forma de manipular e dar uma direção a conjunto de símbolos existentes em uma cultura. Implica sempre algum tipo de seleção em função de experiências, necessidades e estratégias particulares... O projeto é indispensável para a organização de indivíduos em torno de interesses comuns. (ADAMS, 1970 apud VELHO, 2008 p: 112)

É possível analisar uma sociedade ou comunidade atentando para o que esse autor apresenta, pois são os projetos de vida que agregam, quando comuns, ou desagregam quando discrepantes, a união dos indivíduos.

O *projeto coletivo familiar* apresenta diferenças de interpretação pelos seus membros devido às particularidades de gênero e geração e também a especificidades de trajetória, origem, poder, prestígio, associadas à natureza

da estrutura social. O modo de falar, o sotaque são marcas de diferenciação entre os núcleos familiares. Mas a vida social se constitui no compartilhar das diferenças. A relevância dos projetos dos indivíduos vai sendo definida de acordo com o meio no qual estes estão inseridos. Através de seu projeto, o ator pretende dar significado a algo importante traduzindo a conscientização sobre sua existência e sobre seu meio, tentando se auto-realizar, dar um sentido à sua vida, abrindo-se para uma ação conduzida. A existência do projeto requer a reapropriação de trajetórias vivenciadas, valorizando experiências passadas a fim de apreendê-las melhor e realizar suas intenções. (BOUTINET, 2002)

O projeto de vida relaciona-se às escolhas que os indivíduos e grupos têm em um determinado momento, escolhas conscientes para realizar objetivos definidos. Sendo consciente, envolve planejamento de riscos em perdas em nível individual e grupal (VELHO 2008). A viabilização de um projeto, individual ou coletivo e a organização para realizar objetivos específicos vão depender do campo de possibilidades em que o sujeito está inserido, ou seja, do conjunto das circunstâncias e das experiências socioculturais vivenciadas.

Através da verbalização, os indivíduos fornecem indicações de seu(s) projeto(s), sendo que cada indivíduo (ou núcleo familiar) pode ter mais de um projeto, mas terá sempre o principal, estes projetos são “permanentemente reelaborados, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados”. (VELHO 1994) Ou seja, como o indivíduo está sujeito à ação de outros e às mudanças sócio-históricas, o projeto é dinâmico, muda, pode ser substituído por outro ou transformar-se. Posto que o indivíduo seja um ser mutável no percurso de sua existência, o projeto lhe serve de guia antecipatório da sequência do ponto em que se encontra. Serve para definir as condições de escolha e de orientação que se apresentam das etapas de vida seguintes quando estas não têm em si ritos que as determinem, procurando pré-formar a etapa subsequente (BOUTINET, 2002).

Consideram-se fundamentais esses conceitos a esse trabalho, ao estudar uma comunidade rural de um município do interior de Minas Gerais, Bambuí, cujas trajetórias e projetos particulares colocam-se, agora, em torno do projeto coletivo no assentamento. Tal projeto está em construção.

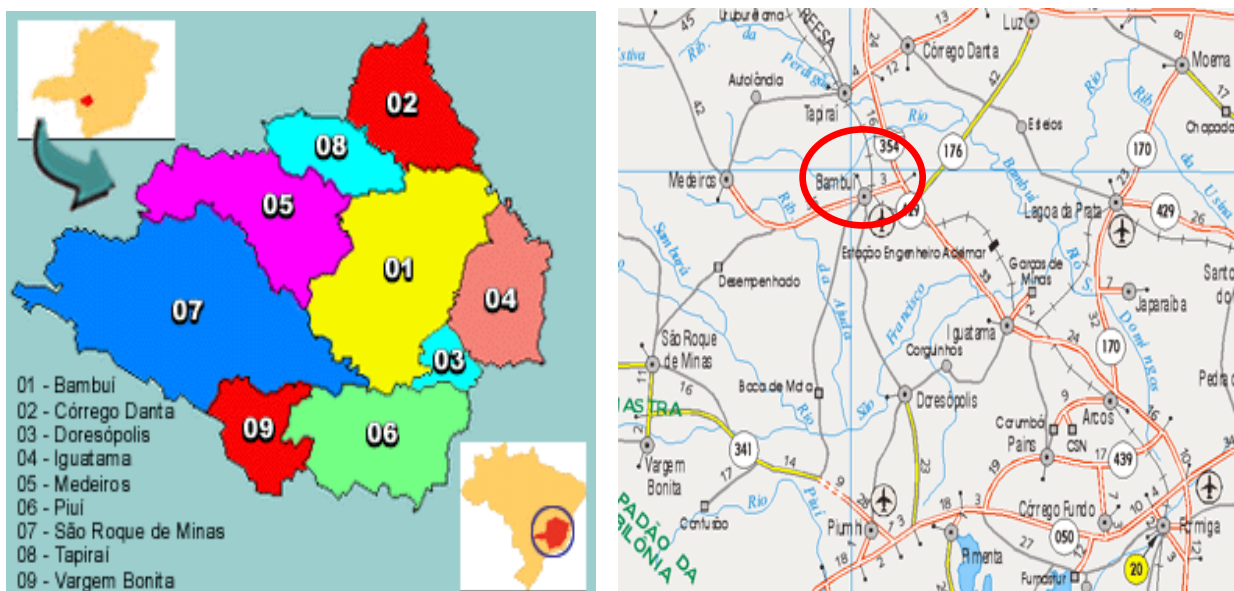
## **CAPÍTULO II**

### **A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES: UM PERÍODO DE APRENDIZADO**

Neste capítulo, buscou-se apresentar o assentamento Margarida Alves desde seu processo de constituição: o tempo do acampamento, a sua localização geográfica e o contexto histórico e social em que se deu sua formação. Também se buscou evidenciar a trajetória dos assentados: quem eram antes do assentamento e como vivem no assentamento, tentando aflorar o lugar do assentamento Margarida Alves no projeto de vida das famílias assentadas e dos jovens.

#### **2.1. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES**

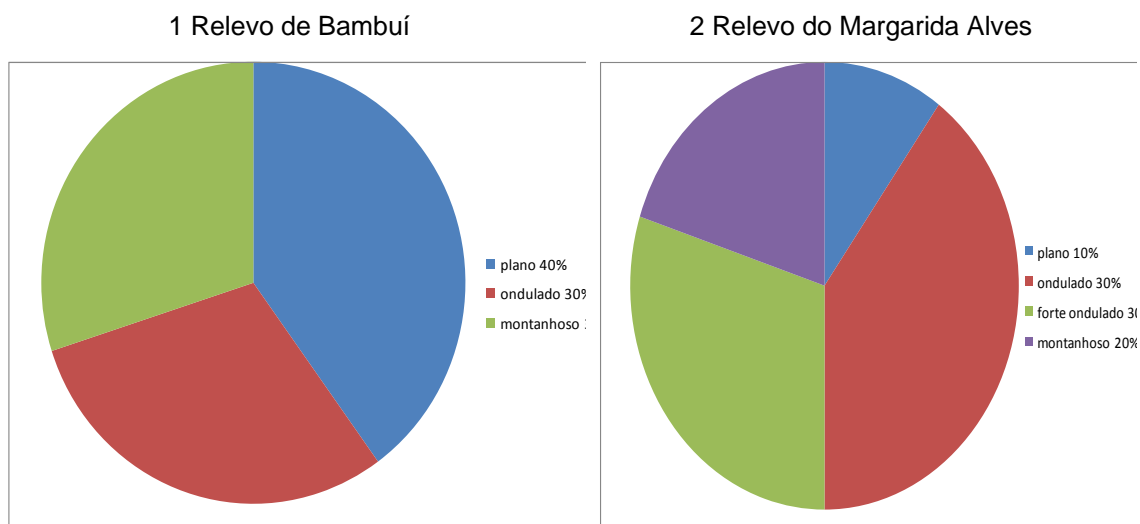
Em 2002, no município de Bambuí, começaram os primeiros rumores em torno da luta pela conquista de terras devolutas. A partir desse ano, os bambuienses começaram a conviver com vizinhos, amigos, parentes e retirantes embrenhados nesta luta. Bambuí é um município mineiro, localizado na mesorregião do Alto São Francisco, no centro-oeste do estado (conforme Figura 1). Seus limites geográficos são os municípios de Córrego Danta, Tapiraí, Medeiros, São Roque de Minas, Piumhi, Doresópolis, Iguatama e Luz. Formiga, Arcos, Divinópolis e Araxá são municípios não fronteiriços, mas importantes para relações sociais e comerciais de Bambuí. A distância rodoviária da cidade de Bambuí a Belo Horizonte é de 270 Km (ALMG, 2006).



**Figura 1:** Localização do município de BAMBUI.

Fonte: City Brasil

O município tem o privilégio de localizar-se próximo à Serra da Canastra, uma das mais belas e exuberantes paisagens de Minas Gerais, o que lhe confere a credencial de Portal da Canastra, por ser uma das vias de acesso para se chegar à nascente histórica e à nascente geográfica do Rio São Francisco. O relevo da região caracteriza-se plano, ondulado e montanhoso. A área do assentamento tem seu relevo 40% ondulado, 30% fortemente ondulado e 20% montanhoso (conforme Gráficos 1 e 2). As áreas referentes ao relevo fortemente ondulado e montanhoso limitam-se às pastagens naturais. Suas características impedem o manejo de máquinas agrícolas. E a parte extremamente acidentada foi destinada à preservação permanente. Os outros 10% restantes são relevo plano. Sua maior riqueza natural são os recursos hídricos, pois existem várias nascentes dentro da área do assentamento escoando suas águas terreno afora, além de algumas barragens artificiais.



**Gráfico 1:** Caracterização do relevo da região de Bambuí.

**Gráfico 2:** Caracterização do relevo da região do assentamento Margarida Alves.

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Bambuí tem uma área geográfica de 1.457,49 Km<sup>2</sup> e uma população de 22.709 habitantes. Outro dado relevante é que em 2002, o município contava com 1.927 propriedades rurais, sendo que 77,33% possuíam até 100 ha de terras. (SNCR, 2002).

A paisagem natural da região centro-oeste de Minas Gerais é o cerrado, mas esta tem dado lugar a pastagens de gado, principalmente gado leiteiro e de corte, que movimentam a economia do município de Bambuí, e as plantações de café e outras culturas, como o milho, o feijão, a banana, o arroz, a soja e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. O eucalipto é outra cultura que, apesar de não haver dados oficiais sobre sua extensão no município, pode ser observada com grande frequência. Na região, também se produzem subprodutos da cana-de-açúcar, como rapaduras, melaços e cachaça. Algumas famílias herdaram as técnicas dos seus antepassados e ainda produzem artesanalmente esses produtos, servindo como fonte de renda ou para o próprio consumo. Mas a cana, que tem tomado lugar de quaisquer outras plantações, é para sustentar a recente indústria sucroalcooleira que se instalou no município em 2006. Desde então, é possível verificar mudanças nos

aspectos geográficos, econômicos e sociais em decorrência do cultivo desse produto.

A oferta de emprego na usina sucroalcooleira tem arrebatado bastante mão de obra antes disponível e as terras improdutivas ou pouco cultivadas estão sendo arrendadas para a plantação de cana-de-açúcar, gerando um cenário diferente daquele visto em 2002, quando foram detectadas grandes extensões de terras improdutivas. Esse cenário, inclusive, justificou ocupações de terra no município pelo Movimento dos Sem Terra, como a que deu origem ao assentamento Margarida Alves.

A Exposição Agropecuária de Bambuí também movimentava a cidade no período de julho, atraindo turistas. Esse evento, já tradicional na cidade, iniciou-se em 1969, caracteriza-se por ser uma festa de produtores rurais que inclui torneios de rodeio profissional e shows artísticos diversos. O município conta com escolas estaduais, municipais, creches, abrigando também um campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)<sup>6</sup>, que oferece cursos de formação técnica, graduação e extensão. Este é tido pela população como um alavancador da economia à medida que forma mão de obra qualificada para atividades em diversas áreas, como agronomia, engenharia, administração, zootecnia, turismo e outros.

A cidade de Bambuí é reconhecida internacionalmente pelos estudos realizados nas décadas de 40 e 50 pelo grupo de pesquisadores do Centro de Estudos e Profilaxia da Moléstia de Chagas. Entre eles, o médico mineiro Ezequiel Dias atuou nesta cidade, no posto do Instituto Oswaldo Cruz com o objetivo de promover pesquisas na área da saúde pública. Bambuí pode, enfim, ser caracterizada como uma cidade rural em crescimento. Sendo ainda pequenas, as mudanças já são notórias aos olhos dos moradores quando se transita nas ruas. Se antes era possível caminhar a passos lentos ao atravessar ruas e avenidas, hoje é necessário aguardar e, às vezes, correr. Os problemas verificados nos grandes centros, aos poucos, vão sendo percebidos,

---

<sup>6</sup> O IFMG - Campus Bambuí é referência para toda a região na área educacional e tecnológica, agregando valores para o desenvolvimento de profissionais de nível técnico e superior, para as áreas de administração, turismo, informática, indústrias alimentícias e agropecuária, dentre outras.

em menores proporções, em Bambuí, como encontrar uma vaga para estacionar e o aumento da criminalidade e da pobreza. Mas Bambuí ainda conserva-se predominantemente rural. Essa característica revela-se muito mais pela dinâmica social, econômica e cultural do município do que, propriamente, pelos números que revelam o percentual de famílias residentes na zona rural (18,25 %, de acordo com dados do IBGE 2001). É muito comum moradores urbanos retirarem seu sustento no meio rural, uma vez que as atividades que geram renda/riqueza estão situadas nesta área. Trata-se de fazendas onde se pratica a agropecuária. O comércio da cidade é movimentado pelas casas de produtos que oferecem suprimentos para as lavouras, máquinas agrícolas e produtos veterinários. O costume de ter a terra como provedora de renda passa de geração para geração e evidencia-se nos dados disponíveis pelo IBGE (2000) relativos às profissões dos residentes em Bambuí, que estão voltadas para agricultura, pecuária leiteira e comércio. Essa tradição rural-agrícola tem seu cenário diversificado a partir da constituição do assentamento Margarida Alves, conforme se passa a tratar no próximo tópico.

## **2.2. O TEMPO DE LUTA PELA TERRA**

*“Tudo começou com um sonho de algumas famílias em uma reunião na casa de um companheiro. Ninguém tinha noção do que era o movimento, do que era ser um Sem Terra, do que era morar debaixo de uma barraca de lona” (Comunidade de Resistência Margarida Alves).*

O cenário em que se encontra estabelecido o Assentamento Margarida Alves começou a ser traçado quando o MST, em 2002, com intuito de expansão, realizou um pedido de desapropriação junto ao INCRA de áreas no entorno da grande BH e juntamente, uma área de 5150 ha no município de Bambuí. Pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados

e Agricultores Familiares de Bambuí tomaram conhecimento de que essas terras estavam improdutivas e não cumpriam sua função social. Então, o INCRA reivindicou as terras do proprietário Sr. Tasso Assunção e algumas famílias pediram a posse destas.

Distante 5,5 km da cidade de Bambuí, com acesso facilitado por uma estrada em bom estado de conservação, detentora de terras boas para o cultivo, as áreas que compunham a “Fazenda Velha”, conforme era chamada a fazenda, tornaram-se alvo dos Sem Terra. Tendo o conhecimento de que as terras já haviam sido vistoriadas e encontravam-se improdutivas, houve o encorajamento de pessoas de Bambuí que buscaram organizar as famílias para a conquista dos lotes.

A luta para iniciar a ocupação começou com um telefonema dos militantes de Bambuí aos coordenadores do MST, sugerindo que viessem fazer uma visita ao município. As visitas contaram com a presença de representantes do MST Nacional e Estadual, que forneceram informações, incentivaram a luta, apoiaram os idealizadores. Para dar prosseguimento à ideia e ocupação, foram feitos trabalhos de base com as famílias interessadas, tendo a participação do MST, através dos representantes do setor de “frente de massa” e a “direção estadual”. No período de dois meses subsequentes, foram realizadas várias reuniões, sempre em locais diferentes e após as 22 horas, para tentar sair da vigilância da polícia que já fazia pressão ao movimento. Constam dessa época, inclusive, relatos de perseguições e ameaças de morte aos participantes do grupo. O resultado desses encontros foi a decisão pela ocupação da “Fazenda Velha”, composta por uma parcela de 2619 hectares de terras. Nessa ocasião, o proprietário tomou conhecimento da ocupação, entrou em contato com o coordenador de polícia civil do centro-oeste mineiro em Formiga, que se juntou à polícia civil de Bambuí e cercaram a Fazenda Velha, a fim de impedir a ocupação. Como estratégia, o grupo organizado ocupou outra fazenda da região para desviar a atenção do policiamento naquele momento.

Segundo relato dos participantes da ocupação, o grupo partiu no meio da noite em direção às terras a serem ocupadas, usando os transportes disponíveis, como carros, charretes e até mesmo a pé. Montaram o acampamento usando estacas de madeira e lonas e ali permaneceram por um

ano. Em meio às dificuldades de morar debaixo da lona, o alimento era a prioridade. Nesse período, o grupo plantou milho, feijão e abóbora, para consumirem e garantirem o sustento. Depois desse tempo, uma parte do grupo que não possuía moradia transferiu-se para o sítio de um companheiro, onde permaneceu por seis meses. A outra parte do grupo, que possuía moradia em Bambuí, juntava-se ao grupo nos dias de reuniões com o objetivo de desenvolver estratégias para a ocupação da Fazenda Velha, o que se deu em abril de 2004, tendo o decreto de desapropriação sido assinado em junho de 2004.

A partir dessa data, os Sem Terra buscaram o apoio do pároco local. Segundo depoimentos dos assentados, ele teria ficado receoso em dar esse apoio *na ocasião “por conhecer somente o lado negativo do movimento”*. No entanto, conforme relatos, depois de uma primeira visita e de outros momentos de convivência com os acampados, o pároco reconheceu o movimento como uma forma de “inclusão social”, o que fez com que ele estabelecesse um vínculo com o grupo. A partir daí, o pároco passou a apoiar o grupo, auxiliando-os, inclusive, em algumas ações para a sobrevivência. Como parte desse apoio, o pároco solicitou ajuda à Diocese de Luz, que passou a colaborar com o envio de cestas básicas mensalmente, por um período de um ano e ainda conseguiu parcerias junto aos Irmãos Maristas para compra de adubo para as plantações dos assentados. Ainda hoje, a participação do pároco é referida nos relatos. Os assentados contam que em 2005, na audiência decisiva, a sua influência junto ao juiz da vara agrária foi de grande valia, defendendo os trabalhadores sem terra e facilitando o processo de desapropriação e assentamento.

No processo de desapropriação, as terras foram divididas em 49 lotes e organizadas em três núcleos. O nome Margarida Alves<sup>7</sup>, escolhido para “batizar” o assentamento foi uma homenagem a Margarida Maria Alves, que foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na

---

<sup>7</sup> Margarida Maria Alves obteve grande destaque na região por incentivar os trabalhadores rurais a buscarem na Justiça a garantia dos seus direitos protegidos pela legislação trabalhista. Promovia campanhas de conscientização com grande repercussão junto aos trabalhadores rurais que, assistidos pelo Sindicato, moviam ações na Justiça do Trabalho, para o cumprimento dos direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, 13º salário e férias. Ex-líder sindical, foi assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba.

Paraíba, e fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Durante sua vida, Margarida Alves lutou contra as formas de discriminação e violência no campo, em defesa dos trabalhadores rurais, principal motivo de seu assassinato.

Desde os primeiros rumores até a divisão dos lotes, passaram-se quase três anos. Esse período ainda hoje é lembrado, mas não deixou saudades aos assentados devido à dura vida imposta aos acampados. Mas eles apontaram que foi devido a esse tempo que puderam vencer a luta e serem contemplados com suas parcelas de terras.

### **2.3. VIVER DEBAIXO DA LONA**

Buscando compreender um pouco mais sobre o tempo de luta pela terra, investigou-se juntamente aos assentados, quem participou do período do acampamento. Dentre as quarenta e cinco famílias entrevistadas que hoje compõem o assentamento, participaram do “período de acampamento” vinte e seis famílias<sup>8</sup>, pouco mais da metade; destas, 57,6% das famílias assentadas são provenientes de Bambuí, 30,7% de outros municípios e 11,5% de outros estados. No caso do assentamento Margarida Alves, os dados mostram que a possibilidade de ter acesso a um lote não esteve, prioritariamente, atrelada à participação prévia em movimentos de luta pela terra, já que a maioria dos assentados não participou de nenhum movimento.

Sendo a ocupação de terras um fato pioneiro na região, procurou-se saber dos assentados como eles tomaram conhecimento e aderiram ao movimento. Nesse contexto, as redes familiares e de amizade, os contatos com os representantes do MST e a própria mídia foram fundamentais para que as famílias tomassem conhecimento da ocupação e decidissem por tomar parte da organização: os contatos com parentes e amigos foram 13 ao total, com representantes do MST (6), com funcionários do Sindicato dos Trabalhadores

---

<sup>8</sup> A caracterização dessas famílias será feita ao longo do trabalho.

(4) e a rádio local (3). As justificativas apresentadas pelos assentados para a sua adesão ao movimento destacavam: o sonho de possuir um pedaço de terra, o desejo de aquisição de terras para trabalhar, a necessidade de melhoria da renda e das condições de vida da família, a oportunidade de mudar de vida, a busca pela autonomia como proprietário e ainda, a luta pelo direito a terra. Em comum, o desejo de mudança de vida.

Para os assentados, morar debaixo da lona significou viver em condições de miséria. Esse foi um tempo “árduo” em suas vidas. Conviveram com a falta de recursos básicos, como água para cozinhar os alimentos, e energia elétrica para aquecer a água para tomar banho. Para suprir essas deficiências, buscavam madeiras secas que lhes serviam de combustível. A água precisava ser coletada em córregos longínquos. Muitos assentados falavam desse período como uma época em que passaram “muita falta de alimentos”. Essas precárias condições levaram alguns dos acampados a exercer atividades remuneradas em fazendas da região. Outra alternativa encontrada foi o plantio de alimentos, como hortaliças. Contam que alguns dos acampados já possuíam vacas leiteiras, então o leite era retirado e parte deste, dividida entre as famílias do acampamento. Além dessas dificuldades, viver debaixo da lona impunha enfrentar animais peçonhentos (cobras, ratos, aranhas), dormir mal acomodado, sofrer as intempéries do tempo (calor, sol forte, frio, chuvas, ventos) aumentando as dificuldades, já que a lona nem sempre conseguia manter-se intacta.

Nesse período, a ajuda recebida das autoridades governamentais, segundo os assentados, foi “pouca e esporádica”, basicamente cestas básicas que chegavam a cada dois meses. Mas a ajuda do pároco local, esta sim, foi vista como grande e importante. Além de ajudar com alimentos, plantios, informações, também os ajudaram a enfrentar situações adversas, como preconceito e discriminação sofridos, por parte da população que não os reconheciam nem respeitavam seus direitos. Vivendo em condições extremamente precárias, os acampados conviveram com a ira humana, destilada em forma de preconceito, o que pode ser verificado nos relatos de alguns assentados:

*“No início do acampamento, foi um preconceito muito grande. A minha família mesmo falava ‘nossa, ficou doido’. Achavam que era coisa totalmente ilegal, achavam que estava cometendo um crime” (Moisés, 40 anos, Bambuí)*

*“Antigamente era aquele ‘bafafá’... Achavam que a gente tava (sic) roubando” (Abel, 55 anos, Bambuí)*

*“No início, as pessoas olhavam a gente de outro jeito... Com certo tempo foram conhecendo a gente, porque a televisão aumenta demais, quando acontece alguma coisa não citam nomes, é os Sem Terra que fez”. (Timótio, 52 anos, Carmo da Mata)*

*“Fomos muito discriminados, nos chamaram de malandro, vagabundos...” (Amalec, 56 anos, Mato Grosso).*

Outro fato apontado no relato dos assentados foram as dificuldades de convivência em grupo. As famílias reunidas no acampamento apresentavam trajetórias diferentes, oriundas de locais diversos, cada uma carregando sua própria história, desejos e objetivos de vida. Debaixo da lona, precisavam organizar-se em torno do objetivo comum, conquistar um pedaço de terra. Para isso, precisavam manter um clima favorável para a convivência. Um instrumento usado para ajudá-las nesse intuito foi a elaboração de um “Regimento interno”, que colocava regras, limites, direitos e deveres ao grupo. Segundo relatos, esse Regimento proibia o uso de bebidas, o uso de drogas e prostituição, e seu descumprimento geraria a exclusão do grupo. Segundo os assentados, era preciso construir um ‘espírito comunitário’, que foi alcançado. Nos seus relatos sobre este tempo, aparecem o companheirismo como “ordem

do dia” e a realização de trabalhos em grupo como forma de amenizar as dificuldades.

Apesar de veladas, as relações conflituosas presentes no acampamento emergiram das falas dos sujeitos atreladas à necessidade de estabelecer regras para a organização da vida em grupo. Nas colocações dos depoentes, apesar do período de acampamento ser visto como tempo de dificuldade, alguns dizem ter saudades daquele tempo, quando se reuniam para contar histórias ou faziam rodas de viola. Estes momentos, segundo os depoimentos, *“permitiam o tempo passar sem lhes provocar dor, fazendo-os esquecerem de suas reais condições: indigna e cheia de incertezas, tendo a terra como um sonho ainda a ser conquistado”*.

As dificuldades vividas debaixo da lona, como escassez de alimentos, chuvas fortes, animais peçonhentos e outras mazelas, ainda muito presentes na memória dos que participaram do acampamento, são vistas hoje como “barreiras superadas” para alcançar o tão sonhado pedaço de terra. Essas dificuldades vivenciadas no tempo do acampamento foram consideradas, inclusive, como “fatores de mudança” para os sujeitos assentados, conforme expressaram as percepções dos assentados sobre o período de acampamento e o significado disso na trajetória de suas vidas (Quadro 1):

**Quadro 1:** Percepção dos assentados sobre a experiência do acampamento

<b>Melhorias percebidas com a experiência do acampamento</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>%</b>
Visão positiva do MST	8	30,76
Aprendizado na convivência em grupo	7	26,92
Aspectos individuais: valorização do ser humano, nova conduta de vida, crença no futuro melhor, formação de uma consciência crítica	4	15,38
Aspectos econômicos e produtivos: aprendizado com o trabalho na terra	1	3,84
<b>Subtotal</b>	<b>20</b>	<b>76,90</b>
<b>Não perceberam melhorias ou não souberam informar</b>	<b>6</b>	<b>23,07</b>
<b>Total Geral</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Oito entrevistados destacaram que a “experiência do acampamento” lhes permitiu tomar mais conhecimento da realidade de vida dos assentados, o que os levou a ter uma visão positiva do MST, da vida nos acampamentos e dos assentamentos. Nesse contexto, houve uma valorização de si em relação aos demais, já que agora, eram um deles. De outro lado, esse sentimento de valorização – de si e dos demais – refletiu-se nos seus relacionamentos pessoais através de sentimentos de empatia e respeito pelos outros.

*“Passei a ter uma visão diferente de acampamento, assentamento”. (Jó, 43 anos, Belo Horizonte)*

*“Conhecemos mais o MST e as dificuldades das pessoas.” (Jeremias, 56 anos, Betim)*

*“Aprendi a respeitar o Movimento, os companheiros.” (Natan, 49 anos, Bambuí)*

*“Um exemplo de vida diferente, sofrido. Aprendi a engolir muita coisa.” (Sared, 26 anos, Bambuí)*

O aprendizado da convivência em grupo esteve também presente na fala dos entrevistados ao evidenciarem as mudanças provocadas pela experiência do acampamento. Essa mudança explica-se, inclusive, pela orientação de uma prática de organização coletiva que os Movimentos Sociais de luta pela terra têm dado. Conforme Caderno de Debates 1 (2009), o MST propõe mudanças estruturais com base em um projeto socialista, no qual os assentados devem ser os atores, protagonistas de um amplo processo de experimentação social, procurando implementar a exploração coletiva, opondo-se às abordagens tradicionais do uso da terra. Isso se evidencia tanto em termos da produção, como da vida em coletividade, em detrimento de uma vida individualizada, particularizada. Essa orientação está também presente na fala dos assentados:

*“Passei a ver a comunidade de forma diferente, o trabalho em grupo.” (Isaac, 50 anos, Bambuí)*

*“A gente pega muita experiência, viver com a turma ‘embarracada’, mais unido.” (Salé, 52 anos, Bambuí)*

*“Você passa a ser mais realista, a ver as coisas de uma outra forma, passa a ser mais sociável, a não julgar muito as pessoas, mas julgar por uma causa justificável. O convívio com as pessoas melhorou muito, a inibição diminuiu muito também. Foi um crescimento enorme pra mim.” (Lucas, 38 anos, Bambuí)*

*“(…) A gente aprendeu a ser mais unido.” (Marcos, 46 anos, Pará de Minas)*

*“A convivência com as pessoas, a gente tem que pensar muito até no que vai falar.” (Zacarias, 47 anos, Bambuí)*

Esse aprendizado não se colocou exclusivamente nos aspectos de uma melhor sociabilidade em grupo, mas também em termos individuais, na valorização do ser humano, numa nova conduta de vida, na crença no futuro melhor. Exemplo disso se colocou no depoimento de um assentado que relatou adotar uma nova conduta de vida uma vez que tinha problemas com bebidas alcoólicas e parou de beber devido às normas internas impostas ao grupo.

*“Minha vida melhorou bastante: bebia, não bebo mais”.  
(Abel, 55 anos, Bambuí)*

*“A esperança de melhora, de ter uma vida muito melhor, os filhos terem uma vida com dignidade.” (Henoc, 46 anos, Espírito Santo)*

Dentre os aspectos de melhorias em termos individuais, a formação de uma consciência crítica obtida pelo trabalho ministrado pelo Movimento foi também evidenciada:

*“(…) Você passa a ler outros tipos de livros, vários contextos, autores, com uma visão mais crítica e passa a fazer uma análise daquilo que você está vivendo com aquilo que você vê na realidade.” (Lucas, 38 anos, Bambuí)*

*“A mente da gente abre, a gente compreende melhor a vida. Tinha que ter compromisso com o movimento.” (Ananias, 24 anos, Betim)*

Na fala dos assentados, o grupo evidencia aspectos da formação ministrada pelo MST, especialmente a experiência de tornarem-se líderes e desenvolver trabalhos em grupo, conforme revelam as suas falas:

*“É todo um período de formação pra vir a ser um coordenador.” (Eustáquio, 56 anos, Carmo da Mata)*

*“Até o modo de pensar no MST, que a gente poderia tirar um sustento da terra.” (Naum, 32 anos, Bambuí)*

*“Mudou porque a gente pegou muita experiência com o MST, aprendemos um pouco de formação e informação.” (Noé, 56 anos, Bambuí)*

Na formação dada pelo MST, percebe-se também uma orientação do aprendizado para o trabalho com a terra, mesmo em relação àqueles assentados que não tinham nenhuma experiência com o trabalho agrícola. Percebe-se a noção de um rural agrícola que se sobrepõe nas orientações ministradas aos assentados. Esse foi o caso do Sr. Samuel, 79 anos, que era auxiliar de serviços gerais em hospital e que disse ter “aprendido a trabalhar a terra” a partir da sua inserção no Movimento. Segundo ele: “passei a plantar cana, mandioca e aprendi a roçar pasto”. Também se aprende que essa produção da terra deve-se dar de forma coletiva e não mais em termos individualizados: “(...) Num acampamento, num assentamento não pode ter individualismo, tem que trabalhar de forma coletiva.” (Gamaliel, 56 anos)

Na fala dos assentados, a desapropriação e a formação do Assentamento Margarida Alves só foram possíveis devido ao período de acampamento. Foi graças a esse período, e todas as dificuldades que ele trouxe, que os assentados conseguiram ter acesso as suas terras. No entanto, nem todos os assentados participaram desse momento. Segundo os dados da pesquisa, apenas 51,1% dos que hoje estão assentados participaram do período de acampamento.

Segundo apontaram as entrevistas, 46% das famílias assentadas tiveram acesso aos lotes em decorrência de “vagas ociosas” advindas da desistência ou falecimento de outros assentados. Nesse grupo, 31,1% foram acionados por familiares e amigos que já estavam assentados; 15,5% estavam acampados ou assentados em outros locais e foram selecionados para ocupar os lotes “ociosos”. Na época, foi preciso que se pagassem todas as benfeitorias

realizadas. Ainda nesse grupo, há um assentado que era ex-retireiro da fazenda desapropriada (2,2%).

Esses dados fizeram emergir o questionamento em relação ao porquê das desistências no momento do acampamento. Não sendo possível entrevistar os desistentes, procurou-se a resposta através dos assentados. Segundo suas visões, as desistências aconteceram em decorrência de problemas de várias ordens. Problemas que perpassavam *questões pessoais e familiares* como falecimento de pessoas da família e problemas de saúde. A *falta de vínculo com o rural* e a inexperience com o trabalho na terra também trouxeram dificuldades aos assentados de se adaptarem às novas condições de trabalho. Os assentados apontaram também a *falta de recursos próprios para investimento na terra* e *pressões externas* como fatores desestimulantes. Em suas falas: *“por causa das dificuldades, é muita pressão. De noite, ali, naquela chuva, a discriminação, meus filhos sofreram muito aqui, quando, por exemplo, sumia alguma coisa na sala de aula”*. Havia também o caso daqueles que não obedeciam às normas propostas pelo MST e o regimento interno, sendo excluídos do grupo.

Vê-se que a constituição do Assentamento Margarida Alves foi complexa desde o início. Reunir famílias distintas dentro de um objetivo comum que estava associado à conquista da terra perpassou por momentos de glória e dor, vitórias e derrotas. Muitas famílias seguiram em frente, perseguindo o objetivo de serem proprietários de terras. E é sobre a história desse grupo que permaneceu e os que a ele se agregaram que passaremos a tratar no próximo subtópico, o assentamento Margarida Alves.

## 2.4. O ASSENTAMENTO “MARGARIDA ALVES”



**Figura 2:** Área do Assentamento Margarida Alves

Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2010.

Com nome próprio e pessoas para trabalhar a terra, o Assentamento Margarida Alves passou a existir oficialmente, embasando-se nas experiências do tempo do acampamento e tendo como princípio, o processo de organicidade do MST, como as instâncias encontradas no assentamento: a Assembleia, a Coordenação e o Núcleo de Base. As Assembleias possuem um caráter deliberativo e informativo. A realização das “assembleias ordinárias” ocorre uma vez ao mês e as “assembleias extraordinárias” ocorrem de acordo com a necessidade da comunidade. Nas duas formas, observa-se que as orientações do MST em relação aos princípios democráticos são observáveis, especialmente, nos momentos de reuniões. Durante os vários momentos em que a pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar, verificou-se um clima respeitoso, onde as lideranças puderam colocar-se tendo total atenção dos participantes.

Apesar disso, observou-se, também, que nem todos os assentados compareciam às reuniões. Apesar de não ser esse o foco de nossas investigações, procurando saber mais sobre esse fato, apurou-se através dos relatos dos entrevistados, que no início do grupo havia maior participação.

Muitos acreditavam que seria desta forma que conseguiriam alavancar recursos para a manutenção de seus lotes. No entanto, depois de algum tempo, tendo já alcançado seu pedaço de terra e, por outro lado, devido à demora na obtenção dos recursos, alguns desanimaram, deixando de participar ativamente das reuniões. Outros fatores tidos como desestimulantes foram a distância do lote com relação à área comunitária do assentamento onde aconteciam as reuniões e ainda o fato de que, em alguns momentos, os assuntos tratados não eram considerados do interesse de todos ou “não se fazia necessária” a participação destes.

Assim, o espírito de organização coletiva relatado no “período de acampamento” enfraqueceu-se e o grupo passou a se orientar pelas organizações e iniciativas familiares. Essa tendência evidencia-se em estudos sobre assentamento no Brasil, a exemplo da pesquisa de Navarro, Moraes e Menezes (1999). Esses pesquisadores, ao estudarem assentamentos no Rio Grande do Sul, relataram que a proposta de trabalho coletivo do MST ao longo do tempo foi se esfacelando, originando outras formas de organização que combinavam a iniciativa familiar individualizada com diferentes níveis de associação e ajuda mútua.



**Figura 3:** Dia de assembleia no assentamento Margarida Alves.

Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2010.



**Figura 4:** Dia de assembleia no assentamento Margarida Alves.

Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2010.

Continuando na descrição da organicidade do assentamento, a “Coordenação” tinha como função levantar e discutir os problemas e os demais assuntos de interesse geral, dando os devidos encaminhamentos após consulta coletiva ao Núcleo de Base ou assembleia. Nas entrevistas, foi possível perceber que quem participava da Coordenação tinha uma visão mais ampla do Assentamento, conseguia traçar a sua existência de forma linear, contando a história de sua formação e os rumos possíveis para ele. Buscavam o trabalho coletivo, colocavam-se como pertencentes ao movimento de luta pela terra, falavam da importância da união e da participação comunitária. Porém, havia aqueles que se viam como proprietários, mas não se percebiam como parte de ‘um movimento’. Desenvolviam seus trabalhos de maneira individualizada, falavam da importância de possuir o pedaço de terra, porém de forma desconexa do movimento. Essa minoria contrariava a observação de Bento (2009), ao estudar o assentamento rural Rio das Pedras, em Uberlândia, MG. A autora colocou que mesmo sendo economicamente inviável, o trabalho individual era predominante. Segundo ela, isso se devia à cultura do camponês de propriedade individual da família.

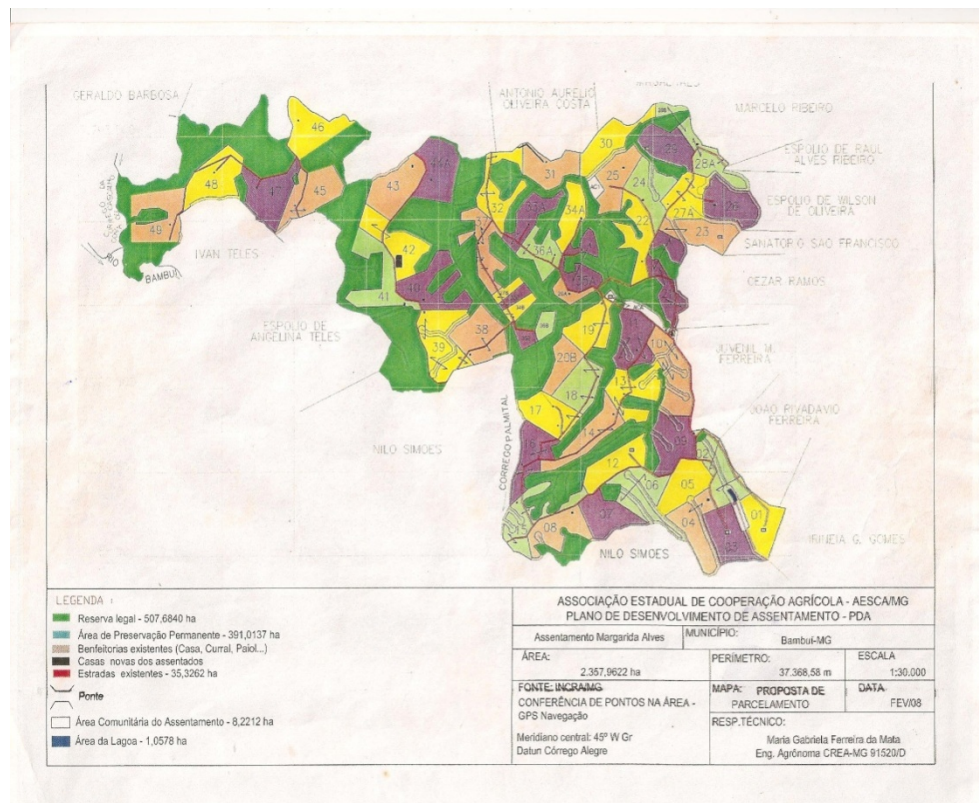
Por fim, os Núcleos de Base têm a função de reunir o conjunto das famílias assentadas. Cada núcleo possui dois coordenadores, preferencialmente um homem e uma mulher, que são a referência do núcleo. Em geral, não há uma participação de todos os membros das famílias nas reuniões e assembleias, na maioria dos casos é somente o chefe da família que participa. O Assentamento Margarida Alves é constituído por Três Núcleos de Base: Élcio de Freitas, com dezessete famílias; Che Guevara, com vinte famílias e Zumbi dos Palmares, com doze famílias. Os Núcleos Che Guevara e Élcio de Freitas contam com lotes de vinte e seis hectares, possuem terrenos formados com pastagens e não têm reservas ecológicas. Já o Núcleo Zumbi dos Palmares tem lotes maiores, com trinta e três hectares, mas suas terras são cobertas por plantações naturais e 20% de sua área é reserva natural.

Uma característica verificada nesse assentamento são os tamanhos de suas glebas, consideradas maiores do que em outros. Pode-se inferir que isto se deve ao fato da economia da região girar em torno da agropecuária leiteira, a qual requer maiores áreas para pastagem. Vê-se que há uma tendência econômica já traçada desde a distribuição das terras. Conforme relataram os assentados, o núcleo era como um “bairro na cidade”, ou seja, as pessoas organizaram-se em grupos, de acordo com a proximidade dos lotes, para o enfrentamento de dificuldades e objetivos comuns, por exemplo, quando se requer melhorias de estradas, que beneficiam todos do núcleo. É uma forma de facilitar a organização da comunidade. A escolha dos nomes dos núcleos deu-se, no caso do Che Guevara e do Zumbi dos Palmares, como forma de homenagear pessoas que lutaram em prol dos mais humildes. E o Élcio de Freitas foi uma homenagem a um companheiro de luta, de apenas vinte e cinco anos de idade, que em um momento de lazer em uma fazenda próxima ao assentamento, sofreu um acidente: enquanto pescava houve um desmoronamento de terra e ele foi soterrado, vindo a falecer.

## **2.5. A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ASSENTAMENTO: AS CASAS, OS LOTES E A SOCIABILIDADE**

O processo de divisão dos lotes, de acordo com o relato dos assentados, ocorreu após a divisão dos Núcleos. A princípio, os assentados optaram pelo Núcleo ao qual gostariam de pertencer; observou-se que a opção considerou os vínculos de parentesco e amizade. Depois foram realizadas reuniões com o propósito de determinar qual seria o lote de cada família. O método de distribuição foi a livre escolha, e havendo interesse pela mesma parcela, a posse seria dada através de sorteio. Esse impasse só aconteceu entre dois assentados, nos demais casos houve consenso.

Os Núcleos diferenciam-se nas extensões, qualidade e proximidade da zona urbana e, segundo os assentados, os lotes não se classificam melhores e piores, uma vez que cada um tem sua parcela de valor, a partir destas características. O Núcleo Zumbi dos Palmares possui maiores extensões de terra, o Élcio de Freitas possui terras melhores, com pastagem formada e o Che Guevara localiza-se mais próximo da cidade. A distribuição dos lotes encontra-se sistematizada no mapa apresentado abaixo (Figura 5).



**Figura 5:** Mapa dos lotes do Assentamento Margarida Alves

Constatou-se que, das dezenove famílias entrevistadas do Núcleo Che Guevara, dezoito tinham o lote como fonte de renda e uma família tinha o lote como fonte primária e a atividade secundária de peão de rodeio. É um Núcleo que apresenta considerável desenvolvimento na atividade pecuária, sendo o primeiro a adquirir um tanque de resfriamento de leite. Do Élcio de Freitas, foram entrevistadas dezesseis famílias, nove eram provenientes de outros municípios ou estados, sendo que seis delas são de origem urbana. Percebeu-se que das provenientes de Bambuí, todas exerciam trabalho no lote. Do Zumbi dos Palmares, foram entrevistadas dez famílias, destas somente 4 residiam no assentamento e 6 desenvolviam atividades *part-time*<sup>9</sup>.

Os lotes de terra do Assentamento Margarida Alves são considerados 'lotes maiores', pois comportam em média vinte e seis hectares. Isso faz com que as famílias se localizem distantes umas das outras, dificultando um maior

<sup>9</sup> Parte do tempo exerce atividade agropecuária no lote e parte do tempo exerce outra atividade fora do lote.

contato entre elas. Também o fato de 15 famílias morarem na cidade diminui a possibilidade de reuniões e encontros entre estas. Dessas famílias, observou-se que com exceção de uma, as demais apresentavam vínculos rurais. O pouco contato poderia ser uma razão para a ausência de conflitos entre os assentados, mas quando questionados sobre a convivência, 64,5% dos 45 entrevistados consideram haver conflitos no Margarida Alves contra 35,5% que dizem não haver desavenças. As razões apontadas como geradoras das situações conflitantes perpassam as próprias condições de infraestrutura dos lotes. Nesse contexto, situações como pontes danificadas e cercas necessitando de reparos facilitando a passagem de gado de um lote para outro geraram atritos entre os proprietários em alguns momentos. O trânsito de animais domésticos pelas propriedades alheias e desacordo em relação às áreas limítrofes dos terrenos foram também causas de desentendimento entre os assentados. Além desses fatores, como se costuma verificar em qualquer agrupamento humano, no Margarida Alves conflitos em relação a sentimentos e comportamentos, como inveja, egoísmo e fofocas foram também apontados.

A distância entre uma moradia e outra não só é vista como empecilho para os encontros sociais, mas também para a troca e partilha entre os assentados. As profissões exercidas pelos assentados no período pré-acampamento como a profissão de pedreiro, carpinteiro e pintor poderiam ser usadas como troca de dias de serviço nas construções de benfeitorias nos lotes (cercas, barracões, currais, instalação de bebedouros para os animais). No entanto, atualmente, apenas 40% das famílias dizem partilhar alimentos com os vizinhos ou parentes, enquanto 60% não têm esse hábito, possivelmente porque os lotes ficam distantes uns dos outros.

Do ponto de vista social e econômico, isso é um prejuízo para os assentados. Carentes de mão de obra para trabalhar suas terras, as trocas de serviços poderiam beneficiá-los. A produção excedente de alimentos, sendo diferenciada, poderia ser trocada ou partilhada contribuindo para uma melhoria geral do grupo. Castro (2006), ao estudar o assentamento Ipanema no município Iperó, SP, coloca que “além do mutirão, era muito comum os assentados trocarem produtos entre si”. Para o autor, ofertar parte do que se produz aos vizinhos é uma forma de solidariedade típica, capaz de propiciar a

muitas famílias o consumo de alimentos sem a necessidade de desprender-se financeiramente.

Do ponto de vista das condições habitacionais, a pesquisa também revelou um quadro muito precário. Um lugar para viver dignamente requer o mínimo de infraestrutura, como água encanada, luz, casa em boas condições. Souza (2008) diz que “a moradia se constitui numa necessidade básica do ser humano e figura como elemento essencial para a qualidade de vida das pessoas” e Lins de Barros (1997) considera que “as condições habitacionais representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família, devido a sua íntima relação com as condições de saúde”. Mas no Assentamento Margarida Alves a realidade é bem outra.

Constatou-se que sete famílias, 4 que participaram do acampamento e 3 que não participaram, sendo um destes ex-funcionário e antigo morador do local, residiam em antigas casas da fazenda “Velha/Cerradão” que se encontravam com estrutura comprometida, ou seja, as casas apresentavam rachaduras nas paredes, telhas quebradas e piso em péssimo estado de conservação, e somente duas famílias conseguiram reformar as casas, pois elas possuíam alguns recursos pré-assentamento. Sem reforma nem melhoramentos, as outras casas estavam precárias pelo desgaste sofrido ao longo dos anos. Quatro assentados já estavam construindo sua casa de alvenaria, mas estas se encontravam inacabadas. A maioria das residências encontradas (de 34 famílias) são os barracos de dois cômodos, construídos para a instalação de energia elétrica através do programa federal “luz para todos”. Estas observações levaram a concluir que o Assentamento Margarida Alves carecia de infraestrutura no quesito moradia.

Este é um dado relevante da pesquisa, pois as condições de moradia estão intrinsecamente relacionadas ao projeto de vida das famílias assentadas. Os barracos de dois cômodos e as casas velhas da fazenda oferecem pouca qualidade de vida no quesito moradia. Os assentados relataram que pretendem melhorar suas casas, mas ainda estão no início de suas produções no lote, com isso ainda não têm renda suficiente para tais investimentos.



**Figura 6:** Casa de assentado (parte alvenaria e parte barro)

Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2010.



**Figura 7:** Casa de assentado (dois cômodos)

Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2010.



**Figura 8:** Casa de assentado (2 cômodos)

Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2010.

Um percentual pouco significativo (4 famílias), 8,9% dos assentados lançaram mão de recursos próprios para construção de suas moradias. Esse é o caso do assentado Jó que trabalha na cidade para alavancar recursos para investir na construção da casa e melhorias em geral. O Sr. Araão conta que vendeu uma casa na cidade para investir o capital no lote, mas o dinheiro foi insuficiente, tendo que morar em uma casa inacabada. Jair, que ocupou o lote devido ao falecimento do primeiro proprietário, contou que estava há apenas dois anos no assentamento e conseguiu reformar sua casa devido ao envolvimento de sua mulher e de seus quatro filhos jovens nas atividades do lote. E Amalec, que veio de outro Estado, participou desde o tempo de acampamento, conseguiu fazer pequenas reformas com os recursos alavancados através das atividades agrícolas desenvolvidas antes da posse do lote.

Quatro famílias que não possuíam nenhum bem para vender e nenhuma renda extra estavam, até na data da presente pesquisa, aguardando verbas do INCRA para reforma ou construção de suas casas. Esse dado revelou famílias carentes entre os assentados do Margarida Alves, dependentes de políticas

públicas. Esses assentados sentiam-se desanimados com a espera, como relata o Sr. Naim, *“estou extremamente decepcionado com a falta de políticas que elevem a melhores condições de vida no assentamento”*. E de Gamaliel, 56 anos, que mora em uma das antigas casas da fazenda e disse que *“honestamente, se dependesse de mim, eu teria ido embora, não fui por causa da mulher e dos filhos”*.

Assim, estando apenas a cinco quilômetros da cidade, com péssimas condições de moradia e sofrendo com a falta de verba para o investimento no lote, bem como para a construção de moradia, muitos optam por morar na cidade. As condições de moradia não devem ser menosprezadas na análise da escolha das famílias pela residência na cidade, associada, obviamente, à dinâmica rural-urbana que se evidencia nas formas de trabalho, de lazer e de sociabilidade dos assentados.

A proximidade da cidade e as moradias urbanas dão aos assentados acesso livre à vida social na cidade. Com isso, há um convívio maior com outras pessoas. Em seus relatos, vinte assentados disseram que no início havia muito preconceito e discriminação por considerarem que eles eram os protagonistas de um ato ilegal, a ocupação das terras. Hoje, doze assentados acreditam que esse quadro mudou, encontrando-se mais pessoas favoráveis ao movimento, inclusive manifestando interesse de também possuir terra no local.

De outro lado, o assentamento não oferece estrutura para a prática da religião, como igrejas e templos. Por causa disso, os assentados vão praticar sua religiosidade na cidade. Das 45 famílias entrevistadas, 35 eram católicas (77,7% dos entrevistados). Duas famílias pertenciam à Igreja Maranatha e cinco famílias disseram ser Evangélicas. Ainda uma família faz parte da Congregação Cristã do Brasil e outra segue os ensinamentos de “Deus é a verdade”. Apenas uma disse não ter religião. Diferente do que observou Monteiro (2008), ao pesquisar um assentamento de reforma agrária, onde as pessoas além da prática religiosa nas igrejas também se reuniam nas casas para rezar, no Margarida Alves não há esse costume e a religião não se constitui num indicador de diferenças de oportunidade no grupo.

No trabalho de campo, foi percebido que além da religião, a cidade também é valorizada por possibilitar o lazer para 14 famílias assentadas e para 4 famílias que, além de se divertirem no meio rural, também usam o espaço urbano. Castro (2006) diz que o espaço da cidade, o meio urbano, onde as famílias estabelecem grande parte de suas relações, possui um valor de importância e características que são relativas a cada família, a cada indivíduo que se relaciona com o mesmo. Os que consideram o meio rural como fonte de seu lazer representam 17 famílias, em contraposição a outras 10 famílias que disseram não ter diversão.

Os assentados que participaram do acampamento reconheceram que houve mudanças quanto ao lazer depois do tempo do acampamento, pois nesse tempo eles viviam próximos e isso facilitava a prática de atividades coletivas de diversão, como jogar futebol, pescar, fazer churrascos, bater papo, jogar baralho e participar de rodeio. Depois de assentados, essas práticas foram ficando esporádicas. O número dos que consideraram não haver lazer no assentamento correspondeu a 10 entrevistados. Esse dado não está ligado ao local de moradia, uma vez que 5 moram no assentamento e outros 5 são moradores da zona urbana.

Outras 4 famílias disseram que este acontecia no período do acampamento e, após a divisão dos lotes, não aconteceu mais. Estes assentados, dois de Bambuí, um de outro município e um de outro estado, participaram do acampamento e sentiram que neste período havia mais união, eles não se conheciam e passaram a conviver. E 31 famílias disseram que acontecem festas comemorativas, almoço, churrascos, noites culturais, futebol, estas, porém, são esporádicas. A resposta de um dos assentados, o Sr. Lucas, que tem grande envolvimento com o MST, é de que são raros os encontros festivos, mas quando há, eles giram em torno do folclore, como as festas juninas e de datas comemorativas.

No que diz respeito ao lazer individual, 20 famílias divertem-se no meio rural em atividades como: pescar, assistir futebol, TV, ouvir música, cuidar de animais, fazer artesanato e andar pelos matos. Outras 11 famílias têm seu lazer em atividades urbanas como assistir TV, futebol, ouvir música e hinos religiosos. Ainda outras 3 famílias divertem-se tanto no meio rural como no

meio urbano: dormir, ler, aproveitar o momento, enquanto 5 famílias disseram não ter diversão individual e 6 não responderam.

Quanto ao lazer coletivo, 16 famílias divertem-se no meio rural com as seguintes atividades: beber, contar casos, piadas, participar de bailes/forrós, festas, churrascos, jogar baralho, futebol e pescar; 13 famílias se divertem no meio urbano com as seguintes atividades: festas tradicionais, churrasco entre amigos, barzinhos, bailes/forrós, carreatas de carro de bois, rodeios; 6 famílias divertem-se no meio rural e urbano com as mesmas atividades citadas; 5 famílias disseram não ter diversão e 5 não responderam a pergunta.

Ao serem questionados se desejavam outro tipo de lazer, 24 famílias responderam que não, enquanto 18 famílias disseram sim, apontando como sugestões a construção de uma quadra de esportes, campo de futebol, cinema, mais opções de diversão para as crianças como uma escolinha de futebol, parque, e a realização de festas com som na comunidade, objetivando a união das pessoas e momentos dançantes, e 3 famílias não opinaram.

Essas práticas de lazer levam a inferir que o assentamento Margarida Alves é carente no quesito lazer e isso pode contribuir para o estreitamento rural-urbano destas famílias, pois é na cidade que elas podem recorrer ao lazer. Sendo este um momento propício para a troca, para a coletividade, observou-se que a falta de estímulo às práticas de lazer no assentamento dificulta o sentimento de pertencimento ao grupo.

Pires (2004) diz que o rural não é mais sinônimo de atividade agrícola, podendo ser um local de moradia, produção, consumo e encontro. Para muitos assentados do Margarida Alves, há uma concordância com este autor no que diz respeito ao assentamento ser lugar para morar e produzir – mas não para todos! A dinâmica rural-urbana evidencia que o consumo e o encontro estão presentes no espaço do assentamento, mas não exclusivamente. Ou seja, a vida dos assentados não se restringe exclusivamente aos limites do assentamento e, nesse sentido, o meio urbano está integrado à vida dos assentados a partir do trabalho, da prática da religião, do lazer e de outras formas de sociabilidade.

## CAPÍTULO III

### AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS DO MARGARIDA ALVES

Neste capítulo, buscou-se conhecer as trajetórias dos assentados do Margarida Alves. Para isto, criou-se uma tipologia para a apresentação dos mesmos, com as seguintes denominações: a) assentado de origem rural e trabalho rural (AORTR), caracterizando aqueles que em suas trajetórias de vida sempre tiveram atividades ligadas ao rural; b) assentado de origem rural e trabalho *part-time*<sup>10</sup> (AORTP), aqueles com origem rural que em um período exercem atividade ligada ao lote e em outro exercem outras atividades agrícolas ou não-agrícolas; c) assentado de origem urbana e trabalho rural (AOUTR), tratou-se daqueles originários da zona urbana e que atualmente têm atividades ligadas ao lote; d) assentado de origem urbana e trabalho *part-time* (AOUTP), provenientes da zona urbana e em um período exercem atividade ligada ao lote e em outro exercem outras atividades agrícolas ou não-agrícolas; e) assentado de origem urbana e trabalho urbano (AOUTU), assentados também provenientes da zona urbana e com atividade remunerada na cidade. Estes têm o lote como moradia ou lazer.

Utilizando-se desta tipologia, tencionou-se identificar o lugar de origem dos assentados e suas ocupações profissionais pré-acampamento, buscando conhecer quem são os sujeitos<sup>11</sup> que compõem o assentamento Margarida Alves. Estudos feitos em assentamentos rurais têm revelado que as famílias assentadas costumam ser originárias de várias localidades e possuem trajetórias de vida distintas. Vilela (2002) observou esse fato dizendo que as pessoas que compõem o grupo dos assentados apresentam trajetórias de vida das mais diferentes possíveis, as quais se cruzam num dado momento. Assim, buscando conhecer o perfil dos assentados no Margarida Alves e verificar possíveis proximidades com os estudos que vêm sendo desenvolvidos, reuniram-se dados que permitiram traçar a trajetória das famílias assentadas.

---

<sup>10</sup> *Part-time*: Parte do tempo exerce atividade agropecuária no lote e parte do tempo exerce outra atividade fora deste.

<sup>11</sup> Para preservar o anonimato dos entrevistados, os nomes foram substituídos por nomes fictícios.

O Quadro 3 permite verificar a origem das pessoas assentadas no Margarida Alves, ressaltando que, quanto à origem, não se considerou o local de nascimento, mas sim o local de residência nos últimos dez anos.

<b>Município de origem</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Percentual</b>
BambuÍ	27	60%
Municípios distantes até 200Km de Bambuí (Passos, Carmo da Mata, Pará de Minas)	08	17,8%
Municípios distantes entre 201Km e 480Km (Patos de Minas, Betim, Belo Horizonte e Visconde do Rio Branco)	6	13,3%
Outros Estados (São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso)	4	8,9%

Fonte: Dados da Pesquisa.

**Quadro 3:** Caracterização das famílias assentadas quanto ao município de origem. Assentamento Margarida Alves, Bambuí, MG.

Os dados da pesquisa revelaram que vinte e sete das quarenta e cinco famílias assentadas são provenientes do município de **BambuÍ**. Essas famílias apresentavam em comum o fato de serem pioneiras no processo de assentamentos de reforma agrária, já que ingressaram no movimento de luta pela terra em Bambuí e o Assentamento Margarida Alves é o primeiro assentamento rural constituído no município. Esse pioneirismo não se apresentou como indicador de diferenciação das condições de vida dos assentados.

Quanto ao histórico das profissões dos homens, evidenciou-se o perfil do público que atualmente compõe os movimentos de luta pela terra:

professores, marceneiros, auxiliar de serviços gerais em hospitais, forneiro, funcionário de fábrica de tecidos, motorista, pintor e ajudante de pintor. Muitas dessas profissões, não necessariamente encontram demandas exclusivamente no meio urbano, a exemplo dos assentados que trabalhavam de pedreiro e de pintor que podem desenvolver suas profissões tanto no urbano quanto no rural. Por outro lado, outros fatores como a existência de demandas nas áreas rurais ou urbanas, a distância dos assentamentos das áreas urbanas, transporte e vias urbanas em boas condições de tráfego poderão estar associados ao exercício de profissões como ajudantes de fábricas, cobrador de ônibus, auxiliar de serviços em hospitais.

**Tabela 1:** Histórico das atividades de trabalho já exercidas pelas famílias assentadas, segundo sua origem.

<b>Origem</b>	<b>Atividades Agrícolas</b>	<b>Atividades não-agrícolas</b>	<b>Atividades agrícolas e não-agrícolas</b>
Bambuú  <b>27</b>	Tratorista, condutor de boiada, retireiro, administrador de fazenda, agricultor, cuidador de cavalos, charreteiro  <b>18 (66,7%)</b>	Professor, marceneiro, auxiliar de serviços gerais em hospitais.  <b>5 (18,5%)</b>	Lanterneiro/agricultor, animador de arena, comerciante/retireiro, pedreiro/lavrador  <b>4 (14,8%)</b>
Municípios distantes até 200km de Bambuí  <b>8</b>	Diarista em atividades rurais, lavrador  <b>2 (25%)</b>	Forneiro, funcionário de fábrica de tecidos.  <b>3 (37,5%)</b>	Reciclador/auxiliar em granja  Pedreiro, ajudante de pedreiro  <b>3 (37,5%)</b>
Municípios distante entre 201 Km e 480Km  <b>6</b>	Retireiro  <b>1 (16,66%)</b>	Motorista, pintor, ajudante de pintor  <b>3 (50%)</b>	Cobrador de ônibus/meeiro.  Peão de rodeio,  <b>2 (33,33%)</b>
Outros Estados  <b>4</b>	Retireiro, meeiro  <b>2 (50%)</b>	<b>0</b>	Peão de rodeio/retireiro  <b>2 (50%)</b>
<b>Total</b>	<b>23 (51%)</b>	<b>11 (24,5%)</b>	<b>11 (24,5%)</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Para este estudo, consideraram-se também os vínculos rurais: aquelas famílias que durante toda a sua trajetória de vida tiveram suas atividades ligadas ao rural, morando ou não no campo. Famílias sem vínculos rurais foram as que não apresentaram ligação com o rural em suas trajetórias e famílias com vínculo urbano-rural foram aquelas que em suas trajetórias já exerceram atividades urbanas e atividades rurais (tabela 2). O tipo de vínculo do assentado não se revelou como fator diferenciador das condições de moradia e produção no assentamento.

**Tabela 2:** Distribuição dos assentados por proveniência e vínculos estabelecidos com o rural

Locais	Com vínculo rural	Sem vínculo rural	Vínculo rural-urbano
Bambuú	18	5	4
Outros municípios	5	8	1
Outros Estados	4	0	0
TOTAL	27	13	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Depois de caracterizar as famílias quanto ao município de origem, as atividades profissionais exercidas e os vínculos estabelecidos com o rural, agruparam-se os assentados de acordo com a tipologia proposta sendo:

**a) assentado de origem rural e trabalho rural:**

Neste grupo, encontraram-se aqueles que *sempre trabalharam em atividades agrícolas, mas sem terra suficiente para a sobrevivência da família*, provenientes de Bambuú: Moisés, Efraim, Esaú, Simeão e Noé. Com terras, mas insuficientes para sustentar a família, Moisés, 40 anos, nascido e criado em Bambuú em um pequeno sítio com os pais e oito irmãos, sempre teve na terra um meio provedor de seu sustento. Com o passar dos anos, no entanto, a pequena propriedade passou a ser insuficiente para sustentá-lo. Seus quatro

irmãos permaneceram no sítio junto à mãe. Moisés viu no assentamento a possibilidade de ser proprietário de seu 'pedaço de chão', dando continuidade às suas atividades agropecuárias. Para esse assentado, o lote no assentamento significou a possibilidade de aumentar a extensão de suas terras ou de continuar sendo agricultor. Esse foi o caso também de Efraim, 57 anos, e de seu filho Simeão, de 38 anos. Eles relataram que sempre exerceram atividades rurais, como a criação de gado leiteiro. Quando mais jovens, trabalhavam para terceiros e somente depois de longos anos conseguiram adquirir um pedaço de terra de oito alqueires e passaram a trabalhar por conta própria. A vida ainda continuou difícil, pois a parcela de terra era pequena e ainda era dividida entre os outros dois filhos de Efraim. Entrar no assentamento significou ampliar as condições de permanecer como agricultor.

Na história do Esaú, 66 anos, percebeu-se uma trajetória de vida sempre ligada ao rural, mesmo tendo atravessado os limites da porteira da fazenda. Morador de fazenda em seus primeiros anos de vida, resolveu ser dono de boiada, viajou o Brasil com sua Companhia de Rodeio e foi até para o exterior, mas isso não lhe garantiu possuir um pedaço de terra para cuidar de sua tropa e de sua boiada. Por causa disso, ele sempre dependeu do aluguel de terras para colocar a sua tropa antes do acesso às terras no Margarida Alves. Mesmo morando na zona urbana, seu trabalho sempre dependeu diretamente da terra para a pastagem de seus animais. Ele relata que já se encontrava aposentado quando teve acesso ao lote e a terra própria lhe garantiu estabilidade, não como fonte de renda direta, mas como meio de se livrar do aluguel, tendo a mesma como um fim. A experiência de vida de Esaú faz dele uma liderança entre os assentados, sendo visto como uma influência junto aos órgãos públicos (INCRA). Frequentemente, ele é chamado para ser mediador de conflitos internos e de situações que requerem a presença de uma liderança. E Noé, 56 anos, era empregado de Esaú há mais de vinte e sete anos. Não constituiu família e permaneceu ligado à família do Esaú, através da prestação de serviço de cuidar dos animais da companhia de rodeio, mesmo depois de ter adquirido seu lote. Para esse assentado, a terra apresenta-se como garantia de ser proprietário e manter suas atividades por conta própria, mas não como ocupação exclusiva, já que ele, além de cuidar dos animais de

terceiros, também realiza trabalhos artesanais em couro, como arreios, cabrestos e rédeas.

Encontraram-se ainda, no grupo de assentados de Bambuí, famílias que *sempre moraram e trabalharam na zona rural*, mas em terras de terceiros. Esse é o caso de Jacó, 35 anos, que diz que sempre trabalhou com a terra, mas nunca havia possuído nada. Exercendo a atividade de tratorista e em outros momentos de retireiro, sempre morou em fazendas da região. Mas cansado de ter patrão, decidiu pleitear uma parcela de terra no assentamento, onde passou a ter seu próprio negócio de gado leiteiro. Sua história se assemelha com a de Abel, 55 anos, que conta que veio de uma família rural, mas isso não lhe garantiu ser proprietário, apenas a experiência da lida na fazenda. Ter um pedaço de terra era um sonho, pois poderia se igualar a seus irmãos que já haviam adquirido suas propriedades, passando a ter autonomia como proprietário da terra. Relatou que o trabalho e a ocupação no lote lhe permitiram melhorias em sua vida pessoal, pois conseguiu se livrar do vício da bebida.

Assim também ocorreu com Judas, 57 anos, trabalhou de diarista em fazendas desde jovem, aprendeu a trabalhar a terra, cuidar de animais, mas sem um pedaço de terra, sentia-se insatisfeito. Ele relata que depois que adquiriu suas terras a sua saúde melhorou devido à tranquilidade alcançada, pois antes trabalhava e ganhava até mais do que no assentamento, porém era insuficiente, já que precisava comprar tudo. No lote, ele planta e tem criações para o consumo. Saul, 58 anos, é outro assentado deste grupo. Sempre trabalhou em atividades rurais, buscou melhorar de vida em outros municípios, mas retornou para Bambuí. Foi em uma fazenda de terceiros que conseguiu trabalho e moradia. Viu no assentamento uma oportunidade para dar ocupação e renda para o filho de vinte e um anos.

Caim, 62 anos, morava na cidade, mas sempre trabalhou em diversas fazendas da região exercendo atividades gerais. Mesmo já estando aposentado, desejou participar do movimento e adquirir um lote para trabalhar e aumentar a renda, tendo a terra como um fim. Apesar de possuir uma moradia na zona urbana, preferiu morar no lote com sua família.

Gérson, 54 anos, também membro desse último grupo, conta que sua história de vida sempre foi ligada ao rural. Nasceu e foi criado na zona rural de Bambuí, depois se mudou para a zona urbana com a família, mas sua ocupação e renda permaneceram rurais, com a atividade de tratorista e serviços gerais em fazendas. Com isso, o desejo de possuir terras lhe acompanhou vida afora, sendo o assentamento a possibilidade de realizá-lo, já que com os frutos de seus trabalhos não foi possível. Depois de receber sua parcela de terra, passou a trabalhá-la, plantando e possuindo criações, mas não deixou a atividade de tratorista para ajudar na renda. Também seu filho Sared, 26 anos, que sempre o acompanhou, conta que as atividades que aprendeu a realizar foram cuidar da terra e de animais com o pai. Sem terra própria, trabalhava para terceiros na zona rural, mas isso não lhe tirou o sonho de trabalhar por conta própria. A história de Araão, 50 anos, outro assentado, é semelhante. Ele conta que devido à história de vida no campo, aprendeu a trabalhar com máquinas agrícolas. Quando soube da ocupação, acreditou ser a chance de trabalhar sua própria terra. Mudou-se para o lote onde cultivava algumas frutas e mantém a criação de animais para o consumo.

Héber, 51 anos, filho de sitiante, também iniciou suas atividades de pecuária no sítio de seu pai, onde tirava leite e fazia queijos. A pequena propriedade não lhe garantia uma renda fixa e com isso tinha dificuldades financeiras, que não lhe possibilitaram comprar terras. Desejoso em permanecer com as mesmas atividades e aumentar a produção, viu no assentamento esta oportunidade. Depois de assentado, ele passou a cuidar de seus animais e fazer plantações, vendendo o excedente de sua produção.

Ester, 68 anos, nasceu na zona rural, mudou-se para cidade e chegou a morar no Estado de Goiás, retornou para Bambuí onde trabalhou até se aposentar como auxiliar de serviços gerais em um Hospital da FHEMIG. Viúva e muito sozinha, passou a frequentar as reuniões do MST para auxiliar um irmão que tinha problemas de surdez. Ela diz que se simpatizou com o movimento, compreendendo, segundo ela, que não se tratava de “tomar terra dos outros”, mas de “haver uma distribuição justa”. Assim, quis participar também. Ela conta que vivia triste, com depressão e desesperançosa da vida, viu no movimento a possibilidade de renovar suas esperanças. Depois de

adquirir seu lote, passou a plantar, ter criações e com estas atividades, a terra passou a ser percebida por ela como um fim.

Compondo ainda esse grupo, encontraram-se também os *antigos trabalhadores da fazenda*. Deste, faz parte Salim, 51 anos, conta que já trabalhava na fazenda quando ocorreu a ocupação, juntou-se ao movimento para continuar no mesmo local que sempre trabalhou. Para este assentado, o lote significou manter-se ligado a terra, a qual já estava acostumado a trabalhar. É morador da zona urbana, mas deseja morar no lote, pois precisa se deslocar diariamente até o lote para exercer suas atividades e isto é feito com dificuldade, pois seu meio de transporte é a bicicleta. O outro assentado desse grupo é Arodi, 56 anos, que já trabalhava e residia há mais de vinte anos na fazenda desapropriada. Receber o lote lhe garantiu permanência no trabalho com a terra e moradia, mas devido à precária condição que esta se encontra, espera verba para fazer as melhorias.

Dentro desse grupo, estão ainda os assentados *provenientes de outros municípios e estados*. Matusael, 60 anos, sempre morou na zona rural em propriedades de terceiros. Ele conta que antes do acampamento estava morando em um terreno que pertence a uma Usina, no município de Passos. Sua moradia ficava próxima de uma rodovia, o que lhe gerava medo e desconforto por causa de suas criações. Tendo vínculo com a terra, o assentamento foi a forma de adquirir as terras que desejava e não havia ainda conseguido comprar. Para ele, o assentamento proporcionou sua propriedade e a moradia em um local mais tranquilo.

Jair, 48 anos, conta que morava com sua família em um acampamento do MST no centro-oeste mineiro. Antes de decidir participar do movimento, morou em várias localidades trabalhando como diarista em atividades rurais. As dificuldades vividas despertaram nele o desejo de ter um pedaço de terra para trabalhar, sendo o assentamento a possibilidade desta realização. Nesse caso, foi possível perceber uma adesão de toda família, pois tanto a esposa como os quatro filhos participam das atividades no lote, havendo inclusive a produção de excedente derivado da cana-de-açúcar, que é comercializado na feira da cidade.

Judith, 54 anos, conta que morando na cidade, sofreu muito com a violência urbana. Antes de entrar para o movimento, morava em Betim e possuía algumas vacas em um lote dentro dos limites urbanos para tirar leite e vender. No entanto, viu várias vezes, suas vacas serem roubadas e, por causa disso, preferiu buscar outro lugar para viver. Com a possibilidade de ser assentada, entrou para o movimento que lhe garantiu a propriedade da parcela de terra, onde ela desenvolve suas atividades ligadas à agropecuária. Pretende aumentar a produção e melhorar sua moradia, pois se sente mais segura e realizada no assentamento.

Henoc, 46 anos, morava no Estado do Espírito Santo, trabalhava como meeiro. Tinha parentes em Bambuí e devido ao falecimento de um deles, esteve em Bambuí e tomou conhecimento do movimento. Conta que sempre teve muitas dificuldades financeiras, e a conquista da terra seria a possibilidade de condições de vida digna para seus filhos. Para alcançar seus objetivos com a terra, pretende desenvolver atividades diversas no lote.

Dentro desta categoria, encontrou-se que todos os assentados durante suas trajetórias tiveram envolvimento com atividades agropecuárias e a aquisição de seus lotes lhes possibilitou a permanência nessas mesmas atividades.

#### **b) assentado de origem rural e trabalho *part-time*:**

Nesse grupo, encontram-se dois assentados provenientes de Bambuí. Jafé, 45 anos, filho de lavradores, que mora na cidade de Bambuí com a família. Como atividade econômica, a família mantém um trailer para venda de sanduíches, e para ajudar na renda familiar, o Sr. Jafé aluga áreas em fazendas, onde cria vacas leiteiras. O lote resolveria sua situação de locatário. E Natan, 49 anos, tem sua trajetória de vida pré-assentamento ligada em atividades distintas. Quando jovem, trabalhou em atividades ligadas ao campo como a de carvoeiro e alambiqueiro, depois passou a trabalhar com a lanternagem de veículos, chegou a pleitear as eleições para vereador e foi eleito, permanecendo no cargo por quatro anos. Sua experiência de vereador lhe abriu portas junto ao movimento de luta pela terra. Nessa época, tomou conhecimento do MST, participando de três ocupações de terra. O que o levou

para este caminho, segundo seu relato, era o desejo de possuir um pedaço de terra, para nele trabalhar, gerar renda e manter-se estável. Apesar de sua experiência na política, no assentamento, não se destaca dos demais.

Naum, 36 anos, é filho de Esaú e tem sua história parecida com a do pai. Sempre trabalhou na companhia de rodeio, primeiro como peão, depois como motorista dos caminhões de transporte da boiada. Quando o pai decidiu entrar na luta por terra, ele achou interessante para que assim pudessem cuidar melhor dos animais, evitando o aluguel ou arrendamento de terra. O assentamento aparece no projeto de vida deste assentado como segunda ocupação, mas a sua esposa mantinha estreita relação com o MST e pretendia formar um “grupo de artesãs” com intuito de gerar renda para as famílias assentadas interessadas em participar do projeto.

Encontram-se também aqueles *provenientes de outros municípios e estados*: Jó, 43 anos, morava em Belo Horizonte com sua esposa, cansado da vida agitada que levava como cobrador de ônibus, desejou voltar a trabalhar com a terra, já que em outros momentos de sua vida foi meeiro em plantações de café. Seu desejo juntou-se com o esforço dos parentes que já estavam também na luta. Para esse assentado, o lote ocupa lugar primordial, uma vez que o trabalho remunerado de vigilante lhe permite investimentos no lote. Ezequiel, 40 anos, também tem história semelhante. Morava no Mato Grosso do Sul, trabalhando com gado em fazenda de terceiro. Juntou a essa profissão a de peão de rodeio, veio para o Margarida Alves através da companhia de rodeio de Esaú. Reside na zona urbana com sua família, mas pretende morar no assentamento, pois assim é possível aumentar a produção. Amalec, 56 anos, catireiro<sup>12</sup>, morou em outros estados, conta que o último a morar foi Mato Grosso, realizava atividades em fazendas de terceiros. Lidava com o gado e fazia ainda outras tarefas. Mas o salário era pequeno, um desestímulo para continuar. Buscou mudar de vida através da conquista de um lote no assentamento, o que lhe proporcionou autonomia como proprietário, produzindo para o autoconsumo. Mora no lote com sua esposa, já fez melhorias em sua moradia e pretende melhorar também as condições produtivas.

---

<sup>12</sup> Catireiro: aquele que tem como atividade financeira a compra e venda de gado.

Os assentados enquadrados nesta categoria moravam na zona urbana exercendo outras atividades. As suas economias eram destinadas aos investimentos no lote, exceto o assentado Jafé, que ainda não tinha a posse do lote.

**c) assentado de origem urbana e trabalho rural:**

Desse grupo, são provenientes de Bambuí: Zacarias, Levi, Isaac, Lucas e Salé. Zacarias, 47 anos, é filho de agricultores, mas decidiu morar na cidade exercendo a atividade de transporte usando a carroça com força motriz animal. Conta que com o passar dos anos, com idade mais avançada, foi ficando difícil continuar com esta atividade, ao mesmo tempo que arrumar outra, também seria trabalhoso. Possuir um pedaço de terra seria a garantia de segurança financeira, mas acabou sendo também local de moradia, pois se divorciou e precisou deixar sua casa. Morando no lote, faz plantações para o consumo e queijos para vender.

Levi, 55 anos, cresceu na zona urbana e, sem concluir o ensino fundamental, suas chances de trabalho foram diminuídas. Ele aprendeu a trabalhar como marceneiro e, para ajudar nas despesas, sua esposa trabalhava como faxineira, mas a renda era pouca. Depois que adquiriu as terras, mudou-se com sua esposa e suas duas crianças para lá, onde já havia uma casa. Seu irmão Isaac, 50 anos, era seu sócio na marcenaria e seguiu os passos do irmão, requerendo, como Levi, uma parcela de terra. Mas para este, o assentamento apresenta-se como um meio para alcançar outros fins, não havendo o desejo de permanecer no lote.

Outro assentado desse grupo com trajetória de vida urbana é Lucas, 38 anos. Ele trabalhou com os irmãos em marcenarias, estudou, e formou-se para docência e exerceu a profissão por muitos anos. Em 2004, conheceu o movimento. Nessa época, segundo ele, “apaixonou-se pelo movimento” e “deixou tudo para trás em prol da conquista de terras”. Lucas não vivenciou no passado (nem tem no presente) um modo de vida rural mais tradicional. Atualmente, suas atividades são ligadas à coordenação dentro do assentamento e tem plantação de mandioca, banana e criação de gado no seu

lote em parceria com os irmãos. Pretende produzir de forma agroecológica, fazendo uso de sua propriedade como fim, tornando-a lucrativa.

Salé, 52 anos, sempre morou na cidade, aprendeu a trabalhar na construção civil, como pedreiro. Apesar de não gostar, retirava seu sustento desta atividade, mas sentia-se insatisfeito, pois não tinha prazer em exercê-la. Mas durante sua trajetória, conta que teve a oportunidade também de trabalhar a terra em fazendas de terceiros, sendo esta a atividade que desejava prosseguir. Possuir o lote no assentamento foi para ele a possibilidade de ter renda e uma profissão prazerosa.

Provenientes de outros municípios têm-se: Nain, Manassés, Josué, Jeremias e Oséias. Nain, 53 anos, conta que em Pará de Minas trabalhava como autônomo em coleta de materiais para reciclagem. Considerava essa atividade difícil e pouco lucrativa, fez a promessa de mudar, caso seus pais falecessem, pois esta era a razão que o fazia permanecer lá. Dados os acontecimentos, sem seus pais, viu no assentamento a possibilidade de cumprir a promessa feita a si mesmo e melhorar suas condições de vida. Vive no assentamento com sua família tendo suas atividades ligadas restritamente ao lote, porém os membros de sua família exercem atividades temporárias, como na colheita de café, para complementar a renda e fazer investimentos no lote.

Manassés, 46 anos, era metreiro em uma siderúrgica. Ficou desempregado comprometendo as condições de vida da família. Diante das dificuldades de encontrar nova ocupação remunerada, aventurou-se a ingressar no movimento. De posse do lote, mudou-se com sua família, indo morar em uma casa de dois cômodos. Tem esperança de melhorias através de verbas públicas. Esta é também a trajetória de Josué, 51 anos, que difere somente na ocupação: forneiro em siderúrgica. Desempregado e à procura de melhores condições de vida, deixou “tudo para trás”, inclusive a família, para entrar na luta pela conquista de seu pedaço de terra. Apesar de morar sozinho no lote, distante da família, encontra-se mais satisfeito, considera a vida no campo melhor do que na cidade e acredita que melhorará suas condições, podendo ter alimentos com fartura.

Jeremias, 56 anos, morava em Betim e trabalhava como motorista autônomo. Depois de aposentado, por incentivo da esposa que sempre foi simpatizante do movimento, entrou para o MST. Participou da luta em Juatuba, Esmeralda, Pimenta e Zona da Mata, onde foi assentado. No entanto, pediu transferência para o assentamento Margarida Alves devido aos vínculos de parentesco que tem no município. Para este assentado, o assentamento representa um lugar seguro, complementando a aposentadoria e sendo uma possibilidade de trabalho para os filhos. Oséias, 33 anos, conta que trabalhava em uma fábrica como tirador de tecido. No entanto, com o avanço da tecnologia, viu-se em dificuldades para acompanhar as exigências do mercado de trabalho. De acordo com ele, os serviços braçais nas fazendas exigem menos conhecimento teórico, assim buscou terras para trabalhar por conta própria. Morando no assentamento com sua mãe, busca alternativas para melhorias de sua propriedade, como a troca de serviços com os vizinhos. Considera a aquisição do lote a conquista de um sonho, pretendendo ficar lá para sempre.

Todos os assentados descritos nesta categoria eram provenientes da zona urbana. O lote se tornou para eles local de moradia e trabalho. Aqueles que eram provenientes de outros municípios estavam aguardando verbas do governo para melhorias de suas condições.

#### **d) assentado de origem urbana e trabalho *part-time*;**

Esse grupo foi composto por assentados *provenientes de outros municípios e estados*. Jonas, 33 anos, animador de arena e peão de rodeio, conta que por causa do seu trabalho temporário passava grande dificuldade econômica nos meses do ano em que ficava sem trabalhar, quando não tinha nenhuma renda. No contato com seus colegas de trabalho, tomou conhecimento da ocupação e os que faziam parte do movimento o ajudaram a conseguir seu lote. Mora no lote com sua família, busca fazê-lo produzir desejando que seja sua única fonte de renda, pois até a data da pesquisa ainda dependia do trabalho como animador de arena.

Desse grupo faz parte Gamaliel, 56 anos, que morava em Contagem onde exercia as profissões de pedreiro e vendedor ambulante. Ele conta que

morava em uma região com muita violência, onde havia alta proliferação do uso de drogas entre os jovens. Essas preocupações, juntamente com a baixa renda, motivaram-no a participar do movimento. Conseguindo seu lote, mudou-se para este com sua família. O lote passou a ser moradia e fonte de renda e esta é complementada com atividades de diarista em fazendas da região. Também faz parte desse grupo Timóteo, 52 anos, que tem história de vida semelhante à de Gamaliel. Morava em Betim, exercia atividades ligadas à construção civil e convivia com os mesmos problemas, como violência e drogas. O assentamento se apresentou como uma possível solução para uma vida mais tranquila para sua família. Desta forma, tem seus sonhos ligados ao desenvolvimento de seu lote, com aumento da produção e melhorias em geral, proporcionando melhor qualidade de vida para toda a família.

Abraão, 46 anos, morava em Patos de Minas, trabalhava na construção civil e também como peão de rodeio. Devido a esta última profissão, estabeleceu contato com a companhia de rodeio de Esaú, que já estava envolvido no movimento. Ciente da possibilidade de melhorar as suas condições de vida, ter mais tranquilidade, não precisar viajar tanto, também aderiu ao movimento. Depois da conquista da terra, passou a morar no lote com sua família, trabalhando com a agropecuária, e espera progredir nesta atividade.

Dan, 34 anos, morava no noroeste do Estado de São Paulo, era peão de rodeio, atividade que o ligou a vida rural. Conheceu uma bambuiense que já estava engajada no movimento e com esta se casou, vinculando-se a Bambuí. O lote no assentamento viabilizaria suas atividades, porque serviria para cuidar dos animais, evitando a locação de propriedades de terceiros.

Neste grupo, encontrou-se que todos são provenientes de outros municípios e estados. O lote é local de moradia, exceto para Dan, que reside na zona urbana. Para dois deles, o lote é fonte primária de renda e para outros três é fonte secundária.

### **e) assentado de origem urbana e trabalho urbano.**

Neste grupo, tem-se Samuel, 79 anos, proveniente de Bambuí, que sempre trabalhou na cidade em serviços gerais em Hospital. Já aposentado e viúvo, desejou ter um pedaço de terra almejando uma vida mais tranquila. Para ele, o ambiente rural representa um lugar para se viver com tranquilidade, longe dos “barulhos e da correria das cidades”. Ele relata que depois de receber o lote, aprendeu algumas atividades, como roçar pasto e capinar. Mas, para ele, a terra é apenas um meio, que pode ser usado para o lazer, o descanso e secundariamente, como atividade para renda.

Proveniente de outros municípios, tem-se Ezequias, 35 anos, morador de Betim, trabalhava como pintor, participou de reuniões do MST e interessou-se em entrar na luta. Participou de um acampamento no município de Betim e depois se transferiu para o Margarida Alves, onde é coordenador do Núcleo de Base no qual reside. Ananias, 24 anos, seu irmão, também participou do mesmo acampamento. Entrou para o movimento em busca de uma condição digna de vida, pois até começar a participar, era desempregado sem nenhuma profissão. Para esses dois assentados, o lote significa moradia, pois é lá que eles residem com as famílias e exercem atividade remunerada na zona urbana.

Para este último grupo, o lote é moradia ou lazer, pois as fontes de renda das famílias advêm da aposentadoria e do trabalho remunerado na cidade.

Pode-se sintetizar a distribuição das famílias, por núcleo, conforme quadro a seguir:

Tipologia	Che Guevara	Élcio de Freitas	Zumbi dos Palmares
AORTR	13	5	3
AOUTR	5	4	1
AORTP	-	1	3
AOUTP	1	3	3
AOUTU	-	3	-

Fonte: Dados da pesquisa

**Quadro 2:** A distribuição das famílias nos núcleos segundo a tipologia apresentada.

Perceberam-se nas famílias provenientes de Bambuí os seguintes grupos: aqueles que sempre trabalharam em atividades agrícolas, mas sem terras suficientes para sobrevivência; aqueles que moraram e trabalharam na zona rural em terras de terceiros, aqueles que moraram na zona urbana e exerciam suas atividades na zona rural, os trabalhadores da fazenda desapropriada e ainda, o grupo de trabalhadores sem vínculo com o rural. Para essas famílias, a terra significou a possibilidade de se tornarem trabalhadores rurais autônomos, de aumentarem suas terras e para o grupo urbano, uma nova atividade que possibilitou o aprendizado com a terra.

No grupo de famílias provenientes de municípios até 200 km de Bambuí, encontraram-se trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais sem terra, para estes, a terra significou local de trabalho e moradia. No grupo daquelas provenientes de municípios distantes de Bambuí de 201 a 480 km, estavam desempregados urbanos e pessoas com antigos vínculos com o rural, para essas famílias, a terra lhes garantiu ocupação profissional e moradia. E por último, no grupo formado pelas famílias vindas de outros estados, têm-se trabalhadores rurais sem terra própria e para estes, o lote possibilitou a continuidade de suas atividades com maior autonomia.

Pode-se observar que para os assentados do Margarida Alves, o lote representa uma estreita ligação com o rural dando ao assentamento uma caracterização rural bem agrícola.

### 3.1 Perfil e local de moradia dos assentados

Atualmente, das quarenta e cinco famílias entrevistadas, vinte e nove moram no assentamento. Quinze famílias mantêm residência na cidade, o que representa 35,6% dos assentados. Uma família, diferente das demais, não mora no assentamento nem na cidade, mas em uma fazenda de terceiro próxima ao assentamento. No entanto, morar no assentamento não significa ter a terra como primeira fonte de renda. Das vinte e nove famílias que residem no assentamento, dezenove vivem somente dos trabalhos com a terra nesse local. Oito famílias dizem trabalhar no lote, mas terem outras fontes de renda, como trabalho remunerado na cidade ou em outras fazendas. E o dado mais curioso é que, dos 29 assentados que moram no assentamento, dois dizem trabalhar apenas na cidade. Nesse caso, o lote é apenas lugar de moradia e não de fonte de renda.

Observou-se que, para as famílias originárias de Bambuí, com vínculo rural, a conquista da terra significou a possibilidade de continuarem trabalhando com o que já faziam antes, tendo a terra o caráter de provedora de renda primária ou secundária. Dez famílias desse grupo mantêm residência em Bambuí, indo ao assentamento para desenvolver as atividades de trabalho, como o cuidado com as criações e as plantações. Para o grupo dos Bambuienses, mesmo sendo da mesma região e com vínculo com o rural, demarcaram-se histórias de vida distintas. Entre eles, vários sentidos para o assentamento foram percebidos: possibilidade de aumentar suas terras, autonomia como proprietários, estabilidade, melhoria da renda.

Entre o grupo das famílias provenientes de outros municípios, a terra era desejada como local de trabalho e de moradia. Em suas trajetórias pré-acampamento, aparece uma aproximação com a vida rural, seja de moradia, de trabalho ou de vínculos estabelecidos por parentesco ou amizade. Os assentados de Carmo da Mata eram moradores de outros municípios e deslocaram-se para este em função de participarem de um acampamento lá montado.

Buscou-se também traçar o perfil das famílias assentadas. Os dados coletados revelaram que as famílias do Assentamento Margarida Alves têm,

em média, 3 pessoas. Onze delas são do tipo “unipessoal”, formadas apenas por um único indivíduo, no caso do grupo, todos homens. Oito destes moram no assentamento, quase todos procedentes de Bambuí – somente um veio de outro município. Sete são solteiros, dois são separados, um é viúvo e outro é casado. No caso desse último, ele veio sozinho porque a família preferiu permanecer no município de origem.

Sete famílias do tipo “casal” são compostas pela esposa e marido. Outras vinte e três “famílias nucleares” compuseram 51,11% do grupo, cujo tamanho variou em função do número dos filhos presentes nos respectivos núcleos. Assim, encontramos sete famílias formadas pelo casal e um filho; oito, pelo casal e dois filhos; seis, pelo casal e três filhos e apenas duas são formadas pelo casal e quatro filhos.

O estudo ainda constatou a existência de duas famílias do tipo “extensa”, uma formada pelo casal, dois filhos, a sogra e o cunhado; a outra formada pelo casal, a filha e o neto. Também se constataram duas famílias de modelo “monoparental”. A primeira composta pelo filho e a mãe, e outra cuja organização era formada pela mantenedora, a mulher, com a presença de três gerações: formada pela avó, sua neta e sua bisneta.

	<b>Unipessoal</b>	<b>Casal</b>	<b>Família Nuclear</b>	<b>Família Extensa</b>	<b>Monoparental</b>
Nº Absoluto	11	7	23	2	2

Fonte: Dados da Pesquisa.

**Quadro 4:** Caracterização dos núcleos familiares presentes no Assentamento Margarida Alves

### 3.2. Caracterização das famílias no assentamento e a divisão dos lotes

Quanto ao gênero, a população entrevistada apresenta um número pouco maior de homens, com 78 pessoas do sexo masculino e 59 do sexo feminino, totalizando 137 indivíduos. As faixas etárias por grupo da população assentada estão apresentadas na Tabela 3 abaixo.

**Tabela 3:** Distribuição dos assentados por faixa etária, segundo distribuição nos núcleos do Assentamento Margarida Alves.

Faixa Etária	Che Guevara (Nº)	%	Élcio de Freitas (Nº)	%	Zumbi dos Palmares (Nº)	%	Total (Nº)	%
0 a 13	5	8,92	7	15,38	5	16,66	17	12,41
14 a 20	12	21,42	7	13,46	5	16,66	24	17,52
21 a 30	5	8,92	9	17,3	4	13,33	18	13,14
31 a 50	16	28,57	13	25	12	40	41	29,92
51 a 60	15	26,78	11	21,15	3	10	29	21,17
Acima de 61	3	5,35	4	7,69	1	3,33	8	5,84
Total	56		51		30			

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados do quadro acima, verifica-se que o maior percentual de assentados encontra-se na faixa etária de 31 a 50 anos, logo em idade produtiva. Este dado está de acordo com o estudo de Bergamasco (1997 p. 7), onde a autora verificou que *“quase metade dos titulares dos lotes de assentamentos, no Brasil, possui entre 36 e 57 anos; somam 48,4% do total. Se acrescentarmos os titulares com idade entre 23 e 35 anos, vamos obter uma população em idade ativa (23 a 57 anos) da ordem de 76,9%”*.

A baixa escolaridade também esteve associada ao perfil dos assentados (Tabela 4). Esse dado também reforça o estudo de Bergamasco (1997) sobre as médias de escolaridade apresentadas para os assentamentos espalhados pelo Brasil; estas apontam para 39,4% de analfabetos/alfabetização incompleta, e o mesmo percentual de titulares com o ensino primário

incompleto. Nos Estados do Sul, o analfabetismo dos titulares é de quase 14% e, no Estado de São Paulo registraram-se 29,7% de titulares que não chegaram a completar o ensino primário. A autora diz ainda que o que mais chama a atenção é o fato de que essa situação não vem sendo alterada: 97,6% do total de titulares dos lotes de assentamentos no Brasil estão fora de qualquer programa de estudos, o que indica a não existência de um programa minimamente consistente de educação de adultos nos assentamentos brasileiros.

**Tabela 4:** Nível de escolaridade dos chefes de família do Assentamento Margarida Alves.

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Nº / Percentual</b>	
Analfabetos	02	4,44%
Ensino Fundamental 1ª fase	26	57,77%
Ensino Fundamental 2ª fase	13	28,88%
Ensino Médio	03	6,66%
Curso Superior	01	2,22%

Fonte: Dados da Pesquisa

Na fala do assentado Oseias *“eu larguei os estudos para trabalhar, com a evolução da tecnologia foi dificultando por eu não ter estudo. Então, optei em vir pra roça”*, a baixa escolaridade, inclusive, foi justificativa para o “desejo” de trabalhar no meio rural uma vez que acredita que as profissões demandadas nesses espaços exigem uma menor qualificação profissional e menor instrução acadêmica, a partir de profissões mais “práticas”. No histórico das ocupações anteriores, os assentados que exerciam atividades agrícolas afirmaram não possuir outra habilidade não-agropecuária. Aqueles que disseram ter outra habilidade relacionaram as seguintes profissões: pedreiros, motoristas e trabalhadores de fábricas - atividades que também não requeriam grande qualificação para exercê-las. Perpassa no grupo, a percepção de atraso relacionado ao meio rural, cujos postos de trabalhos não demandam grande

capacitação. Nesse contexto, o rural é visto como um lugar de inclusão para aquela parcela da população que não consegue se incluir nos postos de trabalhos urbanos que, frequentemente, exigem uma maior qualificação e escolaridade; o assentamento é observado como uma possibilidade de inclusão. Essa percepção é, inclusive, reforçada pelos dados que avaliam as condições de vida das populações rurais e urbanas, como o IDH.

As famílias do Assentamento Margarida Alves são estruturadas dentro de um modelo de dominância masculina, tendo o homem como chefe e provedor. Na maioria das famílias, é ele quem realiza as atividades no lote, segundo relato dos entrevistados<sup>13</sup>, como cuidar da pecuária, da produção do leite e do plantio, quando há. A maioria das esposas se autodenomina como sendo “do lar”, enquanto oito exercem atividade complementar ao trabalho doméstico. Estas estão relacionadas ao cuidado de hortas, criações de galinhas e porcos e outras atividades no lote. No momento das entrevistas, muitas das mulheres fizeram questão de mostrar suas criações e seus plantios, demonstrando orgulho de suas atividades. Outras seis mulheres exercem atividades remuneradas fora de casa: massagista, madrinheira, cabeleireira, faxineira, diaristas em lavoura de café e vendedora de bombons. Cabe dizer ainda que essas atividades eram realizadas na zona urbana.

O que se observou de comum entre as famílias que vivem no assentamento é a forma de se relacionarem com a terra. O cultivo de hortaliças para o consumo e a criação de animais, como porcos e galinhas são mais frequentes entre os residentes no assentamento do que entre os assentados que mantêm residência na cidade (quadro 5). A presença diária no lote viabilizaria a produção agropecuária – mesmo que para consumo doméstico – no lote da família. Esse fato foi também observado por Martins (2003) ao estudar o Assentamento de Araraquara no Estado de São Paulo, quando o pesquisador verificou que “não residir no lote inviabiliza a produção vinda do quintal, que é das mulheres”. Segundo ele, essa produção de excedentes do grupo familiar é uma alternativa fundamental ao complemento de renda das famílias.

---

<sup>13</sup> A visita às famílias aconteceu somente uma vez para a entrevista, logo esta observação não pode ser confirmada, podendo a mulher, mesmo ajudando, dar todo crédito ao homem ou ainda aquelas que moram na cidade, realmente não exercerem atividade no lote.

<b>Lote dos que residem</b>	<b>Lote dos que não residem</b>
Banana	Banana
Cana	Cana
Feijão	Feijão
Mandioca	Mandioca
Milho	Milho
Abóbora	Arroz
Batata-doce	Café
Hortaliças	Abacaxi
Laranja	Capim
Limão	Eucalipto
Tomate	Pimenta
Bovinos	Bovinos
Equinos	Equinos
Suínos	Suínos
Galináceos	

Dados: fonte da pesquisa

**Quadro 5:** Culturas e animais presentes nos lotes.

Observou-se que o cultivo das hortaliças, das frutas, do milho, do feijão e também as criações de suínos e galináceos são para o autoconsumo, o leite, por sua vez, é destinado à geração de renda. Ainda evidenciou-se que a

origem rural ou urbana não é determinante da forma como se relacionam com a terra. Assentados dispostos em categorias distintas apresentam formas semelhantes de trabalharem seus lotes.

Os assentados que moram na cidade dedicam menos tempo ao seu lote, 15 deles possuem criação de gado de leite e 4 possuem criação não leiteira, atividade que desliga mais o assentado da terra, pois não requer cuidados diários, sendo que estes exercem outras atividades fora do lote, como tratorista, peão de rodeio, vigilante, atividades agrícolas em fazendas de terceiros. Pode-se observar que eles fazem parte das categorias conforme quadro abaixo.

Tipologia	Número de famílias
AORTR	15
AOUTP	4
AOUTR	4
AORTP	4
AOUTU	2

Dados: fonte da pesquisa

**Quadro 6:** Apresentação das famílias de acordo com as tipologias já dispostas

Analisando a realidade das famílias assentadas, apuraram-se realidades distintas. Encontraram-se quinze famílias que moram na cidade de Bambuí. Destas, sete trabalhavam no lote e retiravam seu sustento – de forma exclusiva - das terras que lhes pertencem. Outras sete famílias trabalhavam no lote, mas tinham outras fontes de renda, sendo o lote uma fonte secundária. Um assentado, no entanto, trabalhava somente na cidade ou em outros locais, e justificou o fato relatando que “ainda não tinha concessão de uso da terra”.

Um percentual significativo, 18 famílias (40%) de assentados retiram sua renda principal de outras fontes e não da terra que receberam. Percebeu-se que, nesses casos, quase não houve mudança quanto à ocupação exercida

antes de irem para o assentamento, pois quase todos permaneceram com as mesmas atividades. Os que trabalhavam como motorista, pintor, pedreiro, peão de rodeio, tratorista, animador de arena, vendedor de sanduíche e retireiro em fazenda de terceiro, continuaram tendo essas atividades como fontes primeiras. Apenas um assentado mudou de profissão: era cobrador de ônibus e atualmente é vigilante. O quadro abaixo mostra a distribuição destas famílias segundo a tipologia.

Tipologia	Número de famílias
AORTP	6
AOUTP	5
AORTR	4
AOUTU	3
AOUTR	1

Fonte: Dados da pesquisa

**Quadro 7:** Apresentação das famílias de acordo com as tipologias já dispostas

Entre os assentados mais ligados ao Movimento dos Sem Terra, ou seja, oito assentados que fazem parte das coordenações, sendo cinco de origem rural e três de origem urbana, há uma percepção de que a dinâmica rural-urbana comprometeria as possibilidades presentes e, possivelmente, futuras de desenvolvimento do assentamento. Isso porque, trabalhando em atividades não ligadas ao assentamento, haveria uma tendência de “individualismo” entre os assentados. Esta, por exemplo, é a percepção de Gamaliel, um dos assentados que esteve presente desde os primeiros momentos na luta pela terra no Assentamento Margarida Alves e que tem um envolvimento grande com o MST. Na sua perspectiva, a formação política do grupo é que determina as ações futuras para melhorar suas condições de vida, conforme se evidencia na sua fala abaixo:

*“Eu idealizei um sonho muito grande como coordenador, benefícios para o povo que se eu tivesse conseguido concretizar isso seria bom demais. Eu desiludi porque tem coisas que magoam muito. Me chamaram pra voltar pra coordenação, o povo aqui partiu para o individualismo e aconteceu o maior erro, quem não tem vai embora, quem tem vai em frente. Tem milhares de projetos para investir, não tem necessidade de um assentamento estar sem condições como está este”. (Gamaliel, 56 anos)*

Na análise da dinâmica rural-urbana, observou-se que um número significativo, 29 famílias, tem casa na zona urbana, o que levou a indagação sobre a posse das famílias em relação a essas residências. Das 29 famílias, 15 residem nas casas e as outras 14 utilizam-nas para se hospedarem quando vão à cidade, ou as residências são moradia dos filhos que optaram por permanecer na zona urbana. Quanto à propriedade das casas, encontrou-se que 21 das residências são próprias, 5 são cedidas por parentes e 3 são alugadas. Dezesesseis famílias não possuem casa na cidade. O grande número de famílias proprietárias colocou a necessidade de aprofundarmos a dinâmica estabelecida por elas.

Pôde-se verificar que 26 das famílias assentadas tinham seu lote como fonte de renda exclusiva para o seu sustento, 19 tinham seu sustento baseado em outras fontes. Esse número significativo reforça o estudo de Sousa (2008), sobre os assentamentos no Acre. Segundo o autor, atualmente, uma minoria dos assentados tem como principal fonte de renda o trabalho em atividades agrícolas e a proximidade do assentamento às áreas urbanas beneficia os assentados que desenvolvem atividades não ligadas ao rural, muitos optando pelo trabalho assalariado na cidade. Esse é o caso, por exemplo, de Jó, que mora na cidade com a esposa e um filho em idade escolar, exerce regularmente a profissão de vigilante, e a esposa é massagista. Os dois trabalham na cidade, moram em casa alugada e tem o lote como segunda fonte de renda, mas dizem estar investindo seus ganhos na terra. É também o caso de Gamaliel, que mora no lote com a esposa e três filhos, exerce atividade de pedreiro e bombeiro para ajudar nas despesas. Para esta família, plantar e ter grandes criações de gado ainda é um sonho.

Sem dinheiro para investir, as famílias vivem uma situação já assinalada por Bogo (1999), quando ele diz ser a conquista da terra apenas o primeiro passo. Segundo o autor, mais difícil que o processo de conquistar a terra é fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados. Para essas famílias e outras na mesma situação, as políticas públicas de fomento seriam de suma importância.

## CAPÍTULO IV

### O LUGAR DO ASSENTAMENTO NOS PROJETOS DE VIDA DOS ASSENTADOS

Depois de descrever a trajetória de vida dos assentados, analisa-se, neste capítulo, o lugar do assentamento Margarida Alves nos seus projetos de vida. Para tanto, buscou-se investigar as perspectivas dos assentados em relação às suas parcelas de terra. Isso porque se procura constatar se o assentamento é apresentado como um meio para o alcance de outros fins ou se ele é colocado como um fim em si mesmo.

Evidenciou-se que a maior parte dos assentados (95,6%) *veem o assentamento como parte de seu projeto de vida* e nesse contexto pretendem melhorar as suas condições de moradia, produtividade, *tornar-se independentes, obter mais verbas do governo* para a melhoria das suas condições de vida, ter um modo de vida diferenciado a partir da agroecologia e da produção coletiva. Por outro lado, um percentual menor *vê o assentamento como um meio para alcançar outros fins*, 4,4% dos assentados tencionam viver apenas por um determinado tempo no assentamento.

<b>Perspectivas</b>	<b>%</b>
<b><i>Veem o assentamento como parte do seu projeto de vida</i></b>	
- Buscam melhorar as condições de moradia, propriedade e produtividade tornando-se independente;	62,3
- Pretendem obter mais verbas do governo para melhoria das condições de vida;	8,9
- Objetivam um modo de vida diferenciado a partir da agroecologia e da produção coletiva;	4,4
- Buscam melhorar as condições produtivas.	20
<b><i>Veem o assentamento como um meio para alcançar outros fins</i></b>	
- Viver apenas por um determinado tempo no assentamento	4,4

Fonte: Dados da pesquisa

**Quadro 8:** Perspectivas dos assentados em relação ao seu lote no Assentamento Margarida Alves.

Assim, no grupo dos que ***veem o assentamento como parte do seu projeto de vida***, mais da metade dos chefes de família desejavam melhorar as condições de moradia e/ou de produtividade do seu lote. Nesse grupo, encontram-se aqueles que em suas trajetórias de vida sempre tiveram vínculo com o rural e quando conseguiram seu pedaço de terra, passaram a vê-lo como meio de vida, sendo seu local de moradia e renda. É o caso de Judas, segundo o qual:

*“a vida lá fora não é fácil, lá fora ganhava mais e não dava, agora tenho minhas criações, sobra ovo e galinha pra vender. Fui nascido e criado na roça, quando fui para cidade, minha vida atrapalhou 99%”. E ainda “estou mais satisfeito, só de não ser mandado, ninguém mandar em mim, mas minha renda vai melhorar, as vacas estão ‘mojando’, vou vender mais leite”.*

A perspectiva desse assentado se aproxima da análise de França e Spavorek (2005), que dizem que “a terra significa mais do que um emprego ou ocupação porque possibilita o “trabalhar para si”, portanto, uma condição de liberdade e “fatura” (produção para garantir o sustento da família), ou seja, um trabalho sem os “mandos de um patrão” [...]” Para o assentado Josué, a idéia de fatura é bem forte: *“meu sonho é trabalhar aqui e ter fatura, comer, pelo menos, três vezes ao dia”*. Ou ainda, como diz o assentado Amalec, *“porque é melhor, a terra é da gente, mais chance de sobrevivência”*.

Essa perspectiva é observada, também, na fala do assentado Araão que relata que seu sonho é “ter uma casa boa para morar, mobiliada, um curral, uma queijeira, um barracão bom, umas vacas leiteiras e um chiqueiro bom” e do assentado Salé, que diz que o pretende alcançar é *“ter tudo o que quero aqui, arrumar a casa, fazer um curral, mexer com o gado.”* Esse grupo de assentados vê a terra como meio de produção e de uso, tendo seus projetos de vida ligados ao lote. Percebe-se o assentamento ocupando um lugar primordial em suas vidas, uma vez que foi pelo projeto de reforma agrária que alcançaram o sonho de possuir terras.

Há ainda nesse grupo aqueles que esperam verbas do governo para melhorar suas condições de vida (8,9%). Nesse caso, trata-se daqueles que durante o pré-acampamento viviam de trabalhos temporários e de baixa remuneração, viram no assentamento a possibilidade de melhorar suas vidas, mas como não conseguiram adquirir bens ou fazer reservas que lhes garantissem investimentos nos seus lotes, e sem conhecimento técnico, esperam do governo ajuda financeira e assistência técnica para progredir em suas atividades. É o caso da assentada Ester que *“pensa ainda em tirar leite, aumentar a lavoura, plantar um café, plantar uma horta quando conseguir água e ter uma mangueira de porcos”*. Tudo isso quando tiver acesso à verba do PRONAF. Também é o desejo de Héber: *“arrumar meu terreno, ter uma vida tranquila, saudável, ficar rico não vai não. Por enquanto, estou fazendo pouco, porque agora que dividiu os lotes, estamos esperando uma verba do governo”*. E também de Levi, 55 anos e Sared, 26 anos, que pretendem morar no assentamento se houver melhoria das condições de vida no local. Para isso, esperam receber benefícios do governo.

Dois assentados (4,4%) desse grupo relacionaram suas perspectivas no lote a um modo de vida diferenciado, produzindo de forma coletiva e agroecológica. Nesse contexto, a agroecologia emerge como um valor associado a outros como a cooperação, o espírito de grupo, a valorização do campo. Este é o caso, por exemplo, de Lucas, que participa ativamente do MST e carrega consigo a filosofia proposta no Movimento<sup>14</sup>. Podemos perceber na sua fala uma idealização da vida no campo em oposição à vida na cidade. No resgate de seus sonhos, percebe-se o desejo de difundir a ideologia do MST junto aos outros assentados, associando o seu objetivo de transformação social aos objetivos do movimento:

*“(...) desejo conseguir manter-me no lote produzindo de forma agroecológica. Já fiz vários cursos nesta área e na área de produção de agrofloresta, não só para mim, mas um ajudando o outro, trabalhar a parte de cooperação das famílias... (Lucas, 38 anos, Bambuí)”*

*“O ambiente te molda, as pessoas do campo têm mais uma consciência política do que as pessoas da cidade, as pessoas da cidade têm uma consciência economicista... A pessoa que está no campo depende mais do lado social, de diálogo, porque ela está distante uma da outra”.*

Ainda dentro dessa perspectiva, tem-se a visão do assentado Gamaliel, que passou por um período de formação, vindo a ser um dos coordenadores do Assentamento Margarida Alves. Relata que fez muitos cursos, aprendeu a se preocupar com os outros. Na sua fala, enfatiza: *“quero melhorar, mas quero que os outros vão comigo”.*

Outros 20% têm como projeto de vida melhorar as condições produtivas na propriedade. Para esses assentados, o lote representa mais uma fonte de renda, podendo em alguns casos, a terra que receberam no assentamento não ser o seu único meio de subsistência. Esse grupo precisa dessa terra para fazê-la produzir, ter lucro com a sua posse, mas não necessariamente depende dela para morar, vincular-se a ela. A fala do assentado Moisés evidencia essa

---

<sup>14</sup> Conforme o Caderno de Debates 1, trata-se de “um permanente trabalho de promoção da formação política em todos os níveis e em todos os nossos locais de atuação política” (CADERNO DE DEBATES 1 ).

realidade. Ele mora na cidade, mas trabalha em seu lote e diz que seus objetivos são *“melhorar o gado para ter um gado bom de leite, uma renda melhor, viver melhor com a família dando uma situação financeira melhor”*. Como ele, o assentado Abel diz que seu objetivo é *“aumentar o leite e progredir mais que puder”*. E ainda o assentado Henoc diz que *“o objetivo é viver da terra, ter uma vida digna, prosperar bastante. A intenção é colocar vacas de leite para manter a gente, criar peixe, ter porcos e galinhas”*.

Um segundo e minoritário grupo foi o único a manifestar uma perspectiva de vínculo temporário com o assentamento. No grupo dos assentados que **viam o assentamento como um meio para alcançar outros fins**, 4,4% viam o assentamento como um período de passagem e que pretendem viver apenas por um determinado tempo. Esse é o caso do Sr. Samuel, 79 anos de idade, que disse que o seu sonho é *“viver lá uns tempos, lá é lugar tranquilo”*. Nesse caso, talvez devido à idade avançada e também por ser aposentado justifique sua forma de pensar. Isaac, 50 anos, é outro assentado que também não tem a intenção de viver no assentamento para sempre. Nestes dois casos, verifica-se não haver em suas trajetórias de vida o vínculo com o rural.

Observou-se que 19 famílias não dependem unicamente da terra recebida, no entanto, esta tem um significado de investimento. No momento, combinam o uso da terra com outras atividades agrícolas e não-agrícolas, objetivando angariar recursos para aplicar no seu lote.

Concluindo, pode-se perceber que apesar de 15 famílias<sup>15</sup> não terem o assentamento como um local de moradia, 43 têm o assentamento ligado ao seu projeto de vida, mesmo que seja percebendo-o como uma oportunidade de combinar as atividades agrícolas nele desenvolvidas com outras atividades não-agrícolas.

---

<sup>15</sup> Sendo 13 famílias de origem rural e dessas, 4 exercem atividades *part-time*. Duas famílias de origem urbana, sendo que uma exerce trabalho *part-time* e a outra família tem o lote como fonte de lazer.

#### 4.1. O LOTE NO PROJETO DE VIDA DOS ASSENTADOS COM E SEM VÍNCULO ANTERIOR COM O RURAL

A análise do assentamento no projeto de vida das famílias assentadas buscou também correlacionar o vínculo que as famílias declararam ter com o rural ao longo de sua vida. Consideraram-se para esse estudo, famílias com *vínculos rurais*, aquelas que durante *toda* a sua trajetória de vida tiveram suas *atividades produtivas* ligadas ao meio rural, independente do local de moradia, no campo ou na cidade. Já as famílias com vínculo *urbano-rural* foram aquelas que em suas trajetórias já exerceram *atividades urbanas e atividades rurais*. E, finalmente, as famílias *urbanas*, aquelas que nunca exerceram nenhuma atividade ligada ao meio rural. Nesse estudo, buscou-se verificar se a trajetória das famílias interferia no projeto que tinham para o assentamento: se a terra emerge nos seus projetos como “um fim” ou como “um meio”, análises que se fazem a seguir.

Evidenciou-se que aqueles assentados que em suas trajetórias de vida tiveram vínculo com o rural (60% dos assentados) compunham o maior número dos que tinham a terra como parte do seu projeto de vida.

*“Meu sonho é que isso aqui dê certo, construir uma casa boa, ter um tanquinho de leite, ter dignidade, viver com fartura” (Judith, 54 anos, Betim)*

*“Aumentar meu leite, progredir mais que eu puder” (Abel, 55 anos, Bambuí)*

Junto às famílias com vínculo rural-urbano (11% dos assentados), constatou-se que em sua totalidade, têm a terra no seu projeto de vida, como Jonas, 33 anos, de Bambuí: *“Gosto muito da roça, quero ter a renda só de lá”*.

Outro ponto evidenciado foi que aqueles que tinham vínculo urbano (29% dos assentados), em sua maioria, também tinham a terra como parte do seu projeto de vida, sendo que apenas dois assentados desse grupo têm a

terra como meio. Em relação a esses assentados, apesar de ter uma trajetória urbana, a maior parte diz se identificar com as atividades agropecuárias. Em parte, essa identificação deve-se ao fato de as atividades na zona rural demandarem menos escolaridade. Essas pessoas viviam na cidade, tendo baixa escolaridade, trabalhavam em atividades de baixa remuneração e/ou prestígio. Empregados, mas insatisfeitos por não serem donos de seus próprios negócios, ou ainda, desempregados e com dificuldade de uma vaga de trabalho no mercado, viram no assentamento a possibilidade de independência.

*“Morei em Bambuí e não consegui comprar nem um lote, quando a gente pensava que ia ganhar dinheiro acontecia imprevisto e a gente não ganhava” (Levi, 55 anos, Bambuí).*

Esses dados revelam que o número de assentados que vê a terra como parte do seu projeto de vida é superior aos que veem-na como meio para outros fins. No entanto, a possibilidade de desenvolvimento do assentamento Margarida Alves ou a sua continuidade dependem também das novas gerações. Já salientamos, anteriormente, que conforme informaram aqueles que hoje possuem os lotes, 68,9% encontram-se na faixa etária de 45 a 79 anos e, dentro de alguns anos, boa parte dos proprietários entrarão em uma idade de pouca produtividade. Logo, a possibilidade de continuidade deste “projeto” estará a cargo dos jovens, filhos desses assentados. A seguir, é feita uma análise sobre o lugar do assentamento no projeto de vida desses jovens.

## **4.2. PROJETO DE VIDA DOS JOVENS**

Buscou-se compreender o lugar do assentamento no projeto de vida dos jovens, uma vez que a reprodução futura dos lotes passará por estes. Foram entrevistados 20 jovens dos 33 filhos de assentados, na faixa etária entre 14 e 29 anos. Em princípio, tencionou-se abordar toda a população dos jovens do assentamento Margarida Alves. No entanto, a dificuldade de encontrá-los em suas residências no momento das entrevistas inviabilizou esse processo. Esse foi um dos indicativos do baixo envolvimento dos jovens nos projetos do

Assentamento Margarida Alves, compondo a base de dados apresentada. Dos vinte jovens entrevistados, apenas doze residiam no assentamento, seis residiam na zona urbana e dois, em fazendas próximas ao assentamento (Tabela 5). Cinco dos jovens que residiam no assentamento manifestaram interesse em permanecer no local, desempenhando atividades relacionadas à agropecuária. Outros sete, no entanto, pretendiam seguir carreiras ligadas às atividades de professor, veterinário, jogador de futebol e advogado.

**Tabela 5:** Dados sobre a atual ocupação e o desejo de ocupação/profissão futura dos jovens.

Residência	Nº de jovens	Ocupação atual	Profissão futura/desejo
Assentamento	12	Estudantes; Motorista; Retireiro; Diarista em atividades rurais; Diarista em lavoura de café; Auxiliares nas atividades do lote.	Professor; Jogador de futebol; Veterinário; Administrador; Juíza; Proprietário de alambique; Permanecer no lote.
Bambuí	6	Estudante; Assistente administrativa; Serralheiro; Desempregada.	Pecuarista; Pediatra; Permanecer na ocupação; Estudar.
Fazenda próxima ao assentamento	2	Atividades rurais no lote; Auxílio nos afazeres domésticos.	Permanecer na ocupação; Zootecnista.

Fonte: Dados da pesquisa.

Sete dos doze jovens que **moravam no assentamento não pretendiam permanecer** lá. Destes, três são filhos de assentados que pertencem à tipologia AOUP (Assentado de origem urbano e trabalho *part-time*). É o caso do jovem Flamingo, de 17 anos, que mora no lote e auxilia os pais nas atividades; pretende estudar, formar-se em Educação Física e trabalhar na zona urbana. Araponga, de 15 anos, deseja continuar seus estudos, mas ainda não sabe que profissão seguir. Rouxinol, de 19 anos, auxilia os pais nas atividades do lote e exerce trabalhos esporádicos, deseja ser jogador de futebol. Outros dois jovens são provenientes do grupo AOUP (Assentado

urbana e trabalho rural). Este é o caso de Rendeira, de 16 anos, que quer estudar e ser professora de Matemática e Tiziu, 18 anos, que disse gostar das atividades que exerce no lote, mas tem o sonho de ser goleiro de futebol. Mergulhão, de 14 anos, deseja estudar Veterinária para ter uma vida melhor e sua irmã Andorinha, 14 anos, que deseja ser Juíza de Direito para dar um futuro melhor para sua família fazendo parte da categoria AORTR (Assentado de origem rural e trabalho rural).

Dentre os que **pretendem ficar no assentamento** está Colibri, 27 anos, que veio com sua família de Pará de Minas onde colaborava com seus pais na coleta de materiais para reciclagem. Segundo ela, desejava continuar no lote para ajudar os seus pais a melhorarem a sua situação financeira. Para Colibri, *“aqui a vida é bem melhor, lá a gente sofria preconceito, os outros chamava a gente de ‘ronca e fuça”*. Para esta jovem, o assentamento representa mais do que fonte de renda, estando relacionado à possibilidade de conquista da sua dignidade. Ela vivia na cidade em condições precárias, com baixa renda, sofrendo preconceitos pela profissão que exercia. Além das atividades no lote, na época da colheita de café, ela vai para essa atividade, mas não é o que ela gosta, porém entende que precisa fazê-la para conseguir melhorar as condições do lote, como se verifica nesta outra fala: *“pretendo ajudar meu pai tocar esta terra pra que vá pra frente e a gente melhore essa vida; plantar, tirar leite”*. Essa jovem pertence à categoria AOUTR (Assentado de origem urbana e trabalho rural), assim como Papa-capim, de 21 anos, que trabalha com a família na lavoura de limão e na suinocultura, pretende continuar trabalhando no lote, montar um alambique e produzir rapaduras também. Para esse jovem, o assentamento pode ser um lugar para se ter uma empresa. Atividades como a agropecuária podem caminhar juntamente com a pequena indústria. Em seu relato diz: *“meio rural e cidade caminham juntos, dependendo um do outro”*. Muitos autores, como Sacco dos Anjos e Caldas (2004), reconhecem uma nova perspectiva para o rural, especialmente começando com a abertura desses espaços para atividades mais diversificadas, a partir da implementação de pequenas agroindústrias para o processamento da produção em assentamentos. No entanto, no Margarida Alves, essa é uma possibilidade remota, pois se verifica que não há, na pesquisa, indício de atividades não agrícolas.

Ainda se tem no grupo dos que pretendem permanecer no assentamento, Soldadinho, de 18 anos, que trabalha no lote e para terceiros como retireiro. Deseja estudar Administração, pois entende que os negócios bem administrados têm mais possibilidade de crescimento: *“penso em estudar mais, fazer Administração. Ter um curso para ajudar a crescer mais aqui no assentamento”*. Seu irmão Tangará, de 16 anos, também pretende permanecer no lote, auxiliando o seu pai e ajudando a melhorar a renda familiar, ainda que afirme não ter clareza sobre planos para o futuro. Jaçanã, 29 anos, é filha de antigos moradores da fazenda, diz já ter se adaptado à vida no lote e por lá pretende permanecer. Ela não pretende estudar e não fala em perspectivas de melhorias. Quando indagada sobre trabalho, ela disse: *“Levanto de manhã, rego as plantas, ajudo nos afazeres da casa. Se aparece serviço, vou fazer faxina”*. Têm-se também os dois jovens que moravam na fazenda vizinha com seus pais e manifestaram sonhos e objetivos ligados ao rural. Beija-flor, de 25 anos, pretendia estudar e ser zootecnista. Já seu irmão Acauã, de 21 anos, cuidava do gado de leite no lote e essa era a atividade que pretendia realizar pelo resto da vida. Para ele, que havia parado de estudar, *“o lote foi quase como ganhar na mega sena”*. Esses cinco jovens pertencem à categoria AORTR (Assentado de origem rural e trabalho rural).

Dentre os **jovens que residiam na zona urbana**, o grupo se manifestou da seguinte forma: dois pretendiam futuramente ir para o lote e trabalhar com a agropecuária e outros quatro pretendiam seguir carreiras urbanas, como medicina e administração de empresa. Todos manifestaram o desejo de prosseguir nos estudos.

Dois destes jovens que moravam na cidade tinham seus **sonhos para o futuro ligados ao rural**, como Quero-quero, 17 anos, que mora na cidade, é serralheiro e ainda desenvolve trabalhos no assentamento com seu pai: *“penso em ser pecuarista, viver da terra e não precisar sair para trabalhar”*. Para isso, pretendia continuar trabalhando na cidade para “juntar dinheiro” que seria investido no lote. Essa era a realidade também de Bicolor, de 29 anos, que trabalhava de motorista na usina de cana-de-açúcar e auxiliava o pai no manejo do gado nos dias de folga do seu trabalho remunerado. Seu objetivo era continuar trabalhando na cidade enquanto mais jovem e mais tarde

pretendia se mudar para o lote e trabalhar com o seu pai na produção de leite. As categorias que esses dois jovens pertencem são respectivamente AORTR (Assentado de origem rural e trabalho rural) e AORTP (Assentado de origem rural e trabalho *part-time*).

Outros quatro jovens que **moravam na cidade não pretendiam morar no assentamento**. As irmãs Ema, de 25 anos e Cisne, de 22 anos, filhas de assentado AOUP (Assentado de origem urbana e trabalho *part-time*), diziam colaborar com os seus pais nos finais de semana em atividades do lote. Durante a semana, elas exerciam atividade de assistente administrativa em uma indústria de fósforo e em uma loja de produtos veterinários, respectivamente, e aplicam a sua renda na compra de gado. Nesse caso, a terra no assentamento é vista como um investimento, donde se pode obter renda. Para Águia, de 16 anos, filha de assentado AORTP (Assentado de origem rural trabalho *part-time*) que também não pretendia morar no assentamento e não se envolvia nas atividades desenvolvidas no lote, o assentamento era visto como local de “passeio” nos finais de semana. Pretendia se formar em pediatria e mudar-se de Bambuí. Garça, de 20 anos, também não exercia e nem pretendia exercer nenhuma atividade no lote, embora seus pais tivessem origem rural e trabalho rural (AORTR).

Beze et al (2005), ao estudarem o projeto de assentamento Piritiba II, perceberam que no caso de jovens que não moravam no assentamento, mas tinham origem rural “*parecia haver um distanciamento na relação com a terra e a própria identidade rural [...] e filhos de origem urbana, apresentavam identificação com valores rurais, mesmo que com ressalvas e conflitos*”. Essa constatação não pode ser confirmada ao estudar o assentamento Margarida Alves, onde dos vinte jovens entrevistados, 50% apresentam origem urbana, 40% apresentam origem rural e 10% origem urbano-rural. Observou-se que, daqueles que apresentam origem urbana, somente três pretendiam desenvolver atividades no lote. Cinco disseram que pretendiam exercer atividades não ligadas ao lote e dois não fizeram ainda a sua escolha. Quanto aos de origem rural, verifica-se que cinco pretendiam desenvolver atividades no lote e três, não. Quanto àqueles de origem urbano-rural, um pretendia desenvolver atividades no lote e o outro pretendia seguir outras atividades não

ligadas ao rural. Assim, verificamos que dos vinte jovens entrevistados, apenas nove, ou seja 45%, tinham objetivos e sonhos ligados ao lote no assentamento.

De forma geral, a ocupação profissional atual dos jovens lhes rendia poucos honorários. Apenas cinco jovens exerciam atividades remuneradas fixas com renda máxima de 2,5 salários mínimos – grupo que obtinha maior renda em relação aos demais. As profissões que exerciam eram de pouca qualificação, não exigiam curso superior, como auxiliar administrativo, motorista, balconista, serralheiro e retireiro. Foi possível observar que sete jovens que tinham trabalho remunerado fora do assentamento eram quase sempre colaboradores no sustento da casa ou no investimento do lote. Destes, cinco exerciam atividades remuneradas esporádicas fora do lote, como na colheita de café, diarista em fazendas da região e faxineira.

Oito jovens não trabalhavam fora, mas trabalhavam com os pais nas atividades realizadas no lote: capinando, cortando cana, tirando leite, regando as plantas e cuidando dos animais. Destes, sete são também estudantes, cursando o Ensino Fundamental ou Médio. Esse trabalho, via de regra, era visto como uma “ajuda” pelos pais e pelos próprios jovens, e destes apenas três recebiam pelo trabalho no lote. Esses jovens ainda eram dependentes de seus pais e consideravam que recebiam *“alimento e educação”* e também compreendiam que *“o que a gente está ajudando vai servir no futuro pra gente”*. Nesse depoimento, percebe-se que o projeto de vida do jovem era visto como ligado ao futuro no lote, e assim, a falta de remuneração não era empecilho para que desenvolvessem atividades junto à família. Outros jovens, porém, demandavam renda, então, exerciam atividades fora, mas colaboram nos finais de semana, não perdendo o sonho da terra: *“eu prefiro o trabalho na terra, mas precisa de renda mais imediata”*.

Apenas duas jovens não exerciam nenhum tipo de trabalho. Residiam na zona urbana com seus pais, sendo que na data da entrevista, uma era estudante do Ensino Médio e a outra já havia terminado este. A que já havia concluído o Ensino Médio apenas ajudava a mãe nos afazeres domésticos e não demonstrou nenhum conhecimento ou interesse referente ao lote. Já a outra jovem disse ir ao assentamento para passear e que se diverte com os

rodeios realizados pelos familiares no lote, mas quanto aos seus sonhos, são voltados para os estudos.

Apesar dos projetos de vida descritos pelos jovens, muitos deles associados a carreiras que exigem investimento na educação superior, o nível de escolaridade é baixo entre os jovens do Margarida Alves. Constatou-se que dos vinte jovens, nove são estudantes, cursando o ensino Fundamental ou Médio, e apenas um tem curso superior e outro curso técnico completo. Neste contexto, percebia-se que aqueles jovens do assentamento Margarida Alves que desejavam uma inserção no mercado de trabalho com maior qualificação precisavam ainda de muito estudo, pois todos ainda cursam o Ensino Fundamental ou Médio.

Como nos projetos de trabalho, a prática de lazer também era reveladora da realidade social e cultural à qual estão inseridos os jovens. Dentre os jovens que residiam no assentamento, observaram-se práticas de lazer voltadas para atividades que podiam ser realizadas tanto no campo como na cidade, como assistir filme, ouvir música, jogar futebol, ler, tocar violão e participar de rodeios. Esses jovens diziam que as suas práticas de lazer aconteciam tanto no assentamento quanto na cidade. Devido à proximidade do assentamento da cidade, havia a facilidade de deslocamento de um local para outro. O lazer dos jovens do Margarida Alves que residem na cidade está mais relacionado ao que ela proporciona: festas, bares e casa de amigos. Quando perguntados sobre o lazer individual e coletivo, apenas dois entrevistados preferiam diversão ligada ao rural, como andar a cavalo e acampar. Percebe-se que há pouca interface dos jovens residentes na zona urbana com o meio rural.

Dos jovens que moram no assentamento, 33,4% disseram desejar outro tipo de lazer no assentamento como esportes (queimada, vôlei, handball); 58,3% disseram que não veem necessidade de outras atividades. A jovem Colibri, 27 anos, relata que *“acho que precisa é de um armazém, farmácia, escola pra quem estuda”*; 8,3% não responderam. Dos jovens que moram na cidade, 83,3% gostariam de outras atividades de lazer, como feiras, festivais, cinema, reunir as pessoas novamente nos jogos de futebol. Mas 16,7% não sentem necessidade de outras formas de lazer.

Para os jovens que moram no assentamento, o rural se apresenta como local de sossego, tranquilidade, sem brigas, sem poluição. É prazeroso o contato com os animais, a prática da pesca. Os amigos e os familiares que moram no rural são também vistos como pontos positivos. O urbano é visto por esses jovens como um lugar mais agitado, de correria, mas oferece melhores condições de vida, sendo a vida mais fácil, com mais festas e maior número de amigos. Para os jovens residentes na cidade, o rural é apreciado pela prática de rodeios, consideram que os ciclos de amizades são reduzidos, porém, o convívio é mais intenso e o retorno financeiro grande, mas acontece a longo prazo. O urbano oferece maior facilidade de trabalho remunerado e estudo.

Constatou-se que dos nove jovens que **pretendem exercer atividade no lote**, seis são provenientes de famílias de origem rural e suas famílias residem e trabalham no lote, com exceção de uma família que possui apenas um barraco de dois cômodos, insuficiente para abrigar todos. Dois jovens são de famílias de origem urbana que também trabalham e residem no lote. Dos onze jovens que **não pretendem exercer atividades no lote**, apenas quatro são de famílias de origem rural e destas apenas uma família mora no lote. Outros sete jovens são de famílias de origem urbana, sendo que todos moram e exercem atividades no lote e cinco delas exercem atividade *part-time*. Infere-se, a partir destas constatações, que a forma dos pais se relacionarem com a terra pode interferir na escolha dos filhos, uma vez que para os pais, mesmo tendo a terra como um fim, ainda precisam de atividades fora do lote. Com isso, fica implícito aos filhos a terra não ser uma possibilidade de sobrevivência.

Enfim, no que diz respeito aos projetos de vida dos jovens, de maneira geral, observou-se entre estes a falta de objetivos claros e projetos de vida consistentes. *“Eu penso em formar, mas ainda não sei a profissão certa. Ser uma boa profissional na área que escolher”* (Araponga, 15 anos). *“Ser professor e alcançar todos os meus objetivos”*. (Flamingo, 17 anos). Segundo Velho (1994), a construção de projetos de vida individual depende da interação com outros projetos competitivos, e até mesmo antagônicos, de ordem individual ou coletiva. Neste sentido, conforme Carneiro (1999), “os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se

expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o “compromisso com a família”.

### **4.3. O ASSENTAMENTO E SEUS VÍNCULOS**

As descrições realizadas anteriormente trouxeram elementos da organização do assentamento e das orientações para o processo produtivo das famílias assentadas no “Margarida Alves”, mas organizar-se internamente é apenas uma etapa para o seu desenvolvimento, já que as relações externas são de grande importância, principalmente para as relações comerciais. Nesse sentido, os assentados têm buscado construir vínculos com o poder público local e descreveram como “boa” a relação com o prefeito e com a prefeitura da cidade. Foi a partir desse vínculo que conseguiram ajuda para a construção e reforma de estradas para acessar seus lotes. Foram também disponibilizados pela prefeitura um agente de saúde via PSF e um carro coletivo para transportar as crianças para a escola. Ainda atuaram junto à CEMIG, na colocação de energia elétrica no lotes através do programa “Luz para Todos”. No entanto, para ter acesso ao benefício do governo de levar energia às propriedades rurais, é preciso que exista na propriedade uma moradia. Os dados da pesquisa evidenciaram que alguns assentados construía casas para receber o benefício, mesmo sem ter projetos de morar no assentamento.

As famílias assentadas revelaram estar conscientes de que as melhorias poderiam ser conseguidas através de políticas públicas, como no caso da distribuição de energia, mas elas acabaram deixando para o poder público e para os coordenadores da Associação a responsabilidade exclusiva de buscar esses benefícios. Na trajetória do Margarida Alves, consta que em 2007, os assentados receberam um tanque de resfriamento de leite do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER MG), o que beneficiou as famílias do assentamento que trabalhavam com o retiro de leite, principalmente as do Núcleo Che Guevara. Tratou-se de seis assentados de origem rural com trabalho rural, que já exerciam a atividade agropecuária antes da posse do lote.

Em 2009, através do Programa Minas Sem Fome<sup>16</sup>, os assentados receberam sementes de hortaliças, feijão, arroz e mudas frutíferas. À época, foram beneficiadas 25 famílias assentadas que manifestaram interesse pelas sementes. Ainda em dezembro de 2009, foi celebrado um convênio entre a Associação de Moradores do projeto de Assentamento Margarida Alves e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER MG para instalação de outro tanque comunitário de resfriamento de leite. Esse convênio se deu, sobretudo, para atendimento de famílias assentadas que se encontravam em lotes mais distantes, correspondendo ao Núcleo Zumbi dos Palmares. Apesar do convênio, até a data da entrevista, o benefício ainda não havia sido alcançado.

Quando perguntados sobre a existência de uma associação de assentados, os entrevistados disseram existir, mas, segundo estes, esta não era forte o suficiente para garantir o atendimento das demandas dos assentados, devido a sua criação ser ainda recente e a experiência do grupo pequena para atuar enquanto associados. O único incentivo financeiro conseguido através da associação foi uma verba do PEA (Programa Exploração Anual) no valor de R\$ 2.400,00 por família assentada destinado à compra de alimentos e indiretamente para fixar o assentado a terra. Todos que se encontravam em dia com a documentação, receberam e aplicaram o recurso na compra de duas vacas leiteiras por família para terem acesso ao leite para o consumo. A Associação tem um estatuto e objetiva buscar parcerias para o desenvolvimento da comunidade, viabilizando a entrada de recursos financeiros. Com o argumento de que a associação foi criada há apenas dois anos, os assentados justificam o fato de ainda não terem um conhecimento consistente dos benefícios que a mesma pode lhes proporcionar. Ainda assim, consideram-na “forte” e acreditam que ela se encontra “em fase de crescimento”.

A Igreja Católica, na figura do pároco local, foi tida como o órgão mais importante nas “primeiras relações externas” estabelecidas pelo assentamento. Contudo, em 2006, o pároco foi transferido para outra cidade, encerrando os

---

<sup>16</sup> Projeto do governo do Estado de Minas Gerais voltado para o combate a fome e a desnutrição, que tem por objetivo contribuir para inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade social no processo produtivo, com ações voltadas para a produção de alimentos e geração de renda, sendo a natureza do projeto conforme componente III “Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária (MINAS GERAIS, [20--?])

vínculos da igreja com o Assentamento. Vínculos que se deram mais em termos pessoais do que institucionais. A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais foi retratada pelos assentados como uma das melhores relações externas do assentamento. Ressaltou-se que antes de se tornar um hospital da rede FHEMIG, tratava-se de um sanatório de hansenianos, onde se formou uma comunidade dos descendentes dos primeiros pacientes. Neste local, funciona uma escola em tempo integral que oferta ensino fundamental. Nela, estudam crianças residentes no local, residentes na cidade, nas proximidades e filhos de assentados. Mas a escolha desta escola é opcional, pois a prefeitura oferece transporte para frequentarem as escolas da zona urbana. As freiras que coordenam a escola são tidas pelos assentados como “receptivas e amigas”, sempre os convidando para participar dos cursos que são realizados na Fundação e mantendo o Hospital de “portas abertas” para o atendimento às famílias do Margarida Alves. O grupo das freiras desenvolve ações que estão voltadas tanto para a prática religiosa como para o lazer.

Em termos das redes estabelecidas localmente, os dados apontaram não haver nenhuma relação comercial com os latifundiários locais. Na fala dos assentados, a relação é definida como “não tendo nenhum atrito e nenhum tipo de ajuda”. Já com os pequenos produtores, os assentados consideram as relações boas e positivas, com troca de experiência, de produção, às vezes, realizam, “inclusive”, alguns negócios juntos. Com os comerciantes em geral, no início foi difícil, mas depois estabeleceram a confiança e, segundo os assentados, “hoje tudo caminha bem”.

Na relação que se estabelece junto ao Instituto Federal de Minas Gerais, o campo de possibilidades dos investimentos no assentamento é percebido – tanto pelos assentados como pelos técnicos (representados pelos professores e alunos) estando ancorado em um rural agrícola. Há jovens do assentamento que estudam nesta instituição; há também alunos que, com o respaldo de professores orientadores, desenvolvem atividades juntamente aos assentados, cuja proposta é “capacitar a família para o exercício da atividade de pecuária leiteira”. O objetivo do projeto é a viabilização econômica da propriedade através da agricultura familiar, e em contrapartida os alunos têm a oportunidade da prática e da vivência no campo. Nessa orientação, as visitas são realizadas semanalmente, e mensalmente são ministradas palestras referentes à bovinocultura leiteira, que sejam de aplicabilidade para os

produtores existentes no local<sup>17</sup>. São realizadas reuniões entre os membros do projeto para discutir resultados e evoluir com as ações propostas buscando a melhoria do sistema produtivo. Inicialmente, foram indicadas quatro propriedades que atendiam o perfil proposto pelo projeto. Depois, outras famílias foram se adequando e passaram a participar também. Cada propriedade assistida tem uma dupla ou até 3 pessoas responsáveis por toda atividade referente a bovinocultura de leite, como produção, manejo, administração, qualidade do leite e outros. Segundo relatou um aluno, em uma fazenda assistida, houve aumento considerável na produção leiteira.

Os assentados do Margarida Alves mantém contato regular com representantes do MST, tanto indo a reuniões em outras localidades, quanto recebendo representantes no assentamento, pois há assentados no Margarida Alves que são membros e representantes do MST. O Movimento é um norteador para os assentados, pois oferece suporte teórico para que eles possam se organizar e atuar junto ao poder público na busca de recursos para melhoria dos lotes.

Observou-se ainda a “prevalência de redes de relacionamentos internos” importantes, onde determinados assentados ocupavam lugar de destaque no grupo. Esse fato evidenciou a prevalência das experiências de suas trajetórias anteriores ao assentamento. O assentado Esaú exercia uma liderança sobre o grupo, calcada em suas experiências de coordenação de pessoas e ações adquiridas em seu trabalho na companhia de rodeios. Moisés, devido a sua participação desde o início da luta pela conquista da terra, sua experiência como coordenador de área e sua atuação junto aos órgãos públicos como EMATER e prefeitura, também se destaca no grupo. Lucas possui formação superior, mantém estreito contato com MST, viaja, participa de reuniões e com isso, obtém informações importantes para todo o grupo, também se destaca no assentamento. Nesse sentido, os assentados transpõem os limites das redes familiares e de vizinhança, atingindo todo o assentamento, contribuindo para alavancar recursos e atuando como mobilizadores sociais no assentamento.

---

<sup>17</sup> Para a realização deste projeto, os alunos através das visitas detectam as necessidades dos assentados e propõem reflexões a nível destas demandas e auxiliam na elaboração de propostas de melhorias. Nestas atividades, toda a comunidade é convidada a participar com o intuito de melhorar as condições produtivas do assentamento como um todo. No entanto, detectou-se na pesquisa que houve momentos em que alguns projetos não atingiram o interesse dos assentados, havendo um desencontro dos objetivos.

Isso pode ser observado pela pesquisadora que, ao visitar o assentamento, esteve acompanhada por Esaú ou por Moisés e estes em conversas informais com outros assentados transmitiam informações importantes sobre os direitos do trabalhador assentado e as formas de reivindicá-los. Ainda foi observado que esses assentados atuavam também como mediadores de conflitos. Por exemplo, em um caso de desacordo sobre a área limítrofe de dois lotes, em que os proprietários não concordavam com o local em que deveria ser erguida a cerca. Na ocasião, Esaú interveio, conversando com os proprietários e resolvendo o conflito.

Essas redes de relacionamento externo e interno revelaram-se importantes para manutenção e desenvolvimento do assentamento. Oficialmente, existem as lideranças internas compostas pelo presidente da associação, que busca recursos junto aos órgãos públicos, como INCRA e EMATER. Além dessas redes, percebe-se também a inserção dos assentados nos movimentos nacional e estadual. Evidência disso, uma das assentadas, esposa de Esaú, participa atualmente da coordenação estadual do MST; dois representantes do assentamento (coordenadores de áreas) que participam diretamente na organização deste e três casais que representam os núcleos de base. É através da atuação desses representantes que o assentamento é organizado em termos sociais, políticos e econômicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, nesta pesquisa, compreender o lugar que o assentamento Margarida Alves ocupa na trajetória de vida dos assentados, analisando como os projetos de vida das famílias de um assentamento rural revelam a expectativa de fixação desses assentados na terra. Para tanto, caracterizaram-se as famílias do assentamento quanto ao seu perfil socioeconômico e suas estratégias de reprodução, bem como as trajetórias de vida dos assentados, os seus projetos de vida e o lugar que o assentamento ocupa nestes.

Através da leitura de autores como Bogo (1999), Bertolini e Carneiro (2007), Medeiros (2006), Vilela (2002), D'Aquino (1996), Bergamasco e Norder (1999), Sigaud (2004), entre outros, contextualizaram-se os assentamentos rurais no Brasil e, de posse destas informações, partiu-se para o trabalho de campo. As entrevistas realizadas permitiram conhecer os núcleos familiares do assentamento Margarida Alves, chegando-se aos dados necessários para as análises que configuraram nas respostas as indagações feitas a princípio.

Construindo o cenário do assentamento Margarida Alves, analisando as trajetórias de vida dos assentados e seus projetos de vida, percebeu-se que os assentados passaram por momentos marcantes, como o tempo em que viveram debaixo da lona. Foi um tempo sofrido, quando passaram por privações, mas consideraram ter sido esse período relevante para a conquista da terra almejada, uma vez que através da persistência em permanecer acampados, conseguiram se unir e se fortalecer rumo ao objetivo desejado: a posse da terra denominada Fazenda Velha.

O perfil das famílias do assentamento Margarida Alves agrega realidades rurais e urbanas: pessoas que sempre vivenciaram o campo, pessoas que vivenciaram o campo e a cidade e pessoas que nunca vivenciaram a realidade rural. As observações sugerem um perfil de famílias que atendem aos objetivos do Programa de Reforma Agrária. No entanto, constatou-se que alguns chefes de família colocaram o lote no nome de parentes para ter acesso a terra. E, segundo relatos, o motivo era estar em

desacordo com os requisitos necessários para receber a terra, seja ter bens em seu nome e/ou não estar em dia com suas obrigações legais.

Quanto à origem dos assentados, constatou-se que 60% das famílias entrevistadas são provenientes do município de Bambuí e para a maioria, o acesso ao lote significou continuar trabalhando em atividades já desenvolvidas (retireiro, tratorista, agricultor, cuidador de cavalos). Os assentados provenientes de outras localidades somam 40% do grupo entrevistado. Destes, apenas cinco exerciam somente atividades agrícolas, sete exerciam atividades agrícolas e não-agrícolas e seis, somente, atividades ligadas ao urbano. Ou seja, o acesso a terra no assentamento Margarida Alves não significou rompimento com as antigas atividades. Para a grande maioria, inclusive, esse acesso garantiu o fortalecimento e possibilidade de incremento dessas atividades.

Levando-se em consideração a origem e a ocupação profissional dos chefes de família, estabeleceu-se uma tipologia para agrupá-los; A) assentado de origem rural e trabalho rural. Nesse grupo, encontraram-se aqueles que sempre trabalharam em atividades agrícolas, mas sem terras suficientes para sobrevivência da família; aqueles que sempre moraram e trabalharam na zona rural, mas em terras de terceiros; os antigos trabalhadores da fazenda ocupada. B) assentado de origem rural e trabalho *part-time*; aqueles que tinham origem rural, mas que parte do tempo exercem atividade agropecuária no lote e parte do tempo exercem outra atividade fora do lote. C) assentado de origem urbana e trabalho rural, aqueles provenientes da zona urbana, mas que atualmente suas atividades estão ligadas ao lote. D) assentado de origem urbana e trabalho *part-time*. Esses assentados realizam suas atividades no lote, mas também fazem outros trabalhos na zona urbana para complementar suas rendas. E) assentado de origem urbana e trabalho urbano, grupo formado por aqueles que têm o assentamento como moradia e como fonte de lazer, exercendo atividade remunerada na zona urbana.

Pode-se perceber, de maneira geral, que os assentados pertencentes ao primeiro grupo (AORTR) apresentam um vínculo mais sólido com a terra. Suas experiências anteriores ao assentamento lhes possibilitam desenvolver suas atividades no lote, pois para estes a conquista da terra foi a possibilidade de

permanecer em suas atividades com mais independência. O segundo grupo (AORTP), apesar de apresentar ligação com o rural, não consegue se manter apenas das terras de seu lote. Neste caso, pode-se inferir que a origem rural o liga a terra, mas necessitam exercer outras atividades não-agrícolas fora do lote para se manterem. O terceiro grupo (AOUTR), mesmo tendo origem urbana, tem se esforçado para aprender o trabalho com a terra. É uma forma de trabalho independente encontrada por este grupo, uma vez que seus trabalhos na zona urbana eram para terceiros e, em geral, de baixa remuneração. Encontraram-se, também, assentados de origem urbana que não conseguiam se sustentar somente através da terra, compondo o quarto grupo (AOUTP). Estes desenvolvem seus trabalhos no lote, mas ainda precisam de renda provinda de atividades urbanas para conseguirem se manter. O quinto e último grupo (AOUTU) revela que a terra em si, para alguns assentados, não se apresenta como fonte de renda. Neste caso, a ligação com o urbano permanece fortemente arraigada.

As famílias assentadas são em número expressivo, 21 famílias, trabalhadores rurais de origem rural e trabalho rural e todos têm a terra como parte de seu projeto de vida. Têm-se dez famílias de origem urbana e trabalho rural. Desse grupo, são provenientes de Bambuí cinco famílias e, destas, uma possui a terra como meio para alcançar outro fim, não pretendendo morar para sempre no lote e para os demais, a terra faz parte de seus projetos de vida. Quanto aos assentados de origem rural e trabalho *part-time*, representam seis famílias e assentados de origem urbana e trabalho *part-time*, cinco famílias. Nesses dois grupos, todas as famílias têm a terra em seus projetos de vida. Por fim, são três assentados de origem urbana e trabalho urbano, sendo que desses, dois tem a terra como parte de seus projetos de vida e um pretende ficar por um tempo no assentamento.

Esses dados contribuíram para confirmar a hipótese de que a trajetória de vida rural-rural do assentado está associada a projetos de vida familiares que tornam o assentamento um fim e não um meio, uma vez que a totalidade dos assentados deste grupo que em sua trajetória de vida apresentaram vínculo com o rural tiram seu sustento da terra.

Negou-se a hipótese de que a trajetória urbano-rural do assentado está associada a projetos de vida familiares que tornam o assentamento como um meio e não um fim, uma vez que a totalidade dos assentados desse grupo tem a terra como parte de seu projeto de vida, como um fim. Exercem trabalhos *part-time* e revertem os recursos para o lote.

A pesquisa revelou outros dados relevantes quanto à dinâmica das famílias assentadas. Os lotes do assentamento, devido a sua configuração espacial, ficam distantes uns dos outros, isso não só se configura como empecilho para os encontros sociais, mas também para a troca e partilha de alimentos entre os assentados. No entanto, a sociabilidade dos assentados não se restringe ao espaço do assentamento. Esta se constrói na cidade de Bambuí a partir dos inúmeros vínculos que mantêm no município através do trabalho, lazer e estudo.

A pesquisa também revelou um quadro muito precário das condições habitacionais. As casas possuem dois cômodos, são construídas de alvenaria e barro. Esse fato associado à proximidade da cidade contribuiu para que muitos optassem por morar nesta. Tanto a moradia na cidade como a proximidade facilitam o convívio e sociabilidade com os moradores da zona urbana. O assentamento não oferece estrutura para a prática da religião, sendo que a vivenciam na zona urbana. Estabelecem relações também com a cidade para a prática do lazer.

A reprodução das famílias não está associada, de forma exclusiva, às atividades desenvolvidas no lote. No assentamento, um número pequeno de famílias planta hortas para o consumo e cria animais, como porcos e galinhas. Os demais assentados usam as terras apenas para a criação de gado e/ou plantações de milho e feijão.

Observou-se pouca atuação do setor público. Há um agente de saúde disponível para atender a população e um carro coletivo para transportar as crianças para a escola. Mas sabe-se, através de vários autores, que as políticas públicas são essenciais no processo de permanência do homem na terra. No caso do Margarida Alves, esse fator não se constituiu como desestímulo para permanência do assentado na terra, uma vez que se

constatou que 95,6% das famílias assentadas têm a terra como um fim em si mesmo, revelando que o assentamento ocupa um lugar de destaque em seus projetos de vida. Apenas 4,4% das famílias consideram-no como um meio para alcançar outros fins.

Percebeu-se no decorrer da pesquisa que o assentado do Margarida Alves pouco se diferencia do pequeno agricultor de Bambuí. Ter um (pequeno) pedaço de terra e manter uma residência na cidade ou ainda outra profissão na área urbana é o cotidiano de muitos bambuienses. O que responde positivamente a última hipótese proposta, pois a condição de fim ou de meio do assentamento não se constitui em um fator restritivo às possibilidades de reprodução social dos assentados. Pelo contrário, estes são inseridos na cultura local, ainda lembrando que o maior número de assentados é proveniente do município de Bambuí.

Na amostragem feita com os jovens, prováveis continuadores dos projetos dos assentados, deparou-se com a realidade de que apenas 45% têm seus sonhos e objetivos ligados ao assentamento. Com isso, os resultados apresentados nesta pesquisa apontaram para a possibilidade de futuras investigações quanto à sucessão de propriedade das terras e a continuidade das atividades nos lotes, uma vez que os dados apontaram que os projetos de vida dos jovens entrevistados, em sua maioria, distanciam-se das práticas nos lotes. Muitos querem seguir profissões urbanas, pretendem estudar e trabalhar na cidade.

A pesquisa revelou que o assentamento Margarida Alves é pioneiro no município de Bambuí, o que faz dele um objeto de estudo peculiar, uma vez que não é possível comparações ou alusões a outros assentamentos neste município. O pioneirismo do Margarida Alves abriu uma possibilidade de estudos que poderá ser aprimorada no futuro, observando se houve continuidade no projeto do assentamento, uma vez que este se encontra no início de seu processo de desenvolvimento.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES FILHO, I. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

AQUINO, S.L. **As relações existentes entre reforma agrária e migrações: analisando as trajetórias e percepções de assentados no norte fluminense**. 2010 UFRRJ-CPDA. Disponível em [http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos Completos/](http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos_Completos/) Acesso em 20/05/2010

ANDRADE, L.P.; CORREIA NETO, J.S.; COSTA, F.N.; ALVES, J.A.; SILVA, A.R. **Agricultura familiar comunitária: estudo de caso sobre o assentamento rural da Fazenda Malhada no município de Serra Talhada – PE** UFRPE, SERRA TALHADA - PE - BRASIL. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/688.pdf> Acesso em 21/03/2010

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. Revista **São Paulo em Perspectiva**, vol.7, n.3, jul-set. São Paulo: Fundação SEADE, 1993. p.125-132.

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. **Estudos Avançados** 11 (31): 37-49, 1997.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. e LEITE, S.(org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

BERTOLINI, V.A.; CARNEIRO, F.F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de Reforma Agrária no DF e entorno. **Libertas**, Juiz de Fora, ed.especial, p.203-227, fev/2007 Disponível em

[www.revistalibertas.ufjf.br/artigos/.../acesso em 26/06/09](http://www.revistalibertas.ufjf.br/artigos/.../acesso em 26/06/09)

BEZE, Z. et al. **Processo de discussão e implementação do Plano de recuperação do PA Pirituba II.** In: FERRANTE, V. L.; S. B. e Aly Júnior, O. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). INCRA/ABRA/UNIARA, 2005.

BENTO, L.C.M. **Reforma Agrária: a luta pela terra e a realidade do Assentamento Rural Rio das pedras, Uberlândia MG.** UFU, Uberlândia MG. Disponível:< <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009B/reforma%20agraria.pdf>> Acesso em 04/01/2011.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Tradução: Mariza Correa – Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOUDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOUTINET, J.P. **Antropologia do Projeto.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL, Confederação da Agricultura e Pecuária. **Perfil dos Assentamentos Rurais. 2009 Disponível: < [http://www.cna.org.br/cna/index\\_topo.wsp](http://www.cna.org.br/cna/index_topo.wsp)>** Acesso em: 02 fev 2010.

CADERNO DE DEBATE N 1. **Os desafios da luta pela Reforma Agrária popular e do MST – no atual contexto.** MST, Brasil, 2009.

CAMARGO, R.A.L. e OLIVEIRA, J.A. **Metodologias analítico-participativas e assentados da reforma agrária: contribuição para a construção de uma nova identidade.** 2006. Disponível em

[http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor\\_2006/trabalhos/sessao4/11\\_Regina.doc](http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessao4/11_Regina.doc) acesso em 27/03/2010

CARNEIRO, Maria José. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In F.C. TEIXEIRA DA SILVA et alli (orgs.), *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1999.

CASTRO, Eduardo. O campo e a cidade na reforma agrária: uma análise do trabalho e do território. **Agrária**, nº 5, pp.87 -108, 2006 Disponibilizado em <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas> . Acesso em 12/04/2010

D'AQUINO, T. **A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das terras de Promissão-SP**. XX Encontro da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1996.

FARIA, L. Modernidade e Tradição: política, promessa e voto no Movimento Sem Terra. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, nº 1, janeiro/julho/2005, p. 22-35. Disponível em: [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br). Acesso em: 29 de março 2010.

FERRAROTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FERREIRA, E.C. ; FERNANDEZ, A.J.C.; SILVA, E.P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS,L.S. e LEITE,S.(org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

FRANÇA, C.G.; SPAROVEK, G.(coord.). Aut. Corpora. : Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate**. P. imprensa : Brasília, DF (Brazil). 2005. 300 p.

FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A.Z.) e MOSCAROLA (J.). O método de pesquisa survey. São Paulo/SP: **Revista de Administração da USP**, RAUSP, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p.105

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIULIANI, G. M. e CASTRO, E. G. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 6, jul. 1996.

GONÇALVES, Nadia A. e GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu: para além da reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LAMERA, J.A.e FIGUEIREDO, A.M.R. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso**.

Disponível em [www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf) Acesso em 20/03/2010

Lei nº 4.504, **Estatuto da Terra**, Governo Federal, Brasília, de 30 de novembro de 1964.

LEITE, Sérgio et al (coord) **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. NEAD/MDA, 2004

LEITE, Sergio. O mundo social dos assentados. In: LEITE, Sérgio et al (coord) **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. NEAD/MDA, 2004.

LINS DE BARROS, M. M. "Densidade da memória, trajetória e projeto de vida", *Estudos Feministas*, vol. 5, n ° 1, 1997.

LOPES, E.S.A. et alli. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. e LEITE, S.(org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. e LEITE, S.(org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

MEDEIROS, L.S. et al. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, L. e LEITE, S.(org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, Cultura e Inovações: Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária** V.1 Nº1, 2006.

MEDEIROS, Leonilde et al (org) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. UNESP/São Paulo, 1994

MINAYO, M.C.S.(org) **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MONTEIRO, Vivian de Faria Caixeta. **Os jovens do Assentamento Poções em Rialma – GO e o campo de possibilidades para os seus projetos de vida**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa MG, 2008

NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In:

MEDEIROS, L. e LEITE, S.(org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

OLIVEIRA, P. P. **Ilusio: aquém e além de Bourdieu**. MANA 11(2): 529-543, 2005.

PAIM, R. O; DALL'IGNA, S. F. **A importância da reforma agrária: diagnóstico do assentamento Congonhas** - Abelardo Luz - sc/brasil na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico. Rio de Janeiro: UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos>> Acesso em: 03 fev. 2010.

PAULA, E.A. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (org) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed.Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999

PICCIN, M.B. Agricultores-assentados e lógicas produtivas: construindo um quadro de leitura. In: **Seminário comemorativo dos 30 anos do CPDA**, 2007, Rio de Janeiro. CD-ROM. Rio de Janeiro : UFRRJ, 2007.

PIMENTA, S.D.C. Identidades em trajetória.Gênero e processos emancipatórios na reforma agrária.In: WOORTMANN, R.; MENACHE,E. e HEREDI, B. (org).**Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. NEAD Especial, Brasília:MDA,IICA,2006.

PINHEIRO, A.M. Assentamentos de reforma agrária em Goiás: processos de organização. Goiânia, Editora UFG, 1999.

PINHEIRO, D. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores In: TEDESCO, J. C. (Ed.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPE, 2001, p. 337-336.

PIRES, A. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. Brasília: Embrapa, 2004.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Margarida Alves. Santos Jr, G. E., Ramos, G. A. S., Mata, M. G. F.; Gaia, M. C. M. ; AESCA. Belo Horizonte, 2008.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, D.R. **Dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1998.

SABOYA, V. E. T. de. **A Lei de Terras (1950) e a Política Imperial – seus Reflexos na Província do Mato Grosso**. Revista Brasileira de Historia, São Paulo, Brasil. 1995, Vol 15, nº 30, 115-136.

SACCO dos ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. Brasília: Embrapa, 2004.

SCHWENDLER, S. F. **A luta pela terra e a recriação social da vida no campo**. Revista GeoNotas, vol.4, número 3, 2000.Universidade Estadual de Maringá.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. Tempo Social : Revista de Sociologia da USP, São Paulo. v.17, n.1, jun. 2005, p.255-280. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702005000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100011)>. Acesso em: 01 mar.2011

SOUZA, Elyson Ferreira. **Os pólos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_ **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

VILELA, M.F. **Integração de técnicas de geoprocessamento e levantamento participativo de informações sócio-ambientais: um subsídio para a reforma agrária.** Tese (Doutorado em Ciências Florestais) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida – reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et al (org) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** UNESP: São Paulo, 1994

## ANEXO 1

### QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

**Projeto de Pesquisa: A influência da trajetória dos assentados sobre o seu projeto de vida: o caso do assentamento Margarida Alves de Bambuí-MG**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

No Questionário: \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO

1. Nome completo:

\_\_\_\_\_

Como é conhecido(a): \_\_\_\_\_

#### 1 – RESGATE HISTÓRICO (Trajetória dos assentados)

1.1. Onde você nasceu? \_\_\_\_\_

1.2. Há quanto tempo mora no Margarida Alves? \_\_\_\_\_

1.3. Já morou em outras localidades? ( ) Sim ( ) Não

1.4. De onde veio?

Mudanças	Locais	Ano	Ocupação
Última			
Penúltima			
Antepenúltima			

1.5. Por que saiu da(s) comunidade(s) que você residiu?

\_\_\_\_\_

1.6. Por que escolheu viver neste assentamento?

\_\_\_\_\_

## 2 – COMPOSIÇÃO E PERFIL FAMILIAR

2.1. Quantas pessoas residem em sua casa? \_\_\_\_\_. Informe sobre estas pessoas:

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E - F</b>	<b>E - F</b>	<b>G</b>		
<b>Nome</b>	<b>Parentesco</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação principal</b>	<b>Ocupação Secundária</b>	<b>Renda</b>	<b>Local</b>	<b>Idade</b>

Quadro de apoio:

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>
	<b>Parentesco</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Condição da Ocupação</b>	<b>Cond. Ocupação, em caso de trab. agrícola</b>	<b>Renda</b>
1	Mãe	Casado(a)	Mas c	S/instrução analfabeto	Formal	Proprietário da terra	Me- nos de 01 salá- rio
2	Pai	União	Fem .	1ª a 4ª série	Informal	Parceiro/meeir o	01 salá- rio
3	Filho(a)	Viúvo(a)		5ª a 8ª série	Ocasional	Arrendatário	2 a 3 salá- rios
4	Avô(a)	Divorcia- do		Ensino Médio / Técnico completo	Diarista	Diarista	4 a 5 salá- rios
5	Neto(a)	Separa- do(a)		Ensino Médio/Téc- nico incompleto	Assalaria- do com carteira	Assalarariado com carteira	Não tem renda
6	Sem parente	Solteiro (a)		Superior completo	Assalaria- do sem carteira	Assalaridado sem carteira	
7	Filho (a) adotivo (a)			Superior incompleto	Outros	Outros	
8	Genro Nora						

## 2.2. Aspectos da Integração Social e Cidadania

2.2.1. Sobre a documentação pessoal, você:

	<b>CPF</b>	<b>Título de Eleitor</b>	<b>Carteira de Identidade</b>	<b>Carteira de Trabalho</b>
Possui				
Não possui				

2.2.2 . Você pertence a algum partido político?

( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

2.2.3. Você participa de algum grupo em sua comunidade?

( ) Sim. ( ) Não Porque?

2.2.4. Como participa?

2.2.5. Existe alguma Associação em sua comunidade? Qual?

---

---

2.2.6. Como ela atua?

---

---

2.2.7. Você considera a Associação (existente) forte?

Sim  Não Por quê?

---

2.2.8. Na sua opinião, falta alguma na Associação? O quê?

---

---

2.2.9. Você participa do Movimento Sem-Terra - MST?  Sim  Não. Como você avalia sua participação?

---

2.2.10. Você é filiado ao Sindicato Rural?

Sim  Não

2.2.11. Se é filiado, você participa de atividades ligadas a ele?

Sim  Não

Quais?

---

### 3 – ASPECTOS DA QUALIDADE DE VIDA

#### 3.1. Condições da moradia

Item	Situação anterior	Situação atual
Situação da moradia	<input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida	<input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida
Material de construção	<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> lona <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> lona
Existência de banheiro	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> interno <input type="checkbox"/> externo	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> interno <input type="checkbox"/> externo
Cômodos	<input type="checkbox"/> Sala <input type="checkbox"/> Quarto <input type="checkbox"/> Cozinha <input type="checkbox"/> banheiro _____ <input type="checkbox"/> Área de serviço <input type="checkbox"/> Copa <input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Sala <input type="checkbox"/> Quarto _____ <input type="checkbox"/> Cozinha <input type="checkbox"/> banheiro _____ <input type="checkbox"/> Área de serviço <input type="checkbox"/> Copa <input type="checkbox"/> Varanda
Possui iluminação	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Serviços	<input type="checkbox"/> água encanada <input type="checkbox"/> energia elétrica <input type="checkbox"/> rede de esgoto <input type="checkbox"/> telefone	<input type="checkbox"/> água encanada <input type="checkbox"/> energia elétrica <input type="checkbox"/> rede de esgoto <input type="checkbox"/> telefone
De onde vem a água utilizada		<input type="checkbox"/> Córrego/rio <input type="checkbox"/> Poço/cisterna <input type="checkbox"/> Caixa-d'água/em tanques

Como você avalia as condições de sua casa depois que veio para o assentamento?  
 melhoraram  pioraram  permanece m as mesmas  
Porquê?

#### 3.2. Aspectos de Saúde

Como você, normalmente, cuida de sua saúde (vai ao médico, faz uso de plantas medicinais)?

### Atendimento Médico

Itens	Situação anterior	Situação atual
Distancia da residência	<input type="checkbox"/> Menos de 1 km <input type="checkbox"/> Entre 1 e 3 km; <input type="checkbox"/> Entre 3 e 5 km <input type="checkbox"/> Entre 5 e 10km <input type="checkbox"/> Acima de 10 km	<input type="checkbox"/> Menos de 1 km <input type="checkbox"/> Entre 1 e 3 km; <input type="checkbox"/> Entre 3 e 5 km <input type="checkbox"/> Entre 5 e 10km <input type="checkbox"/> Acima de 10 km
Forma de locomoção ao Atendimento médico	<input type="checkbox"/> À pé <input type="checkbox"/> Bicicleta; <input type="checkbox"/> Lotação; <input type="checkbox"/> Carro Próprio; <input type="checkbox"/> Carona; <input type="checkbox"/> Moto; <input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> À pé <input type="checkbox"/> Bicicleta; <input type="checkbox"/> Lotação; <input type="checkbox"/> Carro Próprio; <input type="checkbox"/> Carona; <input type="checkbox"/> Moto; <input type="checkbox"/> Outros: _____
Forma do atendimento	<input type="checkbox"/> particular <input type="checkbox"/> público	<input type="checkbox"/> particular <input type="checkbox"/> público

Como você avalia as suas condições de saúde depois que veio para o assentamento?  
 melhoraram     pioraram     permanece m as mesmas  
Porquê?

### 3.3. Trabalho e Renda

3.3.1 Qual era o seu trabalho antes do assentamento? Em que você trabalhava? E sua família?

Membro	Ocupação	Local	Renda
Chefe da família			

3.3.2 Sua renda depois que veio para o assentamento mudou? (melhorou, piorou) De que forma?

---

---

3.3.3. Em caso de emergência a família tem dinheiro para sanar as necessidades mais urgentes ou algum bem que possa se desfazer?

Sim \_\_\_\_\_  Não

3.3.4. Possui algum tipo de empréstimo, financiamento ou prestação a ser pago em bancos ou similar?

Sim  Não Qual? \_\_\_\_\_

3.3.5. Você recebe algum tipo de assistência técnica para a sua produção? ( ) Sim ( ) Não  
Qual? \_\_\_\_\_

3.3.6. Qual é a área do seu lote? (em hectares) \_\_\_\_\_

3.3.7. Você tem animais em seu lote?  
\_\_\_\_\_

3.3.8. Você tem plantações em seu lote? Em caso afirmativo, quais? \_\_\_\_\_

3.3.9. Qual o seu destino (auto-consumo / venda) ?

3.3.9. Sua produção é vendida em grupo ou individual? Onde?  
\_\_\_\_\_

3.3.10. Com quem trabalha?  
( ) Só ( ) Parceiro ( ) Outros: Especificar: \_\_\_\_\_  
( ) Familiares. Quantos? \_\_\_\_\_

3.3.12. Você usa a troca de dias de trabalho com os vizinhos ou familiares? ( ) Sim ( ) Não  
Em quais  
atividades? \_\_\_\_\_

### **3.5. Trajetória dos assentados**

Sobre o período de ocupação:

3.5.1 Você participou do período de ocupação? \_\_\_\_\_

3.5.2- Como tomou conhecimento de que haveria uma ocupação de terra?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.5.3- Porque resolveu entrar?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.5.4 - Como era a vida no acampamento?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.5.5 O que mudou na sua vida antes do acampamento e depois dele?  
\_\_\_\_\_

**Sobre o assentamento:**

a) Acesso ao lote

3.5.8. Como você e sua família conseguiram o lote nesse assentamento?

---

---

b) Desejo de permanência

3.5.9. Você gosta de morar na comunidade para o resto de sua vida?

( ) Sim ( ) Não

Porquê?\_\_\_\_\_

---

---

3.5.12. Alguém desistiu de viver no assentamento? ( ) sim ( ) não

Porquê?\_\_\_\_\_

---

---

c) Vínculos familiares, vizinhança, amizades

3.5.13. De que pessoas você é mais próxima no assentamento?

Você já conhecia estas pessoas antes? De onde?

3.5.15. Você tem amigos aqui na comunidade? ( ) sim ( ) não

---

---

3.5.16. Há algum tipo de conflito na vida no assentamento? Se sim. Esses conflitos, estão relacionados a que?

---

---

3.5.17. Você tem o hábito de partilhar ou trocar alimentos com os vizinhos e parentes?

( ) Sim ( ) Não

d) Imagem, estigma

3.5.18. Como é o relacionamento com as pessoas da cidade?

O que elas pensam de você estar no assentamento?

---

**3.6. Religião**

3.6.1. Você tem religião? ( ) Sim ( ) Não Qual?\_\_\_\_\_

Participa de alguma igreja? ( ) sim ( ) não ( ) no assentamento  
( ) na cidade

- 3.6.2. Em relação à religião você tem:
- Uma prática religiosa regular
  - Uma prática ocasional ou sentimento de pertencer
  - Nem prática nem pertencimento

### **3.7. Lazer**

3.7.1. Onde você se diverte?

---

3.7.2. Qual o seu lazer preferido?  
Individual

---

Coletivo

---

3.7.3. Gostaria de ter outro tipo de lazer?  Sim  Não Qual ?

---

3.7.4. Vocês promovem alguma atividade de lazer no assentamento?  Festas:  
 Música  Folclore  Religião  Culinária  
Outros: \_\_\_\_\_

3.7.5. Você participa destas atividades?  Sim  Não

3.7.6. Os jovens participam?  Sim  Não

3.7.7. Moradores de comunidades vizinhas participam?  Sim  Não

### **3.8. Projeto de vida**

1. Quais seus objetivos e sonhos? De que forma pretende alcançar esse(s) objetivo(s)?

## ANEXO 2

### QUESTIONÁRIO PARA OS JOVENS DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

**Projeto de Pesquisa: A influência da trajetória dos assentados sobre o seu projeto de vida: o caso do assentamento Margarida Alves de Bambuí-MG**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

No Questionário: \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome \_\_\_\_\_ completo:

Como \_\_\_\_\_ é \_\_\_\_\_ conhecido  
(a): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Estado civil:

\_\_\_\_\_

1) Como é o seu dia-a-dia? Como é viver no assentamento?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) Quais as coisas que você gosta de fazer?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3) O que você não gosta de fazer?

\_\_\_\_\_

---

---

4) Você trabalha? Se sim: qual o seu trabalho? (Registrar se houver mais de uma ocupação)

---

---

5) Você desenvolve algum trabalho aqui no assentamento, junto com sua família?

---

---

6) Você gosta do seu trabalho? \_\_\_\_\_

---

---

7) Você recebe pelo seu trabalho? \_\_\_\_\_

8) É essa profissão que você pretende seguir? Ou você pensa em outra?

---

---

9) Quais os seus objetivos e sonhos? \_\_\_\_\_

---

---

10) De que forma você pretende alcançá-los? \_\_\_\_\_

11) Você tem amigos aqui na comunidade? ( ) sim ( ) não

12) Você tem religião? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

13) Participa de alguma igreja? ( ) sim ( ) não ( ) no assentamento  
( ) na cidade

14) Em relação à religião você tem:

( ) Uma prática religiosa regular

( ) Uma prática ocasional ou sentimento de pertencer

( ) Nem prática nem pertencimento

### **Lazer**

15. Onde você se diverte? \_\_\_\_\_

16 . Qual o seu lazer preferido?

Individual

\_\_\_\_\_

Coletivo

\_\_\_\_\_

17. Gostaria de ter outro tipo de lazer? ( ) Sim ( ) Não Qual ?

\_\_\_\_\_

18. Vocês promovem alguma atividade de lazer no assentamento? ( ) Festas:

( ) Música

( ) Folclore

( ) Religião

( ) Culinária

Outros: \_\_\_\_\_

19. Você participa destas atividades? ( ) Sim ( ) Não

20. Jovens, moradores de comunidades vizinhas ou da cidade participam?

( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_

21) Cite o(s) acontecimento(s) mais marcante(s) que ocorreu(ram) nesta comunidade.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22) Como é o relacionamento com as pessoas da cidade? \_\_\_\_\_

23) Como você percebe a vida na cidade e no meio rural?

---

---

24) Há alguma coisa que te atraia na vida na cidade? O que?

---

---

Há alguma coisa que te atraia na vida no meio rural? O que?

---

---

### ANEXO 3

